

**CARLA ALMEIDA NEVES VALERIANO**

**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS COMO  
INSTRUMENTO MEDIADOR PARA O DESENVOLVIMENTO  
LOCAL: O CASO DA CPR - DOAÇÃO ATRAVÉS DO MMNEPA  
EM SANTA MARIA DO PARÁ.**

BELÉM  
2012

**CARLA ALMEIDA NEVES VALERIANO**

**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS COMO  
INSTRUMENTO MEDIADOR PARA O DESENVOLVIMENTO  
LOCAL: O CASO DA CPR – DOAÇÃO ATRAVÉS DO MMNEPA  
EM SANTA MARIA DO PARÁ.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de mestre em Gestão dos Recursos  
Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia.  
Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do  
Pará.  
Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial  
e Ações Públicas Locais.  
Orientador: Prof. Dr. Thomas Adalbert Mitschein.

**BELÉM**  
2012

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –  
Biblioteca Profº David Sá / UFPA, Castanhal-PA**

---

Valeriano, Carla Almeida Neves

O Programa de aquisição de alimentos como instrumento mediador para o desenvolvimento local / Carla Almeida Neves Valeriano : o caso da CRP – doação através do MMNEPA em Santa Maria do Pará ; orientador Thomas Adalbert Mitschein. — 2012. 132 f. : il. ; 31 cm

Inclui Bibliografias

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2012.

1. Política alimentar – Santa Maria do Pará (PA). 2. Desenvolvimento sustentável – Santa Maria do Pará (PA). 3. Agricultura familiar – Santa Maria do Pará (PA). I. Mitschein, Thomas Adalbert, orientador. II. Título.

**CDD - 22. ed. 363.8098115**

---

**CARLA ALMEIDA NEVES VALERIANO**

**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS COMO  
INSTRUMENTO MEDIADOR PARA O DESENVOLVIMENTO  
LOCAL: O CASO DA CPR – DOAÇÃO ATRAVÉS DO MMNEPA  
EM SANTA MARIA DO PARÁ.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia. Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Ações Públicas Locais.

Defendido e aprovado em: 16/03/2012

Conceito:

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Thomas Adalbert Mitschein (Orientador).  
Doutor em Sociologia, História da Economia e Ciências Políticas.  
Universidade Federal do Pará-UFPA.Núcleo de Meio Ambiente.

---

Prof. Dr. Norbert Fenzl (Examinador Interno).  
Pós-Doutor, Doutor em Hidrologia-Ciências Ambientais.  
Universidade Federal do Pará-UFPA.Núcleo de Meio Ambiente.

---

Profa. Eneida Côrrea de Assis-Examinadora Externa.  
Doutora em Ciências Políticas.  
Universidade Federal do Pará-UFPA.Faculdade de Ciências Sociais.

*Aos meus pais, Vilma e Luis, que mesmo distantes se fizeram presente em todos os momentos  
e compreenderam minha ausência.*

*Ao meu esposo, Murilo, pela compreensão e companheirismo.*

*Aos meus sogros, Rita e Carlos que como pais me concederam carinho.*

*Aos meus cunhados Renata, Fernanda e James pelo apoio nos momentos difíceis.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que me fez crer no impossível e nos poderes do invisível.

À minha mãe, Vilma, por ser sempre uma referência na minha vida.

Ao Prof. Adriano Silva pelo apoio em todas as etapas deste trabalho.

À minha amiga, companheira de trabalho e estudos, Camila Dieguez, por ter me acompanhado nesta trajetória, por me ouvir e por não me permitir desistir das minhas conquistas.

Ao Prof. Thomas Adalbert Mitschein pelas orientações e momentos de reflexão destinados a esta pesquisa.

À Universidade Federal do Pará através do Campus de Castanhal, pela oportunidade da elaboração deste trabalho.

Ao Núcleo de Meio Ambiente, pela acolhida e oportunidade de aprendizado.

Ao Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), por me permitir compartilhar do seu dia a dia e contribuir para me tornar um ser humano mais sensível em relação às causas coletivas.

E a todos que direta ou indiretamente colaboraram para elaboração deste trabalho.

*“Se destruíssemos todos os sonhos dos homens,  
a terra perderia suas formas e suas cores e  
nós adormeceríamos em uma cinzenta estupidez.”*

Anatole France

## RESUMO

A presente pesquisa se propôs a investigar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a partir da Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação) e como esta política pública, enquanto modalidade de contratação utilizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), contribuiu para o processo de desenvolvimento local dos agricultores familiares vinculados ao Movimento das Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) no município de Santa Maria do Pará. Neste contexto, houve a necessidade de compreender os principais acontecimentos que antecederam a institucionalização do PAA e a caracterização dos seus instrumentos de agricultura familiar, dispostos na Lei 10.696/2003. Para tanto, fez-se necessário entender os desafios da agricultura familiar brasileira, sua interação com as políticas públicas e a dinâmica de cada local, enfatizando ainda a importância das redes de cooperação para alcançar o desenvolvimento rural sustentável. Além disso, abordou-se o papel das organizações não governamentais (ONGS) e a participação dos movimentos sociais para desencadear ações de gestão ambiental. O estudo retratou ainda a relação existente entre a segurança alimentar e a sustentabilidade sob a ótica do CONSEA (2004), levando em consideração a necessidade de uma mudança de mentalidade do próprio produtor no que diz respeito à gestão dos recursos naturais do lugar. Através do Estudo de Caso da CPR-Doação em Santa Maria do Pará, foram identificadas as principais mudanças ocorridas na vida dos agricultores após o programa, a importância da segurança alimentar, os pontos relevantes e alguns problemas desta política pública. Portanto, reuniu-se as avaliações sobre a CPR-Doação segundo a percepção da CONAB, do MMNEPA e dos agricultores familiares associados ao movimento. Dentro desta perspectiva, os resultados do presente trabalho podem contribuir para a melhoria das ações da CONAB e MMNEPA em relação à execução do programa no município, além de despertar a comunidade científica para a importância das ações coletivas na implementação das políticas públicas.

**Palavras – chave:** Contratações Públicas, Políticas Públicas, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local, Gestão Ambiental.



## ABSTRACT

This research aims to investigate the Program of Food Purchase (EAP) from the bought Family Farming with Simultaneous Giving (Giving-CPR) and how this public policy, while type of contract used by National Supply Company (CONAB), can contribute to the local farmers's development bound to Women's Movement of the Northeast of Pará (MMNEPA), in Santa Maria do Pará. In this context, there was to need understand the main events to the institutionalization of PAA and characterization of their instruments of family farming found in the law 10.696/2003. Therefore, it is necessary to understand the challenges of Brazilian's family farming, its interaction with the public politics and the dynamics of each place, emphasizing the importance of networks cooperation to achieve sustainable rural development. In addition, we dealt with the role of nongovernmental organizations (NGOs) and the participation of social movements to initiate environmental management actions. The study shows the relationship between food security and sustainability from the perspective of CONSEA (2004) yet, taking into account the need for a mind's change of the producer regarding to the management of natural resources of the place. Through the CPR-Giving's study case Santa Maria of Pará, we identified the main changes in the lives of farmers after the program, the importance of food safety, relevant points and some problems of public policy. Therefore, has met evaluations about CPR-Giving in the perception of CONAB MMNEPA and the farmers associated with the movement. In this point, the results of this study may contribute to the improvement of the shares of CONAB and MMNEPA regarding the action of the program in the city, also to arouse the scientific community to the collective actions in the implementation of public policy's importance.

**Keywords:** Public Contracts, Public Policy, Family Farming, Local Development, Environmental Management.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01:</b> Organograma MMNEPA. ....	27
<b>Figura 02:</b> Oficina de Planejamento Estratégico realizada pelo MMNEPA. ....	67
<b>Figura 03:</b> Colaboradora do MMNEPA discutindo as ações com os representantes dos agricultores de cada município .....	68
<b>Figura 04:</b> Representantes dos agricultores familiares discutindo as ações. ....	68
<b>Figura 05:</b> Lema do MMNEPA. ....	69
<b>Figura 06:</b> Símbolo do MMNEPA. ....	69
<b>Figura 07:</b> Capacitação dos agricultores pelo MMNEPA. ....	73
<b>Figura 08:</b> Técnicas de Captura de Abelhas. ....	73
<b>Figura 09:</b> Técnicas de Coleta do Mel. ....	74
<b>Figura 10:</b> Entrega de Material de apoio aos agricultores. ....	74
<b>Figura 11:</b> Técnico do MMNEPA apresentando a máquina de sachê. ....	76
<b>Figura 12:</b> Embalagem do mel após implementação do projeto em 2007. ....	76
<b>Figura 13:</b> Embalagem e rótulo do mel em 2011. ....	77
<b>Figura 14:</b> Placa de Inauguração da Casa do Mel. ....	78
<b>Figura 15:</b> Apiário do. Agricultor Natanael. ....	93
<b>Figura 16:</b> Caixa de Abelhas da propriedade do agricultor Natanael. ....	94
<b>Figura 17:</b> Criação de galinha caipira na propriedade da agricultora Elisete. ....	95
<b>Figura 18:</b> Horta da Sra. Elisete. ....	95
<b>Figura 19:</b> Plantação de mudas da Sra. Elisete. ....	96
<b>Figura 20:</b> Árvore de Natal confeccionada na confraternização do MMNEPA. ....	98
<b>Figura 21:</b> Dinâmica de grupo realizada pelo MMNEPA. ....	98
<b>Figura 22:</b> Colaboradores do MMNEPA. ....	99
<b>Figura 23:</b> Distribuição do mel pelo MMNEPA para crianças beneficiadas. ....	104
<b>Figura 24:</b> Folder Seminário Gestão e Comercialização Sustentável. ....	105

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01:</b> Síntese de Estudo, MMNEPA.....	80
<b>Quadro 02:</b> Evolução da apicultura em Santa Maria de 2004 a 2007.....	81
<b>Quadro 03:</b> Comercialização com a CONAB. ....	83
<b>Quadro 04:</b> Identificação dos Agricultores Familiares Associados do MMNEPA.....	84
<b>Quadro 05:</b> Síntese do questionário aplicado aos agricultores familiares associados do MMNEPA.....	89

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01:</b> Evolução nº de apicultores e colméias de 2007 a 2011.....	75
<b>Gráfico 02:</b> Representatividade do gênero. ....	85
<b>Gráfico 03:</b> Idade dos agricultores associados do MMNEPA.....	85
<b>Gráfico 04:</b> Naturalidade dos agricultores associados do MMNEPA. ....	86
<b>Gráfico 05:</b> Nível de escolaridade dos agricultores associados do MMNEPA. ....	86
<b>Gráfico 06:</b> Profissão dos informantes da pesquisa.....	87
<b>Gráfico 07:</b> Tempo como associados do MMNEPA. ....	90
<b>Gráfico 08:</b> Principal mudança ocorrida após associação ao MMNEPA. ....	90
<b>Gráfico 09:</b> Atuação da CPR-Doação na percepção dos agricultores. ....	91
<b>Gráfico 10:</b> Forma pela qual o MMNEPA auxilia na produção dos agricultores. ....	92
<b>Gráfico 11:</b> Produtos comercializados pelos agricultores atualmente.....	92
<b>Gráfico 12:</b> Investimento dos agricultores com o lucro das vendas. ....	97

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 01:</b> Localização de Santa Maria do Pará. ....	22
<b>Mapa 02:</b> Mesorregião Geográfica. ....	23
<b>Mapa 03:</b> Quilometragem até Santa Maria. ....	24

## LISTA DE SIGLAS

ADESC (Associação de Desenvolvimento Comunitário de Santa Maria)  
AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras)  
CDAF (Compra Direta da Agricultura Familiar)  
CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento)  
CPL (Comissão Permanente de Licitação)  
CPR - Estoque (Compra da Agricultura Familiar para Formação de Estoque)  
CPR-Doação (Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea)  
EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural)  
FASE (Federação de Assistência Social e Educacional)  
FMAP (Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense)  
FOR (Fórum da Amazônia Oriental)  
HEKS (Bildung und Rechte fur Kleinbauern)  
IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)  
IN (Instrução Normativa)  
MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário)  
MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)  
MMNEPA (Movimento das Mulheres do Nordeste Paraense)  
MOC (Manual de Operações da Conab)  
MPOG (Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão)  
NUMA (Núcleo de Meio Ambiente)  
ONGS (Organizações Não Governamentais)  
PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)  
PADEQ (Projeto Alternativo ao Desmatamento e às Queimadas)  
PIT (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)  
PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)  
PNMC (Política Nacional sobre Mudanças no Clima)  
PPGEDAM (Programa de Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenv. Local da Amazônia)  
PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar)  
RECOPARÁ (Rede de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar)  
SEMAGRI (Secretaria Municipal de Agricultura)  
SLTI (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação)

UFPA (Universidade Federal do Pará)

VBP (Valor Bruto da Produção)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>21</b>
2. 1 ÁREA DE ESTUDO E BREVE HISTÓRICO.....	21
2. 2 INFORMANTES DA PESQUISA .....	25
<b>2. 2. 1 CONAB.....</b>	<b>25</b>
<b>2. 2. 2 MMNEPA.....</b>	<b>26</b>
2. 3 A ABORDAGEM: QUALI-QUANTITATIVA.....	28
2. 4 OS DELINEAMENTOS DA PESQUISA: BIBLIOGRÁFICA, DOCUMENTAL E ESTUDO DE CASO.....	30
2. 5 AS TÉCNICAS: ENTREVISTA, OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE E QUESTIONÁRIO.....	30
2. 6 A CONSTRUÇÃO E O TRATAMENTO DOS DADOS: ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	32
<b>3 AS CONTRATAÇÕES DA CONAB COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA .....</b>	<b>35</b>
3. 1 BREVE HISTÓRICO DO PAA: PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	36
3. 2 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) .....	38
3. 3 INSTRUMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	39
<b>4 AGRICULTURA FAMILIAR, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....</b>	<b>41</b>
4. 1 A AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS DESAFIOS .....	44
4. 2 PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL .....	47
<b>5 O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS) E A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....</b>	<b>52</b>
5. 1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A GESTÃO AMBIENTAL.....	55
5. 2 SEGURANÇA ALIMENTAR E SUSTENTABILIDADE.....	57
<b>6 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>63</b>
6. 1 A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB) E SUA AVALIAÇÃO SOBRE O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA).....	63
6. 2 O MOVIMENTO DE MULHERES DO NORDESTE PARAENSE (MMNEPA) E A PERCEPÇÃO DO GRUPO SOBRE A CPR-DOAÇÃO .....	65



<b>6. 2. 1 O Caso da CPR-Doação em Santa Maria do Pará</b> .....	78
6. 2. 1. 1 Os Agricultores Familiares e a avaliação sobre a CPR-Doação.....	81
6. 2. 1. 1. 1 <i>Perfil dos Agricultores Familiares participantes da CPR-Doação em Santa Maria do Pará.</i> .....	84
6. 2. 1. 1. 2 <i>Principais mudanças ocorridas na vida dos agricultores familiares após MMNEPA e CPR-Doação.</i> .....	87
<b>6. 2. 2 Momento de avaliação dos agricultores familiares e colaboradores sobre a atuação do MMNEPA.</b> .....	97
6. 2. 2. 1 Avaliação sobre o MMNEPA e CPR-Doação na visão da agricultora familiar do município de Salinópolis. ....	101
6. 2. 2. 2 Avaliação sobre o MMNEPA e CPR-Doação na visão da agricultora familiar do município de Santa Maria do Pará.....	102
6. 2. 2. 3 Avaliação da Diretora da escola beneficiária consumidora das Doações da CPR-Doação. ....	103
6. 3 SEMINÁRIO REALIZADO PELO MMNEPA SOBRE GESTÃO E COMERCIALIZAÇÃO SUSTENTÁVEL.....	104
6. 4 ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SANTA MARIA DO PARÁ (ADESC) .....	107
6. 5 DISCUSSÃO .....	109
<b>7 CONCLUSÃO</b> .....	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>116</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</b> .....	<b>121</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>124</b>
<b>APÊNDICE A</b> – Roteiro para entrevista com a gerente de operações do Programa de Aquisições (PAA) da Conab, Sra. Karina Melo, em 18/05/2011.....	<b>125</b>
<b>APÊNDICE B</b> – Roteiro para entrevista com a coordenadora do Movimento das Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), Sra. Francisca Lima, em 07/06/2011. ....	<b>127</b>
<b>APÊNDICE C</b> – Roteiro para entrevista com o técnico do MMNEPA e tesoureiro da ADESC, Sr. Luis Sávio de Melo, em 14/12/2011. ....	<b>128</b>
<b>APÊNDICE D</b> – Roteiro para questionário aplicado aos agricultores familiares associados do MMNEPA.....	<b>129</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A reivindicação dos movimentos sociais por mudanças qualitativas na agricultura familiar impulsionou o estado brasileiro, desde a década de 90, à elaboração de políticas públicas específicas de estruturação. Dentre estas, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que passou a ser executado em 1996 com a proposta de conseguir investimentos coletivos locais por meio da interação entre poderes públicos, serviços técnicos e representantes dos agricultores.

O PRONAF representou um passo significativo, entre outras políticas públicas implementadas a partir dos anos 90. Neste aspecto, faz-se necessário compreender as falhas na elaboração das políticas a partir do contato efetivo com os atores sociais. Em 2001 o Instituto da Cidadania coordenou a elaboração do Projeto Fome Zero que representou um acontecimento relevante para desencadear programas posteriores, como por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em 2003, no governo do Presidente Lula, iniciou-se o mecanismo de utilizar as compras públicas para beneficiar a agricultura familiar brasileira, na qual foi denominada de compra antecipada da agricultura familiar que visava conceder 100% dos recursos financeiros ao agricultor para compra de matéria-prima, embalagens, rótulos, pagamento de produtor/fornecedor e despesas com beneficiamento. Somente em julho de 2003 o PAA foi institucionalizado aprimorando os instrumentos de compra para auxiliar o produtor. Desta forma, o PAA foi um mecanismo utilizado para corrigir imperfeições ocasionadas pelo PRONAF que concedeu inicialmente crédito aos agricultores sem o mínimo amparo técnico, provocando elevado grau de endividamento do pequeno/médio produtor rural que desprovido de experiência empreendedora não soube investir os recursos de forma adequada a fim de alavancar a produção para competir igualmente com os grandes produtores.

Para participar do PAA é importante o produtor estar inserido em movimentos ou associações que concedam amparo técnico para viabilizar os aspectos documentais exigidos como pré-requisitos para enquadrarem-se no referido programa. Dentro do programa existem três instrumentos da agricultura familiar, com objetivos distintos, que devem ser avaliados de acordo com a realidade institucional.

Ainda que o PAA seja uma política de apoio específico ao agricultor familiar são solicitados documentos que não contemplam a realidade dos pequenos e médios produtores. Dentro dessa perspectiva, o papel dos movimentos e associações é de extrema relevância no

sentido de orientar os produtores a consolidarem a documentação necessária para participarem do PAA.

Segundo Tonneau; Sabourin (2007, p.9) “Não se pode negar que as conquistas da agricultura familiar resultam geralmente, da interação entre políticas públicas e dinâmicas locais.”.

Essa nova interface das contratações públicas implementadas a partir de 2003 com o PAA, sendo institucionalizada como política pública tem dinamizado as economias locais dos municípios brasileiros. A atuação agregada do referido programa com o PRONAF tem demonstrado a necessidade da gestão ambiental, integrada aos movimentos sociais através das redes de cooperação estabelecidas com o setor público e privado. E a partir desta realidade o PAA pode contribuir para o processo de desenvolvimento local nos municípios.

O PAA é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executados pelos Estados, Municípios e pela CONAB com a finalidade de incentivar a agricultura familiar. Portanto, o PAA é uma política pública que utiliza instrumentos da Agricultura Familiar, considerados modalidades de contratação pública que adotam mecanismos para o fortalecimento da agricultura familiar e combate à insegurança alimentar. Entretanto, as modalidades de contratações públicas utilizadas pelo PAA são instrumentos diferenciados, pois configuram uma política pública direcionada aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais. Desta forma, apesar de basearem-se na Lei 8.666/93 (Lei das Licitações), possuem especificidades norteadas por legislação específica, constante na Lei 10.696/2003.

Os instrumentos da Agricultura Familiar instituídos pelo PAA são: Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação), Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) e Formação de Estoque (CPR-Estoque). O presente estudo analisará a CPR-Doação, especificamente, entre os agricultores familiares do município de Santa Maria do Pará que são associados do MMNEPA. A CPR-Doação é uma dispensa de licitação<sup>1</sup>, pois segundo a Lei 8.666/93 trata-se de uma contratação abaixo de R\$ 8.000,00 não sendo necessário licitar<sup>2</sup> para efetuar a aquisição dos produtos. Neste sentido, facilitou sobremaneira

---

<sup>1</sup> Na administração pública as compras de bens que contemplam valores até R\$ 8.000,00 são dispensadas de licitar, ou seja, são menos burocráticas porque demandam menor tempo e as exigências documentais são menores embora não dispensem a regularidade fiscal das empresas.

<sup>2</sup> Forma pela qual a administração pública contrata bens e serviços que contemplam valores acima de R\$ 8.000,00, exceto casos de dispensa amparados pela Lei 8.666/1993, através de modalidade de contratação de acordo com o valor e finalidade: tomada de preço, concorrência, pregão e concurso.

para os produtores rurais, pois a venda e recebimento são mais rápido do que em processo licitatório convencional.

A partir dos elementos expostos anteriormente esta pesquisa pretende esclarecer, a seguinte problemática: **Como a experiência do CPR-Doação executada pela Companhia Nacional de Abastecimento/PA (CONAB) através do projeto desenvolvido pelo Movimento das Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) em Santa Maria do Pará tem contribuído para o processo de desenvolvimento local entre os agricultores familiares associados?**

O interesse em estudar as interfaces do PAA está intimamente relacionado às suas características, como política pública implementada através das suas contratações junto ao agricultor familiar, ou seja, este vende para o Governo através da CONAB que é uma empresa pública, encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento. Para compreender a atuação do programa, será analisada a Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação), como modalidade de Contratação Pública, as exigências inseridas no seu instrumento convocatório, bem como suas contribuições para o desenvolvimento local dos agricultores familiares que participam do MMNEPA, que será caracterizado a seguir.

A escolha do MMNEPA como objeto de estudo se justificou por sua participação no PAA através da Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação), bem como pelas características peculiares de uma organização social que, num primeiro olhar, tem influenciado significativamente o modo de vida de centenas de famílias de pequenos agricultores, sobretudo quanto à participação da mulher como sujeito que produz e constrói conhecimentos coletivos.

Em suma, a presente pesquisa justificou-se ainda pela necessidade de obter resultados qualitativos que contribuam para melhorar as ações da CONAB e MMNEPA, em relação às limitações da CPR-Doação, além de demonstrar para a comunidade científica e relevância da participação de todos os atores sociais, seja do âmbito público ou privado, para auxiliarem a manutenção de políticas públicas que atendam o interesse coletivo.

O presente estudo teve como objetivo geral analisar o PAA como instrumento de política pública através dos mecanismos de compra da agricultura familiar, mais especificamente da Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação). E partindo dessa perspectiva, observar e investigar de que forma esta compra pública pode contribuir para o desenvolvimento local dos associados do Movimento das Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), no município de Santa Maria do Pará.

Os objetivos específicos foram norteados da seguinte forma:

- a) Identificar as principais mudanças ocorridas na vida dos agricultores familiares associados ao MMNEPA em Santa Maria, após participação na CPR-Doação;
- b) Observar *in loco* o modo de vida dos agricultores participantes na CPR-Doação a fim de identificar características de desenvolvimento local; e,
- c) Verificar os pontos positivos e negativos da CPR-Doação sob a ótica do MMNEPA e agricultores familiares associados.
- d) Identificar o envolvimento do MMNEPA no processo de gestão ambiental.

Buscando atender os objetivos mencionados anteriormente, e levando em consideração os dados da pesquisa, o trabalho foi organizado em itens e subitens, contemplando a metodologia adotada (item 2) e ainda três partes (item 3, 4 e 5) que pretendem apresentar e discutir o referencial teórico e as reflexões originadas entre o referencial proposto e os dados levantados a partir da pesquisa efetuada.

No item 2 são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para consolidação da pesquisa. A princípio foi apresentado a área de estudo que contempla o município de Santa Maria do Pará e, em seguida, os informantes da pesquisa que abrangem a gestora do PAA, as lideranças do MMNEPA e os agricultores familiares associados ao movimento. Ainda neste item, justifica-se a utilização da abordagem quali-quantitativa para uma análise dividida em etapas subjetivas e objetivas dos dados coletados através das técnicas de observação, aplicação de questionário e entrevistas aos sujeitos da pesquisa. Por fim, apresenta-se a construção e o tratamento dos dados coletados considerando o método de Análise de Conteúdo.

O item 3 aborda os aspectos relevantes sobre as contratações da CONAB como política pública enfatizando as iniciativas do governo no incentivo à agricultura familiar a partir da implementação de mecanismos de compra específicos. Os três subitens seguintes recompõem a origem do PAA, sua proposta como política e seus instrumentos de ação junto aos agricultores familiares.

Tratando da interação existente entre política pública e desenvolvimento local, o item 4 aborda os aspectos inerentes à agricultura familiar bem como suas dificuldades e limitações. Além disso, discute as perspectivas de desenvolvimento rural sustentável ressaltando a necessidade de mudanças não apenas no modo de produção agrícola, principalmente, a transformação da mentalidade do pequeno/médio produtor a respeito das questões ambientais amplamente discutidas na atualidade por organismos públicos e privados.

O item 5 discute o papel das Organizações Não Governamentais (ONGS) e a participação dos movimentos sociais no processo de desenvolvimento integrado, além da relação existente entre segurança alimentar e sustentabilidade.

O referencial teórico elaborado propôs-se a discorrer sobre a importância das políticas públicas para estimular a dinâmica do local a partir do envolvimento dos atores sociais, para que o leitor possa compreender a CPR-Doação, enquanto política pública e sua possível contribuição para o desenvolvimento local dos agricultores familiares integrantes de uma organização feminista denominada MMNEPA. Foi acrescida a reflexão de alguns autores, sobre o processo do desenvolvimento rural sustentável a fim de fundamentar a análise da pesquisa, que também retratou essa percepção caso a caso.

No item 6 são delineados resultados e discussões acerca do estudo de caso referente ao CPR-Doação em Santa Maria do Pará destacando suas principais características, benefícios e dificuldades sob a ótica da CONAB, enquanto órgão público e do MMNEPA, como movimento socializador. Nos demais subitens são apresentados os resultados dos questionários aplicados aos agricultores familiares associados ao MMNEPA e residentes em Santa Maria do Pará que participam da CPR-Doação. Neste sentido tais resultados são observados e analisados através do método análise de conteúdo que visa responder o problema e os objetivos dessa pesquisa. Após a leitura dos resultados dos questionários aplicados aos agricultores e dos depoimentos recolhidos, os dados foram transcritos e avaliados de acordo com o método de análise de conteúdo, levando em consideração os eixos de análise mencionados no subitem 2.6 (A construção e tratamentos dos dados: Análise de Conteúdo) a fim de verificar as contribuições para o desenvolvimento local e ações de gestão ambiental. Através do método da categorização houve uma redução dos dados a partir das frequências observadas nas respostas dos entrevistados, a fim de facilitar a compreensão e discussão dos resultados.

No item 7 apresenta-se a conclusão sobre a pesquisa a fim de verificar se os objetivos propostos foram alcançados e se a problemática foi esclarecida no decorrer do presente estudo. Neste contexto, a pesquisadora discutiu as vantagens e falhas identificadas pela CPR-Doação em Santa Maria do Pará, e propôs alguns pontos a serem melhorados no âmbito público, através da Companhia Nacional de Abastecimento, no MMNEPA e no perfil dos agricultores familiares.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem foi do tipo quali-quantitativa tendo em vista os aspectos analíticos, subjetivos e descritivos da pesquisa além da quantificação de dados para posterior análise e interpretação dos resultados. Embora a metodologia qualitativa seja distinta da quantitativa tanto nas técnicas de coleta de dados quanto na interpretação dos resultados, ambas foram necessárias e importantes nas fases desta pesquisa, levando em consideração que a mesma contemplou três fases de coleta de dados em campos diferentes, nas quais os atores sociais apresentavam posições sociais e percepção de realidade distinta, além de que a quantidade de informantes na terceira fase da pesquisa foi facilitada, a partir do método quantitativo com a aplicação de questionários que posteriormente tiveram os dados tabulados e apresentados graficamente no decorrer deste trabalho.

A expressão pesquisa qualitativa assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (MAANEN apud NEVES, 1996, p.1).

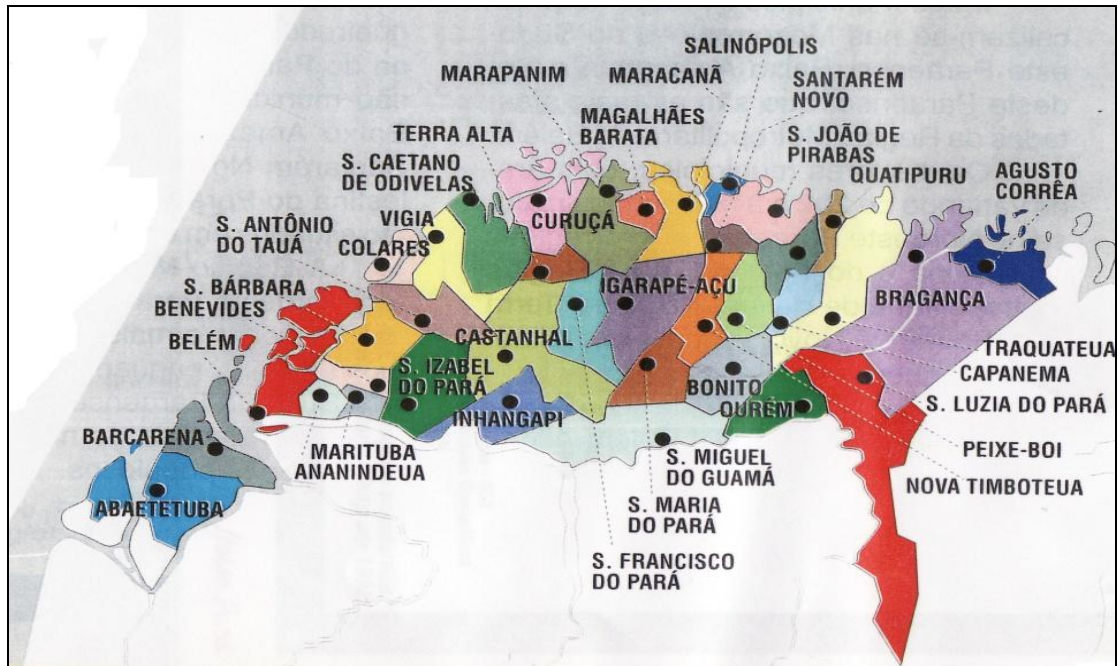
A análise quantitativa se efetua com toda informação numérica resultante da investigação, que se apresentará como um conjunto de quadros, tabelas e medidas. (SABINO apud LAKATOS; MARCONI, 2009a, p. 283).

A revisão bibliográfica foi baseada em livros de metodologia, literatura específica sobre contratações públicas e da área ambiental. O levantamento documental foi estruturado a partir de artigos, entrevistas, legislação específica, projetos do PAA, folders, mapas das entidades e planilhas de controle disponibilizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e pelo Movimento das Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA). O caso concreto foi um estudo baseado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) implementado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) através do projeto desenvolvido pelo MMNEPA em Santa Maria do Pará.

### 2.1 ÁREA DE ESTUDO E BREVE HISTÓRICO

A área de estudo contemplou o município de Santa Maria do Pará, conforme é demonstrado nos mapas a seguir. Segundo dados do IBGE, o município é localizado no Nordeste do Pará, na zona fisiográfica Bragantina. Possui cerca de 23.026 habitantes, área

territorial de aproximadamente 458 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 50,31 habitantes por km<sup>2</sup>. Com a construção da rodovia BR-316, que liga Belém a Brasília, cortando o seu território, a localidade assumiu posição estratégica, inclusive no setor agrícola. Assim, em 1961, Santa Maria emancipou-se político-administrativamente.

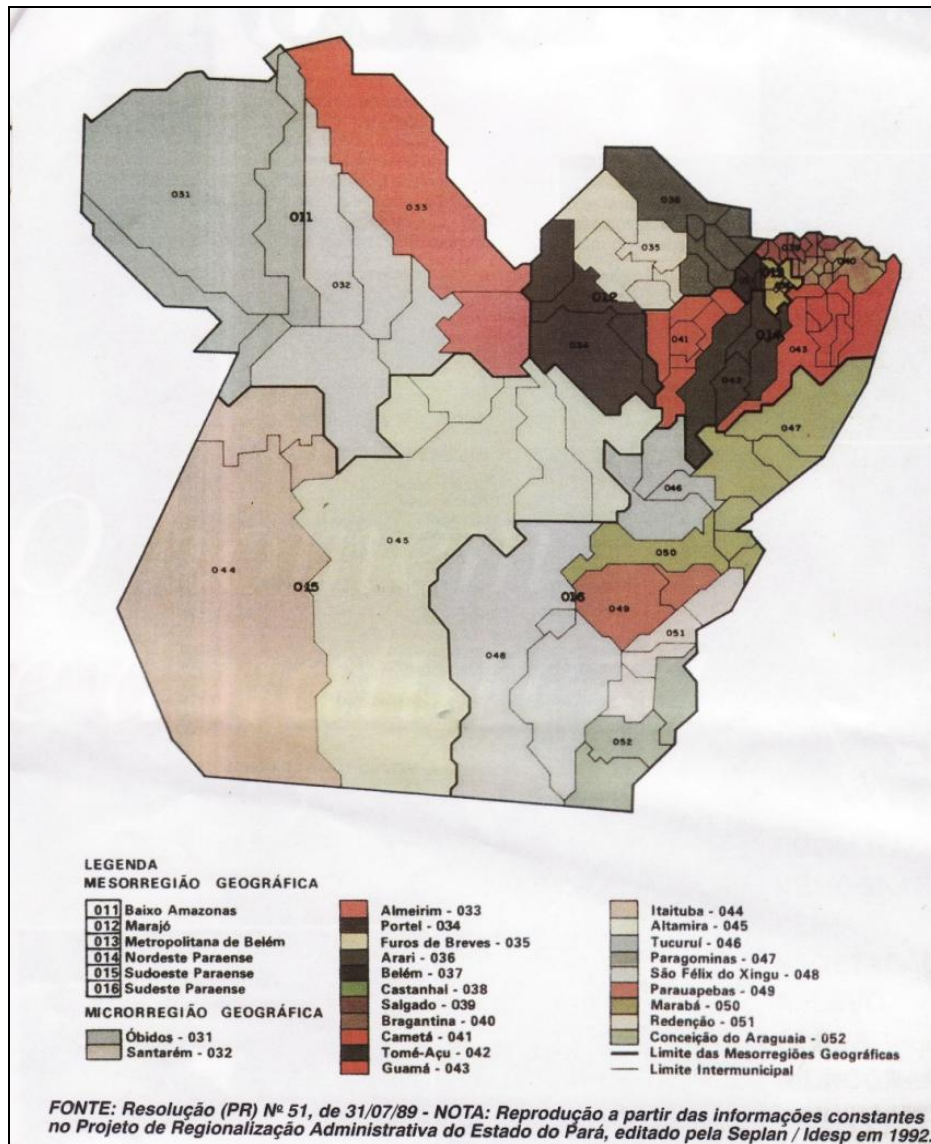


**Mapa 01:** Localização de Santa Maria do Pará.

Fonte: Nosso Pará, 1992.

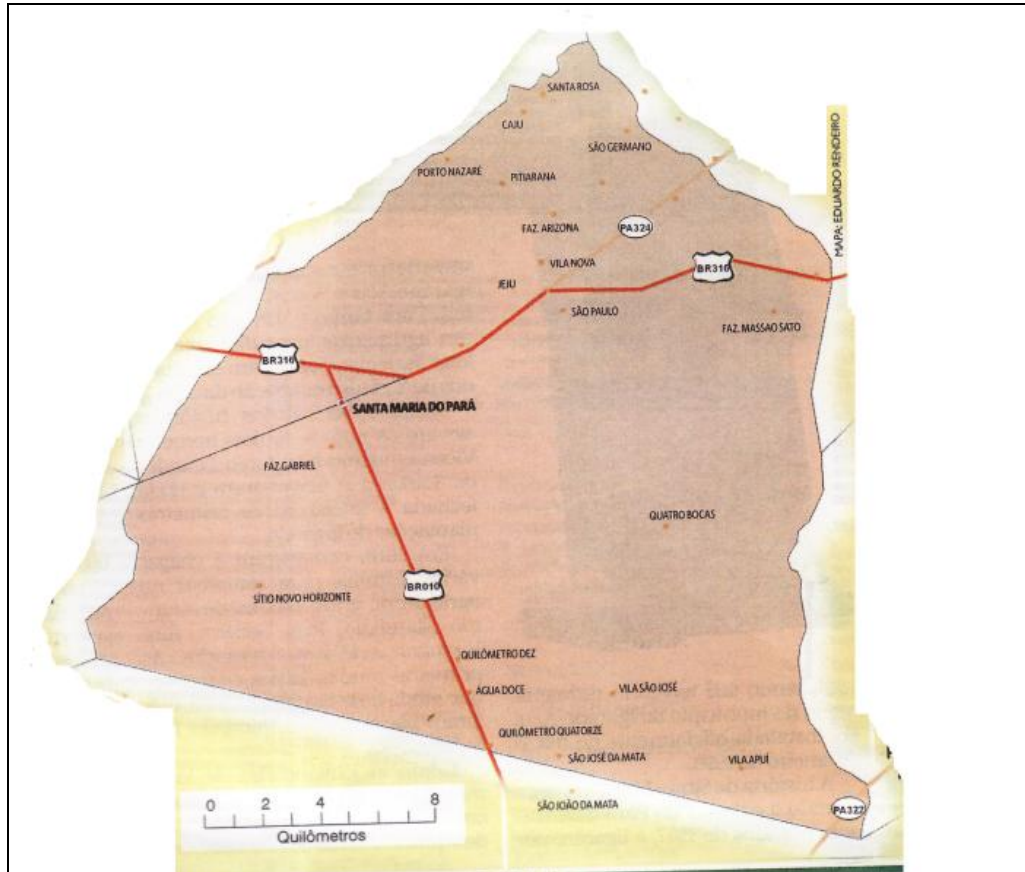
Como pode ser observado no Mapa 02 abaixo, a Mesorregião Bragantina, representada na legenda pela cor marrom e numeração 040 contempla o município de Santa Maria do Pará. O Mapa 03 retrata a distância do município em relação às principais rodovias: BR-316 e BR-010 revelando uma localização estratégica do ponto de vista comercial.





**Mapa 02:** Mesorregião Geográfica.

Fonte: Nosso Pará, 1992.



**Mapa 03:** Quilometragem até Santa Maria.

Fonte: Anuário, 2008.

Elevado à categoria de Município com a denominação de Santa Maria do Pará, pela Lei Estadual nº 2.460, de 29 de dezembro de 1961, desmembrado do município de Igarapé-Açú. Sede no Distrito de Santa Maria. Constituído do Distrito Sede. Instalado em 01 de janeiro de 1993. Em divisão territorial de 01 de junho de 1995, o município é constituído do Distrito Sede, assim permanecendo em divisão territorial de 14 de maio de 2001. As origens históricas de Santa Maria do Pará remontam ao ano de 1917, período em que o governo estadual determinou a ligação, através de travessas, dos municípios de Igarapé Açú a São Miguel do Guamá. No mesmo ano de 1917, chegaram à região Vicente Justino e Antônio Leandro de Souza que se puseram a derrubar a mata bruta e providenciar plantação de cultura de subsistência. No ano de 1918 se estabeleceram no local Sebastião José do Nascimento e Joaquim Alves. O pioneiro, Joaquim plantou, às margens do ramal inúmeros pés de mangueira, das quais algumas ainda podem ser vistas até os dias de hoje, bem vistosas. Ainda em 1919, estabeleceu-se no lugar o comerciante Joaquim David, que supria os colonos com mercadorias, pois as dificuldades de acesso à localidade eram imensas. O interventor Magalhães Barata legalizou os terrenos de Santa Maria e providenciou melhorias ao local que se tornou efetivamente um povoado. No ano de 1961 foi criado o Município de Santa Maria do Pará, por lei sancionada pelo governador Aurélio Corrêa do Carmo, sendo prefeito nomeado o Sr. Henrique José de Araújo. (FERREIRA; J.C.V., 2003a, p.611).

O município de Santa Maria possui um histórico agrícola a partir da cultura de subsistência inicialmente exercida pelos habitantes pioneiros, o que, posteriormente, estimulou a migração de pequenos produtores para a região. Além disso, a construção da rodovia Belém Brasília constituiu um acontecimento marcante para o município, pois demarcou sua posição nas atividades agrícolas. Segundo informações do IBGE/SAGRI citado por Ferreira (J.C.V. , 2003b), no ramo da agricultura, suas principais culturas são: arroz de sequeiro; arroz de várzea; feijão phaoselus; feijão vigna; milho; melão; melancia; mandioca; açaí; cupuaçu; dendê; goiaba; laranja; maracujá; pimenta-do-reino, urucum e coco-da-baía. Recentemente, a criação de abelhas tem adquirido notoriedade na produção dos pequenos produtores da região.

## 2.2 INFORMANTES DA PESQUISA

Os informantes da pesquisa foram: Gerente de Operações do PAA e dois técnicos de campo da CONAB/PA, Coordenadora do MMNEPA e dois técnicos de campo do MMNEPA em Santa Maria do Pará, dos 26 agricultores familiares do município que são vinculados ao movimento e participam da CPR-Doação foram entrevistados 18 associados.

### 2.2.1 (CONAB)

A CONAB é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento (MAPA), criada desde 1990 com a finalidade de gerir a política agrícola no Brasil, acompanhando assim a trajetória da produção desde o planejamento do plantio até chegar à mesa do consumidor final.

A atuação da Companhia contribui para a decisão do agricultor na hora de plantar, colher e armazenar e segue até a distribuição do produto no mercado, fase em que a garantia dos preços mínimos oferecidos pelo governo é traduzida em abundância no abastecimento e estímulo à produção. (QUEM SOMOS, 2008, p.1)

A CONAB possui papel relevante no que tange às políticas públicas direcionadas ao fortalecimento da comercialização dos pequenos e médios agricultores familiares. Dentre estas, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que é coordenado e executado pela companhia, estados e municípios, desde 2003.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no qual o governo compra a produção familiar a preços adequados, de forma descomplicada e sem intermediários, também tem presença efetiva da CONAB na sua execução,

em parceria com outros órgãos governamentais. O PAA objetiva superar o maior desafio para os agricultores familiares, que é vender a produção a preços remuneradores e compatíveis com o mercado. (QUEM SOMOS, 2008 ,p.1)

O PAA é uma política pública que através dos instrumentos da agricultura familiar, denominados de mecanismos de compras antecipadas possui a proposta de facilitar a comercialização dos produtos tratando os agricultores familiares como fornecedores potenciais do governo.

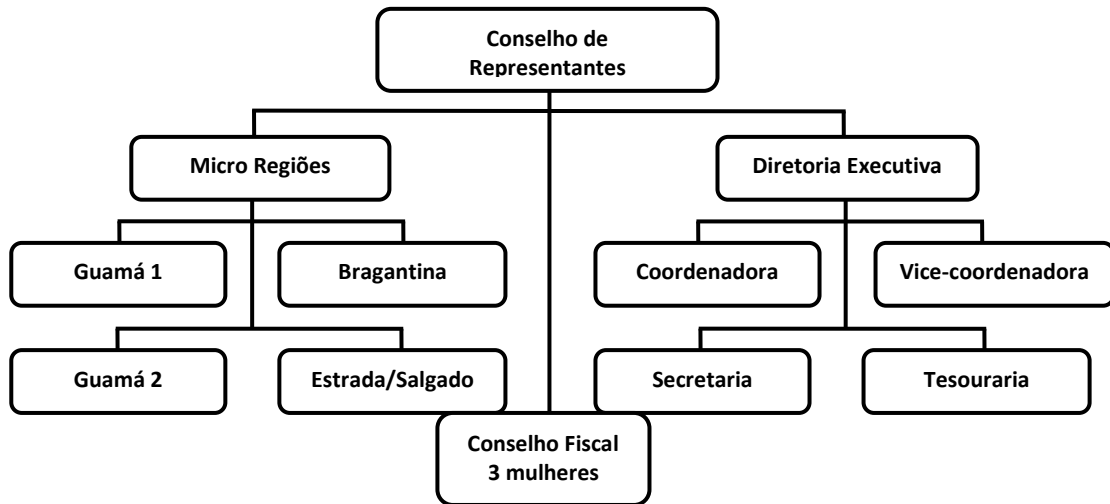
A Superintendência Regional da CONAB, no estado do Pará é localizada na região metropolitana de Belém, sendo vinculada pelo MAPA. O PAA no estado do Pará possui uma gestora que dispõe de técnicos de campo especializados.

### **2.2.2 MMNEPA**

Segundo dados fornecidos pela colaboradora Rita Teixeira<sup>3</sup>, o MMNEPA foi criado em 1993 e passou a ter personalidade jurídica em 1997. É uma organização feminista aglutinadora dos grupos de mulheres que tem como missão fortalecer as mulheres do Nordeste Paraense para superar as desigualdades sociais, promovendo o desenvolvimento humano, integrado, sustentável, buscando justiça social, emancipação das mulheres e equidade de gênero através da organização, formação e articulação (MMNEPA, 2008). O organograma abaixo, demonstra a estrutura atual do movimento de mulheres ilustrando sua participação nas Micro Regiões do Nordeste Paraense. De acordo com os dados contidos na proposta de participação disponibilizada pela CONAB e com o organograma demonstrado observa-se que o MMNEPA possui atuação direta em quatorze municípios, e indireta em vinte e oito municípios do Nordeste Paraense. O MMNEPA desenvolve suas atividades em quatro micro regiões detalhadas a seguir: Micro Regiões Guamá 1 (São Domingos do Capim, Aurora do Pará, Mãe do Rio e Irituia) e Guamá 2 (Capitão Poço, Ourém, Santa Luzia do Pará e Cachoeira do Piriá), Bragançana (Santa Maria do Pará, Bragança, Tracuateua e Capanema) e Estrada/Salgado (Salinas, São João de Pirabas e Nova Timboteua).

---

<sup>3</sup> Rita Teixeira é colaboradora e militante do MMNEPA.



**Figura 01:** Organograma MMNEPA.  
Fonte: Folder MMNEPA, 2008.

Através de um folder disponibilizado pelos colaboradores do MMNEPA (2008, p.1), foi possível obter as informações citadas abaixo:

O MMNEPA caracteriza-se por promover a articulação e participação da mulher e suas famílias através de ações nas áreas de formação política, capacitação em questões específicas das mulheres em geração de renda, mobilizações de massa, incentivo às mulheres na busca de espaços políticos, lutando efetivamente contra práticas discriminatórias à mulher, construindo alianças para fortalecer a luta da classe trabalhadora. **Estratégias de ação:** suas estratégias de intervenção concentram-se na formação para a capacitação de lideranças feministas em questões específicas, profissionalizantes e gerais, para o fortalecimento das mulheres na política e economia, possibilitando a educação popular através de cursos, encontros, oficinas, seminários, congressos, debates, palestras, subsídios, arte popular, garantindo o debate sobre gênero, no interior dos movimentos e na sociedade. **Objetivo:** tem como objetivo, promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das mulheres do Nordeste Paraense de forma a auto potencializá-las para as práticas agrícolas sustentáveis garantindo a segurança alimentar e consequentemente a redução da pobreza e a construção da consciência política da mulher.

O município de Santa Maria do Pará fica localizado à aproximadamente 115 km da região metropolitana de Belém, onde o MMNEPA tem forte atuação em virtude de alguns colaboradores importantes do movimento residir na região. Além disso, o movimento possui

parceria com a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Santa Maria (ADESC), que conta com cerca de 55 (cinquenta e cinco) agricultores familiares vinculados no ano vigente.

Desta forma, 26 (vinte e seis) famílias produtoras que residem em Santa Maria e são cadastradas no MMNEPA vendem seus produtos para a CONAB pelo PAA através do instrumento CPR-Doação que beneficia diretamente a comunidade, escolas estaduais e municipais com as doações.

A atividade foco desenvolvida pelos agricultores familiares do MMNEPA em Santa Maria é a apicultura<sup>4</sup>, mas eles também cultivam hortifrutigranjeiros e polpas de frutas. Portanto, o presente estudo propõe identificar os desdobramentos da CPR-Doação para o desenvolvimento local em Santa Maria, levando em consideração a geração de renda, melhoria da qualidade de vida, beneficiamento da produção e mecanismos de sustentabilidade utilizados pelos agricultores familiares vinculados ao MMNEPA.

A geração de renda é um elemento fundamental para o fortalecimento econômico de qualquer organização social, particularmente nas zonas rurais onde as opções de empregos formais são menores. O aumento da renda de famílias de pequenos agricultores resulta, entre outros benefícios, na redução do êxodo para área urbana, fenômeno que tem crescido nas últimas décadas no Brasil e contribuído para o agravamento dos problemas sociais. É relevante esclarecer que o aumento da renda possibilita melhoria no padrão de vida dos produtores de forma que podem utilizar tais recursos para beneficiamento e aperfeiçoamento das técnicas de produção, ou seja, ampliação da produção. A partir do momento que este produtor beneficia sua produção está preservando a continuidade da mesma e daí a necessidade das organizações sociais neste processo.

A maioria das organizações sociais no Brasil desenvolvem projetos em prol da preservação ambiental e, conseqüentemente, de ações sustentáveis através da educação no campo. Nesta perspectiva, os produtores são capacitados e passam a compreender a importância da conservação dos recursos naturais, não apenas para usufruir de maneira consciente e contínua, mas visualizando novos horizontes para as gerações futuras.

### 2.3 A ABORDAGEM: QUALI-QUANTITATIVA

A pesquisa foi dividida em três fases com abordagens distintas. A primeira fase foi marcada pela visita à CONAB, onde foram aplicadas duas entrevistas informais e uma entrevista semiestruturada. A segunda fase foi marcada pela visita à sede do MMNEPA, onde

---

<sup>4</sup> Criação de Abelhas (FERREIRA;A.B.H., 1989, p.35).

foram aplicadas duas entrevistas informais no primeiro momento e em seguida duas entrevistas semiestruturadas, além da técnica da observação dos fatos. Portanto, na primeira e segunda fase da pesquisa foi adotada a abordagem qualitativa e as respectivas técnicas de coleta (entrevista e observação) em virtude do caráter analítico e subjetivo das informações coletadas, ou seja, os dados foram interpretados de acordo com a noção de realidade dos atores sociais envolvidos.

(...) os qualitativistas afirmam seja a superioridade do método que fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas societais, seja a incapacidade da estatística dar conta dos fenômenos complexos e dos fenômenos únicos. (HAGUETE, 1992a, p.63).

Haguete (1992b) “ao definir que os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser”, fundamenta a intenção desta pesquisadora em valorizar aspectos subjetivos destacando a voz dos atores sociais e suas percepções sobre o processo pesquisado.

Desta forma, o estudo das contratações da CONAB a partir do exemplo do PAA no MMNEPA constituiu um universo de informações passíveis de diversas análises, pois adentrou várias realidades. Primeiramente, foi analisada a percepção do âmbito público através dos servidores da CONAB, em seguida as informações foram obtidas junto aos dirigentes do MMNEPA. Foram avaliadas realidades distintas ligadas ao mesmo programa, mas certamente mundos diferentes com interpretações diferentes, em virtude das especificidades e necessidades de cada ator social.

A terceira fase da pesquisa foi marcada pela aplicação de questionários aos agricultores familiares associados do MMNEPA, paralelamente à técnica da observação já que alguns questionários foram aplicados na propriedade rural de algumas famílias. Nesta última fase, foi adotada a abordagem quantitativa a fim de facilitar a coleta de dados por meio das frequências nas respostas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa. Desta forma, os dados foram tabulados e apresentados graficamente para melhor visualização e interpretação do leitor.

Berelson citado por Lakatos e Marconi (2009b, p.283) “define metodologia quantitativa como a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”.

Por isso, a abordagem utilizada denomina-se quali-quantitativa em razão das distintas técnicas de coleta de dados e interpretação dos resultados defendidos por cada linha de pensamento.

## 2. 4 OS DELINEAMENTOS DA PESQUISA: BIBLIOGRÁFICA, DOCUMENTAL E ESTUDO DE CASO

Os delineamentos da pesquisa referem-se à fundamentação teórica baseada na pesquisa bibliográfica e documental, mas também à abrangência da área de estudo por tratar-se de um caso concreto.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2008a, p.51).

Portanto, os dados foram retratados através de um estudo de caso realizado no MMNEPA com a verificação *in loco* das contribuições dadas para o desenvolvimento local a partir da implementação do PAA pela associação.

De acordo com Yin apud Gil (2008b, p.58):

o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.

A escolha desse método teve por finalidade o aprofundamento do objeto de investigação a partir da observação detalhada de uma realidade específica, que neste caso é a implementação da CPR-Doação entre os agricultores familiares vinculados ao MMNEPA em Santa Maria do Pará.

## 2. 5 AS TÉCNICAS: ENTREVISTA, OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE E QUESTIONÁRIO

O primeiro contato com os informantes da pesquisa foi através de um conversa informal, para esclarecer alguns elementos sobre a realidade que seria investigada e orientar a estruturação das perguntas para as entrevistas definitivas. Após a elaboração dos roteiros das



entrevistas e o contato prévio com alguns dos informantes para definir a data das entrevistas, foi efetuada a visita em campo. Em seguida, houve uma entrevista semiestruturada (cujo roteiro encontra-se no apêndice A) à Gerente de Operações da CONAB responsável pelo PAA e à Coordenadora do MMNEPA, para obter informações sobre a atuação do programa e traçar um paralelo a partir das duas percepções sobre o mesmo. Posteriormente, foi aplicado um questionário com 26 perguntas, a 18 agricultores familiares que participam do MMNEPA no município de Santa Maria do Pará, com o objetivo de avaliar a contribuição do PAA para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos. Foi utilizado o método da observação não participante na associação MMNEPA, em contato com os produtores, bem como analisado as reuniões e assembleias realizadas com a finalidade de identificar as vantagens e desvantagens do PAA para o desenvolvimento local.

Portanto, as técnicas de coleta de dados utilizadas foram entrevistas, questionário e observação não participante. Segundo Selltiz citado por Gil (2008c, p.109):

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas procedentes.

(...) enquanto instrumento de coleta de dados, a entrevista, como qualquer outro instrumento, está submetida aos cânones do método científico, um dos quais a busca de objetividade, ou seja, a tentativa de captação do real, sem contaminações indesejáveis nem da parte do pesquisador nem de fatores externos que possam modificar aquele real original. (HAGUETE, 1992b, p.86-87).

A entrevista realizada com a Gerente de Operações da CONAB/PA, responsável pelo PAA, teve por finalidade obter uma visão estratégica do programa, identificar os pontos fortes e fracos, e seus resultados sob a ótica da administração pública.

A entrevista realizada com a Coordenadora do MMNEPA avaliou as contribuições do programa no âmbito regional, identificando as vantagens e desvantagens para o agricultor familiar, bem como sua relação com o desenvolvimento sustentável.

A entrevista realizada com o técnico do MMNEPA facilitou a aproximação com a realidade dos produtores e o acesso à propriedade rural dos mesmos, além de ter possibilitado o acesso desta pesquisadora em outros eventos realizados pelo movimento.

Sobre a observação não participante, Lakatos e Marconi (2009c, p. 276), informam que:

O pesquisador entra em contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, sem integrar-se a ela. Apenas participa do fato, sem participação efetiva ou envolvimento. Age como espectador. Porém, o procedimento tem caráter sistemático.

Por fim, para os agricultores familiares foram aplicados 18 questionários, com 07 perguntas relacionadas à identificação do perfil dos informantes e 19 compostas por questões fechadas e abertas direcionadas ao objeto da pesquisa.

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc (...) (GIL, 2008d , p.121).

Após a coleta de dados, os mesmos foram transcritos também de formas distintas. As entrevistas foram transcritas, submetidas à leitura flutuante e interpretação através da análise de conteúdo. Já os questionários tiveram seus dados tabulados para verificação das frequências e percentuais nas respostas e confecção de gráficos através do Excel. Em seguida, os dados foram categorizados para facilitar a análise.

## 2. 6 A CONSTRUÇÃO E O TRATAMENTO DOS DADOS: ANÁLISE DE CONTEÚDO

Através da coleta de informações e documentos das lideranças da CONAB foi possível direcionar a pesquisa para o MMNEPA. A gerente de operações do PAA após uma conversa informal mostrou-se disposta e interessada em colaborar com a pesquisa, aceitando ser entrevistada posteriormente (18/05/2011). Em seguida, foi efetuada uma entrevista semiestruturada na data pré-agendada, sendo possível sua reprodução por um gravador digital. A entrevista realizada na CONAB foi conduzida por um roteiro de 11 perguntas direcionadas ao objeto da pesquisa (constam no apêndice A), se estendendo para outras orientações de caráter relevante para a pesquisa. Nesta ocasião, houve contato direto e conversa informal com os técnicos de campo responsáveis pela avaliação documental repassada pelas associações/cooperativas que vendem para o governo através da Companhia. Após a entrevista, foi disponibilizada pela entrevistada mapas das entidades, planilhas de controle e projetos de diversas associações que contratam com a Companhia através dos instrumentos do PAA. Através da leitura e análise minuciosa das propostas de adesão ao PAA, bem como seus respectivos projetos chegou-se ao MMNEPA despertando o interesse desta pesquisadora por diversos motivos: é uma das associações que mais contrata com a Companhia, participa de

projetos sustentáveis inclusive da CPR-Doação, promove a educação no campo e o empoderamento da mulher, possui atuação direta em municípios do Nordeste Paraense. Nas propostas constavam todos os contatos das lideranças da associação e dos agricultores familiares vinculados.

Na sequência, esta investigadora já de posse dos telefones efetuou contato para agendar uma conversa informal com os colaboradores do movimento, que na oportunidade estavam capacitando lideranças dos agricultores familiares de alguns municípios do Nordeste Paraense, numa oficina de planejamento estratégico em Santa Maria do Pará na sede da ADESC. Esta conversa envolveu duas lideranças importantes do MMNEPA e possibilitou visualizar a forte atuação deste, no município de Santa Maria, embora sua sede seja na cidade de Capanema/PA. Nesta oportunidade foi possível conhecer o espaço onde ocorre a maioria dos eventos do movimento, foram tiradas fotografias da oficina e disponibilizado folders informativos sobre o movimento. Na ocasião foi pré-agendada uma entrevista com a Coordenadora do MMNEPA para 07/06/2011, que, posteriormente, foi realizada em seu escritório na cidade de Santa Maria, conduzida por um roteiro de 09 perguntas semiestruturadas (apêndice B) e se estendendo para outras colocações importantes. Neste momento, houve contato com o tesoureiro e animador dos eventos do MMNEPA, o Sr. Luis Sávio que disponibilizou documentos para consulta e informações relevantes para a pesquisa. No dia 14/12/2011 foi realizada uma entrevista semiestruturada com 10 perguntas (consta no apêndice C) ao técnico Luis Sávio na sede da ADESC.

As informações coletadas na CONAB e no MMNEPA foram transcritas, sendo filtrada para compor os resultados deste trabalho.

Dando sequência à coleta de dados, foram aplicados 18 questionários (consta no apêndice D) aos agricultores familiares associados ao MMNEPA que contratam com a CONAB através da CPR-Doação.

Houve ainda, dois momentos importantes na interação com o MMNEPA no dia 23/12/2011 com a confraternização natalina e no dia 26 e 27/01/2012 no seminário sobre gestão e comercialização sustentável. Ambos, momentos estratégicos para aplicação da técnica de observação.

Portanto, utilizou-se a técnica qualitativa de análise de conteúdo para auxiliar a interpretação e avaliação dos dados levantados nas entrevistas e questionários.

O forte da análise de conteúdo é que ela analisa o material passo a passo com controle metodológico rígido. Ela divide o material em unidades que são

trabalhadas uma depois da outra. No centro existe um sistema de categorias, desenvolvida a partir do material e guiada por teoria. Por meio desse sistema de categorias, determinam-se aqueles aspectos que devem ser filtrados do material. Por essa sistemática, a análise de conteúdo se distingue mais dos trabalhos interpretativos e hermenêuticos de material de texto. (TÉCNICAS DE ANÁLISE QUALITATIVA, p.114)

Após a aplicação das entrevistas e questionários estruturados nos eixos temáticos mencionados, esta pesquisadora seguiu as orientações de Bardin (1997a) para a *leitura flutuante* do material de campo buscando identificar e classificar a partir do processo de categorização. Para Bardin (1997b) “*leitura flutuante* consiste em estabelecer contato com o material que será analisado, buscando conhecê-lo de modo a deixar-se invadir por impressões e orientações”.

A redução dos dados consiste no processo de seleção e posterior simplificação dos dados que aparecem nas notas redigidas no trabalho de campo. Esta etapa envolve a seleção, focalização, a simplificação, a abstração e a transformação dos dados originais em sumários organizados de acordo com os temas ou padrões definidos nos objetivos originais da pesquisa. (GIL, 2008e, p.175).

Os dados foram analisados a partir das seguintes categorias, que representam características de desenvolvimento local:

- Melhoria na renda dos agricultores familiares;
- Segurança alimentar e nutricional;
- Envolvimento do MMNEPA com as famílias;
- Percepção dos produtores sobre os pontos positivos e negativos após a implementação da CPR-Doação.

A redução dos dados recolhidos no campo foi efetuada através da definição de categorias de análise para facilitar a organização do material.

### **3 AS CONTRATAÇÕES DA CONAB COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA**

As contratações na administração pública no que tange às compras somente podem ser efetuadas mediante a realização de licitação ou através de dispensa de licitação, nos casos que a legislação permite. As compras públicas são regidas pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, também denominada de lei de licitações e contratos administrativos que abrangem as licitações<sup>5</sup> e os casos em que são dispensadas as licitações.

Como exemplo, os instrumentos da agricultura familiar, definidos a seguir, compõe o PAA, entre os quais dois são modalidades de compras que beneficiam o agricultor, a partir do momento que traz a proposta de geração de renda para o produtor através do fortalecimento da agricultura familiar e estimula a segurança alimentar e nutricional.

As contratações públicas devem obedecer às exigências legais dispostas na Lei 8.666/93, mas também deveriam abranger os critérios ambientais dispostos na Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 que institui a Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC), o Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010 que regulamenta os artigos 6º, 11 e 12 da lei citada anteriormente, e por fim a Instrução Normativa nº 1, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), de 19 de dezembro de 2010 que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Por constituírem iniciativas recentes, a inclusão das exigências ambientais ainda estão em fase de implementação gradativa nos órgãos da administração pública.

A CONAB é uma empresa pública que acompanha a trajetória da produção agrícola, desde o planejamento do plantio até chegar à mesa do consumidor final. Dentro dessa perspectiva a CONAB define políticas públicas para o abastecimento alimentar do país.

Por tratar-se de órgão oficial do governo federal submete suas contratações aos dispositivos legais regidos pela Lei 8.666/93 que dispõe sobre licitações e contratos administrativos. Por seu histórico na política agrícola brasileira, também possui papel estratégico na execução do PAA que foi criado para corrigir algumas falhas do PRONAF, mas também para dar suporte e fortalecer as ações do mesmo.

---

<sup>5</sup> Forma pela qual a administração pública contrata bens e serviços.

O PRONAF trouxe para a administração pública uma inovação em termos de contratação ao instituir o PAA em 2003. O PAA tem a proposta de incentivar a agricultura familiar através de instrumentos incomuns de compras, sendo que as aquisições restringem-se a itens da cesta básica, hortifrutigranjeiros, pescado e mel.

Os instrumentos de compras utilizados pelo PAA são considerados dispensa de licitação de acordo com o artigo 24 da Lei 8.666/93. Uma contratação comum através de uma dispensa de licitação, para aquisição de bens ou serviços por qualquer órgão público teria a finalidade de atender as necessidades deste ou assegurar seu patrimônio com material permanente e de consumo.

No caso do PAA, os agricultores familiares sempre serão os fornecedores e a aquisição dos produtos não irá compor o patrimônio da CONAB, mas retornará para a comunidade em forma de doação, ou será estocado para regular os preços de mercado e depois revendido no momento oportuno.

O PAA é uma política pública com a proposta de beneficiar o produtor rural que tem dificuldade em vender sua produção. Além disso, distribui produtos para comunidades em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Enfim, o PAA possui grande desafio enquanto política pública que é atender as demandas da agricultura familiar respeitando a regionalidade. O Estado do Pará possui especificidades locais que devem ser respeitadas pelo programa.

Portanto, embora o PAA seja uma política nacional deve ser direcionada para cada estado sendo executado de forma que abranja a realidade da região através de estratégias de ação implementadas com a ajuda dos conhecimentos tradicionais dos próprios agricultores.

### 3. 1 BREVE HISTÓRICO DO PAA: PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Segundo dados retirados do histórico do PAA<sup>6</sup> (Oficina Participativa, realizada em 2006), este programa foi resultado de acontecimentos importante desencadeados politicamente desde 2001 e iniciou com a elaboração do Projeto Fome Zero coordenado pelo Instituto da Cidadania. A partir de 2003 foram delineadas as diretrizes para o PAA. Em março do mesmo ano, o Presidente Lula lançou o mecanismo de Compra Antecipada da Agricultura Familiar na Fazenda Itamaraty.

---

<sup>6</sup> Histórico do PAA. **Oficina de Documentação Participativa do PAA – Região Norte/Amazônia Ocidental - RELATÓRIO**. Rio Branco, 24-26 de Maio de 2006. Promoção CONAB/MAPA. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/3e3998aa0ccb95b4e4431644f735f549..pdf> >. Acesso em: 23 maio 2011.

A elaboração do Planejamento Plurianual 2003-2007 já contemplou ações orçamentárias visando à aquisição de alimentos da agricultura familiar destinadas ao atendimento de programas sociais. O traço característico do PAA é a proposta de absorver os produtos da agricultura familiar tratando o produtor como fornecedor que em contrapartida entrega seus produtos à programas sociais. Em junho de 2003 iniciou-se a divulgação do PAA nos estados e no mês seguinte foi institucionalizado através da Lei 10.696<sup>7</sup>/2003 e do Decreto 4.772<sup>8</sup>/2003.

Em janeiro de 2004 houve a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que constituiu um marco importante para estruturação do PAA. Em março ocorreu a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que reafirmou a importância do PAA enquanto instrumento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em fevereiro de 2006 teve início o processo de documentação participativa do PAA, que contou com a colaboração de movimentos sociais e organizações da agricultura familiar. Desde então, ocorreram oficinas de documentação participativa regionais do PAA com a finalidade de avaliar o programa elencando os resultados a partir da percepção dos agricultores fornecedores, organizações proponentes e beneficiários das doações. Além disso, as oficinas detectaram os desafios, dificuldades e pontos negativos formatando propostas e recomendações para análise dos órgãos interessados futuramente.

Entre as dificuldades elencados na Oficina da Região Norte (2006) pode-se listar alguns de caráter mais relevante:

- Dificuldade na obtenção do Documento e Aptidão ao PRONAF (DAP);
- Falta de incentivo agrícola para a agricultura familiar;
- Ausência de regularidade fiscal das associações dificultando o acesso ao programa;
- Nem todos os produtos listados nos projetos encaminhados são aceitos pela CONAB;
- Falta de apoio das organizações municipais e estaduais;
- Demora no pagamento aos produtores em virtude de irregularidade na documentação das organizações;
- Os agricultores familiares da região norte enfrentam dificuldades de transporte, escoamento, armazenamento e conservação da produção.

---

<sup>7</sup> Lei que criou o PAA, em seu artigo 19.

<sup>8</sup> Regulamenta o artigo 19 da Lei 10.696/2003.

Parte dos pontos levantados na Oficina da Região Norte (2006) está relacionada a questões de cunho regional, como por exemplo, as dificuldades de transporte, não aceitação de itens regionais, falta de apoio técnico e incentivo agrícola, enfatizando a importância da implementação do programa em considerar o regionalismo.

### 3. 2 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Neste tópico serão apresentadas informações sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), enfatizando os aspectos legais e os dados adicionais disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) no que diz respeito à sua finalidade e papel como política pública. Em 02 de julho de 2003 foi publicada a Lei 10.696, em seu artigo 19, que dispõe:

Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e a formação de estoques estratégicos.

§1º Os recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos formados nos termos deste artigo serão destinados integralmente às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar.

§2º O Programa de que trata o caput será destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, ficando dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais. (BRASIL, 2003)

Segundo informações da CONAB (2010), o PAA é coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA) e executado pelos Estados, Municípios e pela própria CONAB, contribuindo para a consolidação de uma Política própria para comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais brasileiros e, ainda, serve de referência para a cooperação com outros países, em especial, países da América Latina, Caribe e África.

O PAA possui papel relevante no abastecimento alimentar das comunidades locais e contribui sobremaneira para o desenvolvimento destas. O Programa tenta absorver o excedente da produção agrícola garantindo a venda dos produtores proporcionando segurança aos mesmos. Estes produtos comprados pela CONAB podem ser destinados aos próprios municípios, possibilitando a diversificação dos produtos em virtude do limite de valor por



produto, auxiliando o agricultor a aperfeiçoar seu sistema produtivo para atender as demandas do programa passando a ser policultor.

O PAA, por meio das modalidades de contratações tem sido um dos instrumentos governamentais de fortalecimento da agricultura familiar, tendo a CONAB como órgão executor e responsável pela mediação entre Estado e Movimento Sociais do Campo com a proposta de construção da consciência socioambiental nas comunidades através de práticas sustentáveis e contribuição para o desenvolvimento local.

### 3. 3 INSTRUMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

As compras efetuadas através do Programa de Aquisição de Alimentos podem ser executadas através de três instrumentos da agricultura familiar: a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação), Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque) e a Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF). Todos os procedimentos referentes ao PAA constam no Manual de Operações da CONAB e cada instrumento possui sua cartilha disponibilizada no site da CONAB<sup>9</sup>.

Os conceitos estão disponibilizados no site da CONAB, na Cartilha da Agricultura Familiar (p.01):

**Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR-Doação:** Formalizada com associações e/ou cooperativas de agricultores familiares que entregam sua produção diretamente na instituição beneficiada. As normas operacionais do instrumento constam no Título 30 do Manual de Operações da Conab (MOC).

**Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR-Estoque:** Formalizadas com associações e/ou cooperativas de agricultores familiares que recebem antecipadamente até 100% dos recursos para compra de matéria-prima, embalagens e rótulos, pagamento de produtor/fornecedor e despesas com beneficiamento. As normas operacionais do instrumento constam no Título 33 do Manual de Operações da Conab (MOC).

**Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF:** É a aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra instalados próximos aos locais de produção. As normas operacionais do instrumento constam no Título 27 do Manual de Operações Conab (MOC).

Os instrumentos da agricultura familiar são modalidades do PAA, operados pela CONAB, que possuem finalidades diferenciadas de acordo com sua regulamentação e público alvo beneficiado. A Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), a Formação de Estoque

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

(CPR-Estoque) e a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação) são consideradas dispensas de licitação segundo o artigo 24, inciso II da Lei 8.666/1993.

Segundo a Cartilha de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea CPR-Doação (p.01):

É a modalidade do PAA na qual a cooperativa ou associação de agricultores familiares vende sua produção para o Governo, via CONAB, e entrega o alimento diretamente em rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, sozinhas comunitárias e bancos de alimentos) ou em rede socioassistencial (asilos, APAES e abrigos), governamentais ou não, responsáveis pelo atendimento a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Portanto, o foco do presente estudo será direcionado para a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação), como modalidade de contratação pública, que visa beneficiar os agricultores familiares, sua cooperativa ou associação e entidade consumidora.

## **4 AGRICULTURA FAMILIAR, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Por definição as políticas públicas devem vislumbrar programas de auxílio coletivo que priorizem o interesse comum dos atores sociais envolvidos, assim como sua relação com o âmbito público orientando a aplicação dos recursos públicos destinados para este fim. Neste caminho, as políticas públicas podem ser fortes instrumentos de indução do desenvolvimento local e transformação da realidade, pois são elaboradas de forma a contemplar as características do lugar e seus respectivos atores sociais.

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (...).

As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social. (...) (TEIXEIRA, 2005, p.02 e 03).

As políticas públicas são diretrizes que podem aproximar diversos segmentos sociais em busca de ações coletivas, ou seja, a ação do poder público possui a capacidade de reunir interesses da iniciativa privada, com a finalidade de interferir nas comunidades locais para resolver determinada problemática e minimizar as tensões sociais existentes.

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, foi resultado de luta política liderada pela Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) em favor da inclusão dos pequenos produtores nas políticas agrícolas. (BUAINAIN; GUANZIROLI; SABATTO, 2010, não paginado).

O PRONAF é uma política de grande impacto social que desencadeou programas em detrimento de tensões pré-estabelecidas no seio da sociedade vigente como, por exemplo, a questão da segurança alimentar e combate à fome. A presente pesquisa contempla as interfaces da CPR-Doação, como instrumento da agricultura familiar, que é uma política pública institucionalizada através da Lei 10.696, em seu artigo 19, que dispõe sobre o PAA. Segundo o parágrafo 2º da referida lei os agricultores familiares somente podem vender seus produtos ao governo se estiverem enquadrados no PRONAF. Neste contexto a CPR-Doação

tem por finalidade atender as demandas dos agricultores familiares oportunizando a geração de renda, já que o governo mediante algumas exigências legais é um comprador em potencial e garante compra certa caso os produtores se enquadrem nos requisitos solicitados. Como qualquer contratação pública, a CPR-Doação está submetida aos dispositivos legais inerentes às compras públicas por tratar-se de dispensa de licitação, segundo a lei 8.666.

A garantia e institucionalização do PAA estão diretamente relacionadas à mitigação das tensões sociais mobilizada pelos interesses da política agrícola. Portanto, o programa pretende atender aos atores sociais representados pelos agricultores familiares e pelos indivíduos que estão em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade. Neste momento, percebe-se a importância desta política pública como transformadora da realidade local ao passo que possui a proposta de estimular o desenvolvimento incentivando os pequenos produtores rurais.

De acordo com Brito (2006):

O processo de desenvolvimento local, enquanto “um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais, associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração socioeconômica de reconstrução do tecido social de geração de emprego e renda surge como um fenômeno que coloca em evidência: os atores sociais, as redes de cooperação e o sistema institucional que eles conseguem construir; e os projetos coletivos. Objetiva fortalecer os empreendimentos empresariais associativos e os micro empresários para que gerem empregos sustentáveis. Ele é uma resultante direta da capacidade dos atores e das sociedades locais se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e sua matriz cultural, para definir e explorar suas potencialidades, buscando competitividade num contexto de rápidas e profundas transformações. No novo paradigma de desenvolvimento, isto significa, antes de tudo, a capacidade de ampliação da massa crítica dos recursos humanos, domínio do conhecimento e da informação, elementos centrais da competitividade sistêmica. (ALBUQUERQUE E BUARQUE apud BRITO, 2006a, p.01-02)

O local é entendido como um meio de pertença que permite a uma população reconhecer em si traços característicos, e mesmo laços de solidariedade, que exercem certa influência sobre as mudanças socioeconômicas em favor das formas de intervenção oferecidas pelas instituições governamentais e associativas. (JOYAL apud BRITO, 2006b, p.02).

O desenvolvimento local avaliado através de uma perspectiva sistêmica permite visualizar a importância dos atores sociais, das redes de cooperação e do sistema institucional construído, de acordo com a percepção de Brito (2006). Para detectar os indícios de desenvolvimento é preciso ter sensibilidade para perceber as estratégias fundamentais de ação que envolve os atores do meio urbano e rural, bem como as iniciativas do âmbito público e

privado no sentido de promover o esperado desenvolvimento. Essas estratégias perpassam pelo compromisso com a geração de renda e funcionamento do mercado local, pelo estudo das especificidades do território de forma a aproveitar suas potencialidades e adequar os recursos tecnológicos à realidade do meio, compreender a dinâmica social do local adaptando o sistema educativo e de capacitação profissional. Neste contexto, o local é um espaço de estudo contínuo de forma que as estratégias de desenvolvimento mobilizadas pela iniciativa pública ou privada através de políticas públicas ou cooperativismo/associativismo deve compreender suas particularidades, limitações e potencialidades.

Segundo Brito (2006c, p.06), as principais características de desenvolvimento local são:

- a mobilização de uma população que se descobre através de sua própria apresentação, desenvolvimento das iniciativas no campo cultural e no campo econômico, política de comunicação, emergência de uma parceria que atinge progressivamente o meio associativo, o mundo político, os sócio-profissionais e em última instância, os atores econômicos;
- a valorização dos produtos locais e iniciativas locais de qualidade que tem como efeito a valorização do território e seus produtos;
- a apropriação dos eventos de fortalecimento das identidades culturais pelos parceiros políticos e os sócio-profissionais sem prejudicar à dinâmica original;
- o exercício do processo de aprendizagem coletiva pela população local que aceita inscrever-se dentro de tal processo, reforçando a mobilização;
- a emergência de cidadãos, novos atores, reivindicando uma fixação local;
- a dinâmica local desencadeada difundindo-se geograficamente para outros espaços sociais; e
- a busca de um equilíbrio frágil entre uma promoção não seletiva de produtos locais, que encoraja a maioria dos atores locais (artesãos, comerciantes, agricultores, pecuaristas, profissionais liberais) e uma preocupação de marketing, marcada pelo pensamento de distinção de produtos de qualidade destinados a públicos aos quais deseja atingir.

Identificar as características de desenvolvimento local em determinada comunidade não é uma tarefa fácil, embora o sentido da palavra desenvolvimento seja claro, é preciso avaliar os benefícios deste em relação ao meio ambiente e a qualidade de vida dos indivíduos. O desenvolvimento local não se restringe a um fator isolado, mas a um conjunto de fatores que permitam o crescimento harmonizando as relações sociais, as questões ambientais e a dinâmica do local.

O local representa o agrupamento de relações sociais. Ele é também o lugar onde a cultura e outros caracteres não transferíveis têm sido sedimentados. É onde os homens estabelecem relações, onde as instituições públicas e locais atuam para regular a sociedade. Representa, assim, o lugar de encontro das relações de mercado e formas de regulação social, que por sua vez determinam formas diferentes de organização da produção e diferentes capacidades inovadoras, tanto para produtos como para processos, levando a

uma diversificação de produtos apresentados ao mercado não simplesmente com base no custo relativo dos fatores. Quanto ao desenvolvimento local, Bava (1996, p.58) enfatiza que ele é: “endógeno, nasce das forças internas da sociedade; constitui um todo, com dimensões ecológicas, culturais, sociais, econômicas, institucionais e políticas, sendo que a ação a seu serviço deve integrar todas essas dimensões”. (CAMPANHOLA; SILVA, 2000a, p.13-14)

Estudar o local é identificar suas especificidades, entender a dinâmica dos atores sociais envolvidos compreender suas limitações para absorver as modificações do meio e capacitar para minimizar os pontos considerados frágeis e os obstáculos ao desenvolvimento do território. Portanto, somente é possível pensar em desenvolvimento e criar mecanismos para alcançá-lo a partir de ações conjuntas que vislumbrem o espaço territorial como meio de constante transformação da realidade. Local este composto de agentes sociais em contínuo processo de mudança criando mecanismos de defesa, que superem as limitações e tentando se adaptar às adversidades impostas pelo meio em que vivem.

#### 4. 1 A AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS DESAFIOS

A agricultura familiar tem adquirido cada vez mais espaço no setor agrícola brasileiro, não apenas como uma produção de subsistência, mas também como um empreendimento capaz de reduzir as desigualdades regionais da geração de renda e gestão sustentável dos recursos ambientais. Muitas conquistas já foram alcançadas a partir da mobilização dos atores sociais, entretanto os pequenos/médios produtores ainda enfrentam algumas dificuldades para investirem em seu empreendimento rural.

Agricultura familiar refere-se ao agricultor que não é necessariamente pequeno, mas onde a família realiza a gestão do empreendimento. (BUAINAIN; GUANZIROLI, SABBATO, 2010, não paginado).

Em geral, a maioria das propostas de políticas agrícolas é originada da mobilização dos trabalhadores rurais em busca da inclusão social, visando reduzir as desigualdades regionais. Desde 1996, com a criação da PRONAF são notórias as inúmeras iniciativas governamentais para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, embora a maioria não contemple a realidade do pequeno/médio produtor. Em 2003, houve a criação do PAA e em 2008 o Programa Territórios da Cidadania, ambos são instrumentos que ampliam e consolidam as ações do PRONAF.

Uma das deficiências na implementação da política agrícola no Brasil é a ausência de ações que compreendam a dinâmica de cada local. Não se pode criar uma estratégia de

desenvolvimento regional sustentável se as ações são as mesmas para todos os territórios, ignorando as especificidades locais. Cada território possui uma dinâmica própria que está relacionada aos aspectos sociais, econômicos e culturais.

É necessário ressaltar que, atualmente o agricultor familiar pode desfrutar de algumas políticas agrícolas com mais facilidade quando está inserido em movimentos ou associações comunitárias que oferecem apoio técnico através de capacitações teóricas e práticas, conferindo conhecimentos relevantes se agregados aos conhecimentos tradicionais adquiridos ao longo da vida rural.

No mundo rural de hoje dispõem-se possibilidades de desenvolvimento localizadas no agronegócio e na agricultura familiar, alvos de políticas públicas especiais nada desimportantes. É só ver o seu número, diversificação e abrangência crescentes, aqueles dois ministérios mais e mais articulando ações com o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Pesca, além de vários outros programas de envergadura (ações no território, os Pronafs, etc). Toda uma trama institucional atua num meio rural já bem distante do mundo da tradição e do tempo dos grandes domínios. (SANTOS, 2007, p.01).

A agricultura familiar no Brasil vive outra realidade que está direcionada aos novos níveis de qualidade e novas escalas de produção. Neste contexto os pequenos e médios agricultores devem se reestruturar para adequarem-se ao respectivo padrão produtivo, às novas exigências mercadológicas e para isso necessitam de apoio técnico garantido.

O PAA tem estimulado a discussão do tema da segurança alimentar que necessariamente induz à reflexão sobre o padrão de qualidade nutricional dos produtos advindos da produção familiar. É imprescindível fiscalizar o cultivo destes produtos através de sistemas de inspeção confiáveis, seja a nível municipal ou estadual. Entretanto, o poder público deve oferecer amparo técnico para as famílias de pequeno-médios produtores a fim de que estes tenham condições de atenderem as exigências documentais solicitadas pelas políticas agrícolas, como também competir igualmente com os grandes produtores.

Algumas políticas agrícolas já contemplam essa iniciativa em relação à assistência técnica, porém ainda de maneira fragmentada e incipiente. A agricultura familiar tem adquirido notoriedade na formulação de políticas agrícolas desde a década de 90 em virtude do seu papel relevante para o desenvolvimento do país.

Tal afirmação pode ser constatada pelos resultados do estudo “Novo Retrato da Agricultura Familiar”, realizado em 2000 e demonstrou uma participação de 37, 9% (trinta e sete por cento) da produção familiar no Valor Bruto da Produção (VBP) e o grupo A,

representado por produtores capitalizados, foi responsável por 50% (cinquenta por cento) da produção familiar. Ainda segundo dados do referido estudo o Censo de 2006 revelou um aumento da participação da agricultura familiar no VBP agropecuário, de 37,9% (trinta e sete por cento) para 40% (quarenta por cento) entre 1996-2006, e a elevação da participação do Grupo A de 50% (cinquenta por cento) para 67% (sessenta e sete por cento) do VBP da agricultura familiar.

De acordo com Buainain, Guanzirolí e Sabato (2010) o estudo “Novo Retrato da Agricultura Familiar” mostrou que a gestão familiar e a predominância do trabalho familiar são traços unificadores de um universo extremamente heterogêneo que engloba desde produtores muito pobres até produtores capitalizados. Segundo os autores a análise dos resultados do estudo permitiu confirmar sua heterogeneidade e a artificialidade da tentativa de dividir politicamente os agricultores brasileiros em dois grupos antagônicos.

É indiscutível a importância da agricultura familiar na viabilização do desenvolvimento rural. Daí a existência de fortes movimentos sociais desde a década de 90, reivindicando atenção governamental para a educação no campo. A mobilização dos atores sociais impulsionou desde então a formulação e a reformatação de políticas voltadas para o meio rural que facilitassem não apenas a concessão de crédito, mas promovessem assistência técnica especializada para as famílias.

A partir desse período, o processo de estabilização econômica se iniciou com o Governo Itamar Franco, na função de vice-presidente da República. Os debates acerca do desenvolvimento do país estimularam propostas inovadoras de transformação social que promovessem o desenvolvimento rural esperado.

(...) não pode ser esquecido que na década de 90, particularmente a partir de 1993-94, entram em vigor muitas regulamentações estabelecidas pela nova constituição, que havia sido formulada em 1988. Uma delas, por exemplo, trata da descentralização política e financeira, pois os municípios passam a ser entes federados e, portanto, responsáveis pela execução de boa parte das políticas públicas (saúde, educação, segurança). (SCHNEIDER, 2010, p.513).

Com a descentralização política e financeira os estados e municípios passaram a exercer relevante papel na implementação das políticas públicas, em termos de tomada de decisão e gestão dos recursos. Nesse contexto, os estados e municípios tornam-se responsáveis em adequar as políticas às especificidades regionais.



É importante ressaltar que, mesmo gradativamente, o pequeno produtor conquistou inúmeros avanços através da mobilização em busca de mudanças qualitativas de vida. O Manual de Crédito Rural (MCR) os privilegiaram com juros e prazos menores, teoricamente.

Portanto, a concessão da linha de crédito rural consistia em uma das limitações que dificultavam o progresso dos pequenos agricultores, acentuando a exclusão em virtude das regras estabelecidas pelos bancos que burocratizavam a fase documental, inviabilizando as transações financeiras.

A partir desta estrutura de exclusão, verifica-se que apesar das políticas de intervenção no meio rural incluir em suas ações propostas de caráter isonômico, na prática existem regras estabelecidas que não beneficiam de forma igualitária o pequeno produtor, em decorrência dos custos de transação das operações para concessão do crédito rural.

#### 4. 2 PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A abertura de estradas a partir da década de 70, analisado através da percepção desenvolvimentista, deveria ter configurado uma conquista na ocupação dos vazios amazônicos, entretanto o progresso veio acompanhado de elevados índices de desmatamento de forma progressiva ao longo dos anos. A degradação da floresta foi custeada por incentivos fiscais nas décadas de 1970 e 1980 (MAHAR apud FEARNSSIDE, 2005a, p.114) provocando a perda da biodiversidade, a redução da reciclagem da água e contribuições para as variações climáticas. Na atualidade, as atenções dos órgãos governamentais e organizações internacionais estão direcionadas para o combate ao desmatamento amazônico, através de estratégias de fiscalização e arrecadação de multas. Dentro desta perspectiva macro discute-se o desenvolvimento sustentável buscando encontrar mecanismos mais realistas para conter as ações antrópicas sobre o meio ambiente.

A floresta amazônica brasileira permaneceu completamente intacta até o início da era “moderna” do desmatamento, com a inauguração da rodovia Transamazônica, em 1970. Os índices de desmatamento na Amazônia vêm aumentando desde 1991 com o processo de desmatamento num ritmo variável, mas rápido. (FEARNSSIDE, 2005b, p.113)

A ocupação da Amazônia a partir da década de 70 se deu de forma trágica, pois se de um lado existia uma aparente perspectiva de avanço com a construção da rodovia transamazônica, por detrás os interesses econômicos foram custeados pelos elevados índices de desmatamento. Naquela época as práticas eram insustentáveis e pensava-se no meio ambiente como fonte inesgotável de recursos. A insustentabilidade deu espaço à

descontinuidade da flora e da fauna amazônica na atualidade, em virtude da utilização de técnicas de cultivo rudimentares e ineficientes pelos produtores agrários, dos intensos processos migratórios e aberturas de estradas a partir da devastação da mata, a exploração madeireira, o tráfico de animais para comercialização, entre outros fatores. O uso inconsciente dos recursos naturais resultou em malefícios para a qualidade de vida dos indivíduos, que na figura de órgãos públicos e privados tentam resgatar na atualidade práticas de conservação e sustentabilidade das espécies.

A ocupação intensa da Amazônia começou no início da década de 1970. Embora áreas extensas ainda permaneçam intactas, a taxa de perda da floresta é dramática, em especial no “arco do desmatamento”, ao longo das bordas sul e leste. A perda da biodiversidade e os impactos climáticos são as maiores preocupações. A vastidão das florestas remanescentes significa que os impactos potenciais do desmatamento de forma continuada são muito mais importantes que os já severos impactos que ocorreram até hoje. (FEARNSIDE, 2005c, p.114)

A maioria dos produtores agrários adotavam a agricultura itinerante, também denominada de agricultura migratória de derruba e queima. Segundo Costa e Hurtiene (1998) apud Hurtiene (2005a, p.28) não há uma correlação clara entre a expansão da agricultura familiar e o desmatamento, mas não podem ser totalmente isentadas de um desmatamento de pequena escala e perda da biodiversidade. Entretanto, nos últimos anos houveram mudanças significativas em torno da agricultura familiar na Amazônia em virtude da mobilização dos atores sociais, no sentido de almejar a revalorização da pequena produção. Houve uma mudança de postura do produtor familiar que adotava um manejo insustentável, passando a utilizar sistemas de produção agrícola complexo que incluíam culturas perenes, árvores frutíferas, extração vegetal de produtos florestais não madeireiros, a pequena e a grande criação.

A visão da agricultura amazônica como agricultura itinerante, pouco produtiva, destrutora do meio ambiente e condenada ao desaparecimento devido ao avanço de grandes propriedades (o modelo do ciclo de fronteira) é contrastada com a tendência para uma consolidação da agricultura familiar baseada em sistemas de produção mais complexos, que incluem culturas permanentes, a pequena criação e gado. Essa tendência foi detectada mais claramente no Nordeste Paraense, mas comprovada estatisticamente para o estado do Pará e a região Norte. (HURTIENE, 2005b, p.19)

(...) A importância maior do movimento por uma agricultura sustentável não está na sua “produção da produção”, mas na “produção da consciência- no caso de uma nova concepção de desenvolvimento econômico. (ALMEIDA; NAVARRO, 2009a, p.106).

A partir da concepção do autor, para alcançar uma agricultura sustentável, primeiramente é necessária uma mudança de mentalidade do próprio produtor e não apenas a criação de novas tecnologias alternativas ou sustentáveis. É imprescindível uma nova consciência social a fim de compreender a relação homem-natureza e de produzir novas formas políticas e ideológicas. Sendo assim, antes mesmo de inovar as técnicas de cultivo em busca da sustentabilidade, é preciso refletir sobre os valores e pensar de forma sustentável.

(...) é através da democratização das políticas públicas que se pode caminhar na construção de um processo de desenvolvimento que seja sustentável não apenas do ponto de vista ecológico e mais equitativo do ponto de vista social e econômico, mas principalmente sustentável do ponto de vista político. (ALMEIDA; NAVARRO, 2009b, p.109).

A orientação de políticas públicas, no caso brasileiro, pode através de medidas fiscais punitivas e encorajadoras induzir práticas sustentáveis visando promover uma mudança comportamental na sociedade vigente. Neste contexto, a descentralização política advinda a partir da Constituição de 1988, conferiu aos governos estaduais certa independência em relação as velhas políticas regionais de incentivos fiscais e subsídios, contribuindo para a implantação de um aparato legal fundamentando as políticas de meio ambiente. Entretanto, se sabe que as desigualdades existentes no meio rural dificultam o acesso ao crédito, bem como a gestão dos recursos financeiros por estes que na maioria das vezes não possuem conhecimento técnico e experiência adequada.

Segundo Bonanno et al. (1999), nos países em desenvolvimento, a globalização acelera o processo de exclusão social dos pequenos produtores agrícolas, dos trabalhadores e dos consumidores mais pobres. Desse modo, há nações, regiões e locais que vão sendo incluídos nessas cadeias, e outros excluídos. Portanto, a globalização, longe de ser um fenômeno mundial de homogeneização na distribuição de capital, contribui para acentuar ainda mais as diferenças entre nações e regiões. (CAMPANHOLA E SILVA, 2000b, p.16).

A era global proporcionou transformações significativas nas nações em desenvolvimento, no que diz respeito ao acesso à informação e à própria revolução tecnológica. O conhecimento e o capital passaram a ser instrumento valioso e competitivo no mercado global. Neste sentido os grandes produtores agrícolas detentores de capital investiram em técnicas de cultivo inovadoras que aceleravam o ritmo da produção e, conseqüentemente, davam retorno mais imediato, barganhando o mercado e colocando-se

ainda mais à frente dos pequenos produtores. Portanto, a globalização acentuou de forma considerável o abismo existente no meio rural, dificultando os processos para os pequenos produtores que não detinham capital suficiente para investir em técnicas que possibilitassem competir igualmente com os grandes produtores rurais. Outro fator importante é o processo de descentralização de recursos.

A descentralização tem se tornado a grande moda desta década. Alguns a vêem como uma importante ferramenta para o desenvolvimento rural e para a redução da pobreza, outros como um caminho para dismantelar economias centrais e, ainda, alguns como forma de semear a democracia. (CAMPANHOLA; SILVA, 2000c, p.19).

A descentralização somente poderá constituir-se como instrumento para o desenvolvimento rural e a redução da pobreza se for utilizada de maneira coerente pelos gestores municipais, a fim de aplicarem os recursos através da implementação de políticas direcionadas ao município respeitando as especificidades regionais. Sendo assim, a descentralização pode contribuir sobremaneira para modificar o cenário desigual que compreende o meio rural, atualmente. Não basta descentralizar ou mesmo criar políticas públicas que não tenha efetiva participação dos atores sociais para sua formulação e não retratem a realidade do local.

Mediante um diagnóstico bem elaborado, podem-se identificar os principais problemas e reivindicações e propor as principais linhas de uma política de desenvolvimento para o município. Entre essas linhas destacam-se: a qualidade de vida; renda dos agricultores familiares; o acesso a novas tecnologias e alternativas de produção que garantam a qualidade e a conservação do meio ambiente; a infra-estrutura produtiva e social; a assistência técnica e a formação profissional dos agricultores; a qualidade da educação rural; o acesso à saúde gratuita; a valorização do conhecimento e da cultura da população local, a participação dos jovens, mulheres e idosos; e a organização dos agricultores e sua participação nas decisões que envolvam as políticas para o município. (CAMPANHOLA; SILVA, 2000d, p.20).

O problema da conservação dos recursos naturais ainda é tratado de modo superficial e pontual, não havendo uma política ambiental para o espaço rural que promova o seu desenvolvimento sustentável; o que há hoje é uma lei nacional de caráter punitivo, sendo pouco consideradas as diferenças e particularidades locais. (CAMPANHOLA; SILVA, 2000e, p.33).

Embora muitas políticas públicas sejam originadas da mobilização social em busca de mudanças benéficas, no momento da sua criação e implementação estas são elaboradas por atores políticos que interpretam as reivindicações sob sua própria ótica e de acordo com seus

interesses. Daí verifica-se que ao sair do papel essas políticas não conseguem contemplar sua finalidade específica e sanar as problemáticas vivenciadas pelos pequenos produtores rurais. Portanto, a participação dos atores sociais envolvidos é um fator imprescindível na elaboração de políticas de desenvolvimento. Nesta mesma análise insere-se a gestão dos recursos naturais do local que necessita de uma política ambiental eficaz considerando as particularidades de cada região, como também a tradição da comunidade local. A valorização da experiência e conhecimento das comunidades tradicionais nem sempre são levadas em consideração quando o assunto é preservação ambiental. Embora a humanidade tenha se tornado refém da globalização, dando ênfase a revolução do conhecimento e da tecnologia, nada substitui a experiência adquirida e o conhecimento construído no cotidiano das comunidades tradicionais. A união destes conhecimentos tradicionais e dos conhecimentos acadêmicos constituem uma ferramenta eficiente para a gestão dos recursos naturais do lugar.

(...)o desenvolvimento sustentável rural passa pelo desenvolvimento de sistemas de uso da terra/ sistemas de produção sustentáveis adaptados às condições de produção da agricultura familiar nas vastas áreas que já se alteraram nos últimos 30 anos. Ao mesmo tempo, é necessário criar e garantir áreas de proteção ambiental para manter a cobertura florestal original. (HURTIENE, 2005c, p. 20)

Segundo o Hurtiene (2005c) o caminho para o desenvolvimento sustentável rural é adequar os sistemas de produção sustentáveis à realidade do agricultor familiar, criando mecanismos que preservem os recursos naturais e garantam a continuidade das espécies. É necessário que o produtor rural compreenda a dinâmica sustentável, o que pode ser alcançado através da educação no campo promovida com a conscientização ambiental de maneira clara e objetiva. A educação no campo é uma luta contínua das organizações sociais que buscam capacitar para informarem os pequenos produtores, a fim de esclarecerem sobre a importância da manutenção de atitudes sustentáveis em busca da continuidade através do aprimoramento de técnicas inovadoras no plantio. Além disso, houve uma mudança de percepção do produtor, ou seja, o campo é visto não apenas como mecanismo de subsistência, mas como fonte geradora de renda e possível melhoria da qualidade de vida. Um exemplo interessante de organização social, já citado anteriormente, é o MMNEPA que trabalha em prol da educação feminina no campo.

## **5 O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS) E A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Segundo Almeida e Navarro (2009c, p.110) o setor ambiental brasileiro é formado por cinco grandes segmentos de atores diferenciados: as agências multilaterais e bilaterais de financiamento e cooperação; as agências governamentais brasileiras; os novos empresários vinculados às necessidades próprias da proteção ou conservação do meio ambiente; as organizações não governamentais (ONGS<sup>10</sup>); e as populações locais representadas na maioria das vezes por mediadores e/ ou movimentos sociais.

Entretanto, a partir de uma divisão setorial e mais simplista temos o primeiro setor representado pelo poder público, o setor privado representado pela empresas e o terceiro setor que corresponde às organizações que possuem interesses no social. Neste último, se inserem as ONGS que são organizações não públicas, sem fins lucrativos, que juridicamente são associações ou fundações, que surgiram a partir de década de 70 para minimizar a ausência do estado em relação às deficiências de cunho social.

Neste sentido, as ONGS possuem papel importantíssimo como articuladora em relação à revalorização das culturas locais; valorização no consumo dos produtos locais; para ressaltar a importância da agricultura como atividade que produz lucros; para resgatar a necessidade de que os recursos naturais podem ser utilizados de forma ecológica e socialmente sustentável a fim de atenderem os padrões de exigências das gerações presentes e futuras; promover a biodiversidade agrícola e sua interação com a biodiversidade silvestre, enquanto fator preponderante da agricultura sustentável; revalorização do papel da mulher na agricultura; além de exercer papel importante no segmento, crítica pública e influência de políticas, tanto em nível nacional como internacional, entre outros.

As ONGS, com a participação popular, são parceiras importantes do Poder Público para transformar as intenções da lei em ações concretas. A atuação das ONGS será preponderante para manter o equilíbrio ecológico, um dos objetivos da humanidade neste final de Milênio. (BRITO; CÂMARA, 1998a, p.48).

O papel das ONGS é de extrema responsabilidade perante a sociedade civil que juntamente com os movimentos sociais, assumem fundamental importância na informação pública destas realidades. É importante que as ONGS e os próprios movimentos sociais levem

---

<sup>10</sup> São organizações do terceiro setor, que tem a finalidade pública e sem fins lucrativos.

em consideração que os atores fundamentais da agricultura sustentável são os pequenos/médios agricultores, devido aos conhecimentos tradicionais tanto dos seus agrossistemas como dos ecossistemas que os incluem. Não se pode articular e vincular mecanismos de reconstrução da agricultura sem comunicar-se com os atores sociais em questão. Nesta discussão é necessário reconhecer o papel dos movimentos sociais legalmente constituídos e organizados, com propósitos definidos que a partir do auxílio das ONGS podem receber benefícios técnicos e informações relevantes para agregar conhecimentos e lutar contra as desigualdades.

Diante da constatação de que os efeitos de suas iniciativas não beneficiam necessariamente as comunidades locais e que os movimentos de resistência proliferam nesse contexto, as agências desenvolvimentistas passaram a admitir e estimular a idéia de participação. (RIBEIRO, 1994, não paginado).

Não se pode negar a importância da participação das populações locais na elaboração e na implementação de projetos de desenvolvimento. Entretanto, é necessário utilizar e aproveitar as experiências e os conhecimentos tradicionais de forma adequada, no sentido de agregar informações para constituição de políticas eficientes. A ausência de técnica para utilização dessas informações tem ocasionado certo descompasso nos projetos que preveem a co-gestão (seja de comunidades/ONGS, seja de comunidades/governo), pois não se têm conseguido seguir as ações de planejamento dentro do prazo adequado impossibilitando assim a obtenção de recursos com a rapidez necessária.

As causas desses descompassos apontam para os fatos indiscutíveis de a maioria absoluta das comunidades envolvidas nesses projetos apresentar baixo níveis de escolaridade, não ter experiência anterior com elevada soma de dinheiro, não ter experiência administrativa nem contábil e não ter facilidade em tomar e manter decisões de interesse coletivo. (ROS FILHO, 1994, p.124).

As causas levantadas por Ros Filho (1994) configuram efetivamente uma limitação na execução dos projetos pelos movimentos sociais, ainda na atualidade. Embora, os órgãos governamentais e não governamentais já tenham um olhar diferenciado em relação à agricultura familiar brasileira, que pode ser verificado através das políticas direcionadas ao produtor, a falta de amplo amparo técnico ainda constitui uma barreira ao desenvolvimento local e a gestão eficaz dos recursos ambientais. É imprescindível que haja amparo técnico dentro dos movimentos sociais a fim de informar e capacitar os participantes em relação às exigências documentais dos projetos possibilitando que os mesmos possam se integrar e

participar ativamente. Vale ressaltar, que o baixo nível de escolaridade dificulta sobremaneira ações de interesse coletivo dentro das comunidades, que na maioria dos casos não sabem decidir em conjunto.

De acordo com Coleman (1988a), “a renúncia ao auto-interesse em prol da coletividade, é capaz de gerar capital social”. Assim, o capital social configura um fator que gera benefícios para os indivíduos através das redes de interações. Desta forma, ações coletivas estabelecem por consequência uma relação de confiabilidade entre os participantes. Ainda, segundo Coleman (1988b) “ a interação em si não gera necessariamente capital social, é preciso que essa relação seja recorrente e embasada em normas e valores compartilhados pelos participantes”.

Cabe elucidar outro fator que é defendido por Putnam citado por Costa e Costa (200?, p.8), que diz respeito aos aspectos culturais como determinantes da confiança e do capital social:

Para esse autor são os fatores culturais que explicam porque as sociedades se diferenciam em seus desempenhos econômicos e políticos. A existência de horizontalidade nas relações entre indivíduos, desenvolvidas de acordo com as particularidades locais através de uma tradição comunitária, determinaria a maior propensão para o envolvimento dos agentes em ações coletivas capaz, então, de potencializar o uso do capital material e do capital humano da coletividade. Ao contrário, relações hierárquicas calcadas em clientelismo, ausência de confiança, etc, inibiriam o engajamento cívico, levando a uma performance inferior.

Nesta análise é interessante frisar que, as diferenças são desde a confiabilidade até a extensão das responsabilidades assumidas que se deve à existência de diferenças no grau de integração da comunidade como também às próprias diferenças culturais existentes. Daí entende-se que a cooperação dentro da comunidade estabelece uma rede de confiança mútua.

A partir do momento que a coletividade e os laços de confiança são estabelecidos, trazem benefícios para a própria comunidade agregada que deve buscar parcerias juntos às ONGS, órgãos estaduais ou municipais, para fortalecer os movimentos através de capacitações e amparo técnico, que os auxiliem na participação e elaboração de projetos que viabilizem recursos financeiros para serem investidos na agricultura.



## 5.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A GESTÃO AMBIENTAL

Na atualidade, a preocupação com o meio ambiente tem despertado atenção tanto dos órgãos públicos quanto dos privados levando a ações estratégicas para a gestão eficiente dos recursos naturais. Nesse sentido as iniciativas que fundamentam a gestão ambiental (SHIGUNOV NETO; CAMPOS; SHIGUNOV, 2009a, p.18) referem-se ao atendimento e a fixação da legislação e de políticas ambientais que possuam a finalidade de conscientizar todos os atores envolvidos. Essa conscientização perpassa pela noção da escassez dos recursos naturais provocadas pelas ações antrópicas, exigindo cada vez mais respeito e cuidado com o meio ambiente. Portanto, as exigências quanto à responsabilidade ambiental tem ganhado repercussão mundial, afinal a degradação dos recursos naturais tem interferido sobremaneira na qualidade de vida dos indivíduos.

A questão ambiental deve ser cuidada com a participação da sociedade como um todo: governo e povo trabalhando unidos por uma gestão ambiental sustentada para resolver conflitos de interesses divergentes entre proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. É fundamental fazer funcionar os sistemas de gestão, a partir de comissões de meio ambiente, órgãos colegiados- por meio de câmaras técnicas especializadas que desenvolverão atividades para facilitar mediação e redução de riscos de arbitrariedade. Obter a participação efetiva dos segmentos da sociedade é a grande saída para resolver questões ambientais de interesse local. É importante que o Poder Público local crie os órgãos colegiados para tratar problemas sociais. (BRITO; CÂMARA, 1998b, p.47).

Dentro desta perspectiva, ressalta-se que a participação dos movimentos sociais no processo de gestão ambiental tem ganhado cada vez mais espaço, ao passo que mobiliza os atores sociais e informa sobre a importância da preservação dos recursos naturais para alcançar o sonhado equilíbrio entre homem e meio ambiente. A união das iniciativas do poder público e segmentos da sociedade são importantes na criação de mecanismos eficientes de gestão que consigam minimizar os impactos ambientais e as tensões sociais existentes na atualidade. Para promover à gestão ambiental a iniciativa não pode ser isolada e se restringir a determinado segmento público ou privado, as ações devem ser conjuntas de tal forma que respeitem os conhecimentos e experiências de ambas as partes levando em consideração estratégias planejadas e gradativas, para se obter resultados consolidados ao longo do tempo. O primeiro passo é que o setor público/privado, que detêm os recursos financeiros provenientes de políticas públicas/programas sociais e são mais esclarecidos em relação às questões ambientais, utilizem tais ferramentas para auxiliar segmentos menos favorecidos

tanto de recursos quanto de informações qualitativas no sentido de transformar a realidade propondo mudanças na mentalidade e atitudes mais sustentáveis em relação à utilização do meio ambiente.

Os movimentos sociais surgem da mobilização de determinado segmento da sociedade que lutam em prol de melhoria de aspectos específicos que podem estar relacionados à educação no campo, emancipação de gênero, causas sociais, fortalecimento da agricultura familiar, entre outros. Não importa o que mobiliza cada grupo, e sim que se organizem coletivamente para transformar a própria realidade de maneira positiva.

As organizações sociais brotam do seio das comunidades, são constituídas por atores originados da mesma e por isso possuem notório conhecimento das suas limitações, dificuldades e aspirações. Desta maneira, os indivíduos se unem em atividades coletivas e movidos por relações de confiança visam alcançar metas que beneficiem a todos. Dentro desse contexto vale destacar a importância dessas organizações no processo de conscientização ambiental no interior da própria comunidade. Partindo do conceito de que a gestão ambiental refere-se às relações existentes entre a organização e o meio ambiente, subtende-se que essas relações giram em torno das estratégias utilizadas para harmonizá-las, e isso reconhece-se nas atividades cotidianas da comunidade.

Sobre gestão ambiental Reis (1996, p.10) afirma que

O gerenciamento ambiental é um conjunto de rotinas e procedimentos que permite a uma organização administrar adequadamente as relações entre suas atividades e o meio ambiente que as abriga, atentando para as expectativas das partes interessadas.

Gestão Ambiental é o conjunto de atividades da função gerencial que determinam a política ambiental, os objetivos, as responsabilidades e os colocam em prática por intermédio do sistema ambiental, do planejamento ambiental, do controle ambiental e da melhoria do gerenciamento ambiental. Dessa forma, a gestão ambiental é o gerenciamento eficaz do relacionamento entre a organização e o meio ambiente. (SHIGUNOV NETO; CAMPOS; SHIGUNOV, 2009b, p.17)

Para exemplificar cita-se o MMNEPA, que configura o estudo de caso do presente estudo. O MMNEPA foi um movimento que surgiu nos anos 90 através da mobilização de um grupo de mulheres que sofriam violência doméstica, e sua atuação se deu em busca da emancipação feminina através da geração de emprego e renda. Essas mulheres se mantinham da atividade agrícola exercida pelos companheiros que compreendia a renda familiar, denominados assim de agricultores familiares. O MMNEPA incorporou à realidade dessas

mulheres a possibilidade de participarem ativamente da atividade agrícola a fim de contribuírem na renda familiar. A partir de então, o MMNEPA buscou parcerias de órgãos governamentais e privados para fortalecer o grupo, passando a oferecer oficinas e seminários informando as agricultoras sobre a importância da educação no campo.

A partir do caso citado, pode-se compreender de que forma esses movimentos podem intervir nas comunidades e contribuírem não apenas na forma como usufruem e preservam os recursos naturais através da conscientização ambiental, mas também no processo de desenvolvimento local. Entretanto, é importante retratar que a maioria dos integrantes desses movimentos sociais possui baixo nível de escolaridade dificultando a regularização da organização, além de nem sempre dispor de conhecimentos técnicos adequados. No entanto, quando as organizações são legalmente constituídas as parcerias e a obtenção de recursos financeiros são facilitadas através de convênios que, por conseguinte, podem ser investidos em capacitação e orientação técnica dos atores envolvidos.

O exemplo do MMNEPA é um caso raro, pois este movimento contou inicialmente com a ajuda de colaboradores interessados e que já possuíam certo nível de escolaridade, mas que não se acomodaram e buscaram capacitação para informar e fortalecer o grupo. Essa vantagem do movimento, consolidou as parcerias e projetos que trouxeram recursos financeiros beneficiando todo o grupo no decorrer da sua atuação no Nordeste Paraense. Além disso, propõe a sustentabilidade auxiliando os agricultores familiares a desenvolverem várias atividades, como por exemplo: criação de galinha caipira consorciada com hortaliças, quintais agro ecológicos, reflorestamento, técnicas sustentáveis de captura das abelhas, entre outros.

Dentro desse aspecto, as organizações sociais possuem grande responsabilidade na promoção da gestão ambiental no interior do movimento. Essa gestão está relacionada à mudança de postura do pequeno produtor não apenas porque passou a utilizar sistemas de produção agrícolas mais complexos e sustentáveis, mas, principalmente, pela mudança de concepção sobre desenvolvimento econômico. E essa mudança de mentalidade deve conferir ao produtor uma nova forma de gerir os recursos naturais, levando em consideração o equilíbrio e a continuidade dos mesmos.

## 5. 2 SEGURANÇA ALIMENTAR E SUSTENTABILIDADE

A insegurança alimentar tem sido palco de vários debates pelas organizações governamentais e não governamentais no Brasil, por tratar-se de um dos grandes desafios enfrentados pelo país. Segundo Mendes (2006a), a baixa renda é o principal fator que leva os indivíduos a não se alimentarem com qualidade, entretanto esse indicador não se aplica

diretamente aos produtores de alimentos já que parte de sua alimentação é extraída do meio ambiente. Desta forma, uma renda inferior pode restringir o consumo, mas também pode condicionar os indivíduos a não desfrutarem de uma dieta rica e saudável. A segurança alimentar não está relacionada apenas ao combate à fome, mas, principalmente, à qualidade dos alimentos ingeridos no que diz respeito aos nutrientes necessários para manutenção de um organismo saudável e livre de doenças.

O tema da segurança alimentar faz parte da discussão de políticas públicas em vários países, mas, principalmente no Brasil, tornou-se prioritário na pauta tanto da política governamental quanto das ações da sociedade civil e dos movimentos sociais. (MENDES, 2006b, p.137).

(...) a insegurança alimentar que hoje, no Pará, se tornou uma questão de segurança pública, permite inter relacionar iniciativas de organização social e capacitação profissionalizante com a geração de ocupação, emprego e renda no campo e áreas urbanas. Obviamente, trata-se de uma perspectiva, cuja concretização depende, inteiramente, da determinação e vontade política das instâncias públicas em nível municipal, estadual e federal. (MITSCHHEIN; CHAVES, 2008, p.183).

Nesta concepção os padrões de consumo foram se modificando e fazendo com que os consumidores se tornassem cada vez mais exigentes em relação à origem e qualidade dos produtos. Por isso, a mudança de postura deve iniciar no modo de produção, ou seja, os produtores de alimentos (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores e agricultores familiares) precisam ter a noção de sustentabilidade no que diz respeito à preservação ambiental, ao não uso de agrotóxicos, sistemas agroflorestais, quintais agroecológicos, manejo adequado do solo, entre outros. De uma forma simples, é preciso que esses produtores percebam a sustentabilidade como uma necessidade para a continuidade da utilização dos recursos naturais. Isso somente pode ocorrer através de assistência técnica especializada e extensão rural de forma a capacitar os produtores de alimentos sobre a importância da gestão ambiental e, conseqüentemente, da busca pela segurança alimentar. O meio ambiente está intimamente conectado com os critérios da segurança alimentar, afinal são através dos recursos naturais que se originam os alimentos consumidos pelas famílias produtoras bem como pelos demais consumidores no mercado.

De acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar CONSEA citado por Mendes, 2006c, p.139) há estreita relação entre os objetivos de a segurança alimentar e a integridade dos serviços e bens ambientais através dos pontos mencionados abaixo:

- a) formas sustentáveis de produção agroalimentar;
- b) fortalecimento da agricultura familiar e proteção do patrimônio natural;
- c) promoção de enfoques ou modelos agroalimentares;
- d) marco legal e regulatório de preservação da biodiversidade;
- e) água como alimento essencial e patrimônio público.

Os pontos destacados pelo CONSEA (2004) são relevantes e vale elucidar que a sustentabilidade é requisito fundamental para conferir qualidade aos alimentos a fim de se alcançar a segurança alimentar e nutricional dos mesmos. Têm sido inúmeras as iniciativas do atual governo na elaboração de políticas públicas de combate à fome e a insegurança alimentar, além de programas para o fortalecimento da agricultura familiar. Vale destacar a efetividade do PRONAF no estado do Pará na modalidade crédito.

(...) os efeitos diretos e indiretos do PRONAF sobre importantes variáveis econômicas, o que reforça a tese de que esse programa de política pública é extremamente eficiente, tanto para promover a inclusão social de camadas de agricultores tradicionalmente excluídos dos mercados de crédito como estimular o crescimento econômico local (MATTEI, 2005, p.61).

Entretanto, conforme já foi mencionado anteriormente, não basta conceder crédito aos pequenos/médios produtores é preciso capacitá-los a fim de assegurar a utilização eficiente dos recursos financeiros na gestão do empreendimento familiar. Em verdade essa foi a grande falha inicial do programa, no que tange à concessão inicial do crédito rural de forma mais facilitada, pois concedeu o crédito à produtores que não possuíam conhecimento adequado com elevado volume de capital o que ocasionou na má gestão do recurso e consequente endividamento dos mesmos.

Segundo Guedes e Ferreira (2006, p.23):

A importância do PRONAF nas comunidades rurais onde a agricultura familiar está consolidada ou em consolidação é demonstrada pela sua capacidade de mobilização da produção, pois, mesmo com a queda dos preços dos principais produtos agrícolas, registrada no último período, a produção agrícola municipal cresceu na maior parte dos municípios tomadores do crédito.

Não se pode negar que o PRONAF, diante de tantas políticas públicas já implementadas tem alcançado bastante destaque, apesar das falhas discutidas anteriormente, pela forte atuação junto aos agricultores familiares e a dinamização das economias locais no estado do Pará. Uma das estratégias de ação do governo que também consolidou as ações do

PRONAF foi a institucionalização do PAA composta por instrumentos da agricultura familiar que tratam o produtor como beneficiário fornecedor do governo e as demais comunidades em situação de insegurança alimentar como beneficiários consumidores. A criação do PAA, não pode ser avaliada como mais uma política paliativa entre tantas outras, mas como uma nova possibilidade de geração de emprego e renda para os pequenos/médios produtores familiares já que possuem a oportunidade de venderem para o governo durante um período predeterminado (1 ano para cada contrato), sendo que muitos sequer tinham compradores para os seus produtos e viviam da subsistência. Uma das dificuldades encontradas pelo programa que está em vigência desde 2003 é a regularização dos movimentos/organizações sociais que devem atender algumas exigências legais, afinal estão vendendo para a administração pública que obedece aos dispositivos legais das contratações públicas.

Além do fortalecimento da agricultura familiar, uma das propostas do PAA é a segurança alimentar e nutricional dos produtos comercializados. Sendo que esta proposta estimula a diversificação dos produtos, pois quanto maior a variedade de produtos comercializados mais aumenta os lucros para os participantes. Em verdade, o PAA tenta abandonar a prática da monocultura que configura uma alimentação pobre em virtude da ausência na diversificação de nutrientes conforme afirma Mendes (2006d, p.139):

A passagem de uma policultura para uma relativa monocultura contribui fortemente para a modificação do estilo alimentar da população. Essa transformação dos modos de produção agrícola gera uma simplificação na alimentação, causando empobrecimento da dieta. Explica citando Poulain (2004, p. 130): À monocultura corresponderia uma monoalimentação, marcada por uma simplificação progressiva do registro do comestível, concentrando no consumo de alguns produtos de base, mais frequentemente os cereais. Estas mudanças do modo de produção teriam contribuído para uma redução da diversidade alimentar e para um empobrecimento qualitativo da ração. Teriam assim aparecido ou reaparecido doenças causadas por deficiências de vitaminas, como a pelagra na Itália, consequência de uma alimentação à base de milho. A monoalimentação teria igualmente aumentado a dependência das probabilidades climáticas e agronômicas, desencadeando às vezes fomes mais terríveis que outrora.

De acordo com o pensamento de Mendes (2006d) a diversificação no cultivo de produtos a partir da policultura é um pressuposto relevante para a segurança alimentar, pois fornece uma dieta mais rica em detrimento da variedade de nutrientes que compõem os alimentos contribuindo para o possível equilíbrio alimentar dos indivíduos. Nesse aspecto a prática da policultura em si não confere segurança alimentar, sendo imprescindível verificar

se estes alimentos estão sendo produzidos respeitando o meio ambiente e através de técnicas sustentáveis.

Segundo o Manual de Operações da CONAB (MOC)<sup>11</sup> existem alguns critérios que são observados e exigidos para a compra dos produtos oriundos da produção familiar como, por exemplo: os produtos de origem animal devem estar de acordo com o Sistema de Inspeção Federal (SIF), Estadual (SIE) ou Municipal (SIM). No caso de sementes é necessário apresentar declaração de entidade governamental ou não governamental, de reconhecida atuação no setor agrícola, atestando tratar-se de cultivo local, tradicional ou crioula, conforme a Lei 10.711<sup>12</sup> de 05/08/2003, que objetiva garantir a identidade e qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido e comercializado em todo o território nacional. Para os produtos orgânicos serão observadas as disposições do Decreto 6.623<sup>13</sup>, de 27/12/2007, que entre diversas diretrizes destacadas no seu artigo 3º vale mencionar os seguintes incisos:

- I - contribuição da rede de produção orgânica ao desenvolvimento local, social e econômico sustentáveis (...);
- V - inclusão de práticas sustentáveis em todo o seu processo, desde a escolha do produto a ser cultivado até sua colocação no mercado, incluindo o manejo dos sistemas de produção e dos resíduos gerados;
- VI - preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção, com especial atenção às espécies ameaçadas de extinção (...);
- IX - oferta de produtos saudáveis, isentos de contaminantes, oriundos do emprego intencional de produtos e processos que possam gerá-los e que ponham em risco o meio ambiente e a saúde do produtor, do trabalhador ou do consumidor;
- X - uso de boas práticas de manuseio e processamento com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas;
- XI - adoção de práticas na unidade de produção que contemplem o uso saudável do solo, da água e do ar, de modo a reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação e desperdícios desses elementos;
- XII - utilização de práticas de manejo produtivo que preservem as condições de bem-estar dos animais;
- XIII - incremento dos meios necessários ao desenvolvimento e equilíbrio da atividade biológica do solo;
- XIV - emprego de produtos e processos que mantenham ou incrementem a fertilidade do solo em longo prazo;

<sup>11</sup> Manual no qual a CONAB dispõe as regras para participação no PAA. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

<sup>12</sup> Lei que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas. Disponível em: <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/MinisteriodaAgriculturaPecuarieAbastecimentoSISLEGISID-zYffftZzPz.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

<sup>13</sup> Decreto que dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm)>. Acesso em: 15 fev. 2012.

- XV - reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis; e
- XVI - conversão progressiva de toda a unidade de produção para o sistema orgânico.

Os demais produtos devem seguir as normas da vigilância sanitária. Apesar das exigências em relação ao enquadramento de qualidade dos produtos orgânicos, sabe-se que ainda é algo distante da realidade dos pequenos produtores rurais. Entretanto, se as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de cada região cumprissem devidamente seu papel, fornecendo amparo técnico adequado *in loco* tanto aos produtores quanto para as cooperativas ou associações, ficaria mais fácil cumprir as exigências requeridas pelo programa.

Para um programa que propõe a segurança alimentar, essas exigências são de extrema relevância, pois requer maior comprometimento dos atores sociais no sentido de buscarem conhecimentos técnicos para o beneficiamento da produção, utilização de técnicas de cultivo que gerem menor impacto ambiental e descarte de resíduos, noção de gestão dos recursos naturais para contínua utilização e preservação para as gerações futuras. E para isso, é necessidade fundamental ter os recursos financeiros que o governo disponibiliza através de um dos instrumentos do PAA que é antecipação de até 100% dos recursos para compra de matéria-prima, embalagens ou rótulos, pagamento do produtor/fornecedor e beneficiamento da produção. Portanto, as cooperativas ou associações devem primeiramente se organizar em busca da legalização com o apoio de organismos não governamentais a fim de constituírem parcerias junto aos órgãos municipais e estaduais, que podem auxiliar no processo de formação adequada e participação em convênios. Estabelecer redes de cooperação é de grande relevância para o processo de gestão ambiental e desenvolvimento local dos atores sociais envolvidos nesse contexto.

A articulação das políticas agrícolas tem de assegurar os direitos sobre o uso da terra e também de comercialização dos produtos de forma que haja a sustentabilidade do modo de vida no meio rural. (MENDES, 2006e, p.141).

Não basta elaborar políticas ou medidas paliativas para o combate à fome e redução das desigualdades sociais, é preciso que o governo forneça condições, para que o pequeno/médio produtor continue em sua propriedade rural, através de mecanismos de suporte agrícola que permitam a continuidade de suas atividades com qualidade de vida a fim de que possa comercializar alimentos saudáveis e seguros nutricionalmente.



## 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste item foram elencados os resultados e respectivas discussões acerca da avaliação do PAA, mais especificamente, a CPR-Doação, de acordo com a percepção do órgão público representado pela CONAB, sob a ótica da rede de cooperação representado pelo MMNEPA, dos atores sociais na figura dos fornecedores representados pelos agricultores familiares associados do MMNEPA e de um dos consumidores representado pela escola municipal beneficiada no município de Santa Maria do Pará.

No decorrer deste item foram analisados os resultados coletados identificando as características de desenvolvimento local adotadas para observação e avaliação desta pesquisa, a partir do referencial teórico adotado levando em consideração a percepção dos autores.

### 6. 1 A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB) E SUA AVALIAÇÃO SOBRE O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Segundo informações obtidas através da entrevista realizada com a Gerente de Operações do PAA, Karina Melo<sup>14</sup>, em 18 de maio de 2011, a CONAB possui um papel estratégico na execução do programa ao passo que efetua um acompanhamento semanal dos preços de mercado intervindo quando necessário e, principalmente, em casos de grande baixa nos valores praticados. Desde 1966 a CONAB intervém no mercado garantindo uma política de preços mínimos e possibilitando a regularização.

Os três instrumentos da agricultura familiar são modalidades de aquisições que se enquadram como dispensa de licitação, segundo o artigo 24 da Lei 8.666/1993. No caso da Formação de Estoques o agricultor familiar recebe um incentivo do governo federal para formação de estoques dos produtos vendidos até o limite de R\$ 8.000,00.

Na Compra Direta da Agricultura Familiar, também denominada de S.O.S. do governo, a CONAB intervém quando os produtos da cesta básica estão abaixo do preço de referência estipulado, acionando as lideranças necessárias, garantindo o preço mínimo, elevando o valor e beneficiando o produtor rural. Neste caso a Companhia monta um pólo de compra na região, compra o excedente para regularizar os preços, coloca em seus armazéns regionais e revende quando lhe convém.

A CPR-Doação, segundo Karina Melo, “tem uma proposta educativa e o governo trata o agricultor familiar como grande fornecedor e a CONAB funciona como receptora das

---

<sup>14</sup> Karina Melo, servidora pública federal, formada em economia, atua como gerente de operações da CONAB/PA, responsável pelo PAA.

propostas”. Essa modalidade de aquisição é mais voltada para a realidade do Estado do Pará, pois há uma valorização dos produtos regionais que possuem qualidade, são acessíveis e contribuem para o atendimento das necessidades das comunidades locais beneficiadas. Neste caso específico, a demanda é espontânea, pois o produtor aciona a CONAB quando pretende vender seu produto. O limite estipulado para venda é de R\$ 4.500,00 por produtor ao ano e R\$ 100.000,00 por produto anual. Os produtos comprados pela CONAB são doados para as comunidades que estão em insegurança alimentar e podem atender os próprios municípios nos quais os produtos foram adquiridos. Os produtos que compõem a Doação Simultânea são variados, pois abrangem desde itens da cesta básica até produtos perecíveis como hortifrutigranjeiros, pescado, polpa de frutas, laranja, mel e outros.

Sobre a CPR-Doação, a Gerente de Operações, Karina Melo, afirmou:

A CPR-Doação é venda garantida para o agricultor. É segurança na alimentação. É recurso federal dentro do município. Destinado a pessoas que não teriam condições de comprar. Além de ser uma possibilidade de diversificação dos produtos para os agricultores. (informação verbal)

Acrescente-se ainda a relação existente entre o atendimento da segurança alimentar, como objetivo do PAA, e os aspectos conceituais do desenvolvimento sustentável quando se refere às gerações futuras, pois desenvolve suas atividades pautadas nos seguintes requisitos: “socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto”, sob o ponto de vista da Gerente de Operações no Pará, Karina Melo.

Não há enquadramento de critérios ambientais até o momento, precisamos inserir essas exigências de acordo com o que o produtor tem condições de nos oferecer com segurança. As certificações de orgânicos são distantes da realidade do agricultor. Não há um padrão de entrega rígido. Quanto mais o produto é regional, mais é valorizado. Exige-se a não utilização de agrotóxicos. A maioria dos produtos comercializados são *in natura*. Penso que deveria ter uma divulgação da extensão rural. A extensão rural deveria calçar o PAA, pois este dá uma ferramenta, coroa todo trabalho da própria extensão. (informação verbal)<sup>15</sup>

É relevante destacar que, apesar das exigências legais a CONAB não tem dado atenção necessária à inclusão dos critérios ambientais de forma rigorosa em suas contratações, até mesmo pela comercialização se restringir à produção agrícola que em grande parte são produtos *in natura*. Desta forma, suas exigências estão mais relacionadas ao tipo de

---

<sup>15</sup> Informação concedida em entrevista à Sra. Karina Melo, Gerente de Operações do PAA.

embalagem e não utilização de agrotóxicos na produção. Entretanto, não é feita uma inspeção *in loco* para saber como esses agricultores beneficiam sua produção ou manejam a terra. Neste caso, as associações ou cooperativas que apresentam as propostas à CONAB ficam encarregadas de intermediar este processo e auxiliar na fase documental, contribuindo e fiscalizando a qualidade dos produtos que serão comercializados.

No Estado do Pará, a maior parte dos municípios participantes do PAA concentra-se na região Nordeste do Pará e as associações beneficiam-se, em geral, da CPR-Doação. Segundo propostas de participação disponibilizadas pela CONAB foi possível elencar vários municípios vinculados, como: Capitão Poço, Nova Timboteua, Santa Maria do Pará, Santa Isabel do Pará, Cachoeira do Piriá, Capanema, Paragominas, Ourém, entre outros.

Em cada município existem associações ou cooperativas formadas por agricultores familiares que cultivam um tipo de produto ou vários tipos de produtos. Para participarem do PAA devem estar devidamente cadastrados no PRONAF.

Através das propostas de adesão disponibilizadas pela CONAB foi possível identificar a participação relevante de algumas associações como, por exemplo, do MMNEPA que tem sede em Capanema e possui a apicultura como atividade fim, mas também comercializa polpas de frutas e hortifrutigranjeiros.

A partir de informações do projeto MMNEPA, constatou-se que sua atuação na zona rural, junto a agricultores familiares, agroextrativistas, populações tradicionais quilombolas e comunidades indígenas associadas e assentados de reforma agrária, propõem resultados importantes relacionados a implantação e expansão da atividade apícola em diversos municípios do Nordeste Paraense.

Em suma, fazem parte da proposta do Movimento: a geração de renda, a diversificação da produção a custos razoavelmente baixos, o retorno dos investimentos a curto/médio prazo, a maximização e a potencialização das unidades de produção familiar, bem como a produção econômica sustentável a partir da proteção, recuperação e conservação de áreas de reserva legal e de proteção permanente.

## 6. 2 O MOVIMENTO DE MULHERES DO NORDESTE PARAENSE (MMNEPA) E A PERCEPÇÃO DO GRUPO SOBRE A CPR-DOAÇÃO

Em entrevista realizada com a Coordenadora do MMNEPA, a Sra. Francisca Lima Nascimento<sup>16</sup>, no dia 07/06/2011, na cidade de Santa Maria do Pará, foi possível visualizar de

---

<sup>16</sup> Francisca Lima Nascimento é formada em Letras, professora e funcionária pública aposentada e está encerrando sua gestão como Coordenadora do MMNEPA em 2011.

forma ampla os benefícios e dificuldades encontrados pelo movimento após a implementação do PAA.

Entre os instrumentos da agricultura familiar, a participação efetiva do MMNEPA é na CPR-Doação, que tem auxiliado sobremaneira os produtores do município de Santa Maria do Pará e os beneficiados com a doação dos produtos. Inicialmente, o MMNEPA atuou como um movimento de força, no sentido de estimular o empoderamento da mulher na agricultura familiar através da geração de renda e preservação ambiental, mas cada município deve ter iniciativa e criar mecanismos próprios de crescimento da produção. A atividade foco dos produtores em Santa Maria é a apicultura e se estende à comercialização de hortifrutigranjeiros e polpas de frutas.

Em contato com as lideranças identificou-se alguns objetivos da CPR-Doação desenvolvido pelo MMNEPA em Santa Maria: promover a inclusão sócia econômica das famílias de pequenos agricultores rurais ligados ao MMNEPA que vivem em situação de vulnerabilidade, fortalecendo a agricultura familiar e a organização de agricultores, por meio da capacitação e da geração de renda, em vista do desenvolvimento sustentável, respeitando e valorizando o meio ambiente, visando à redução da fome e da pobreza a partir da geração de renda, focalizado na produção, beneficiamento e distribuição do mel nas comunidades e escolas, em Santa Maria do Pará e Mãe do Rio, onde atende uma demanda de 26 (vinte e seis) famílias produtoras, 09 (nove) escolas estaduais e municipais.

Todos os produtos cultivados pelos agricultores familiares vinculados ao MMNEPA e que participam da CPR-Doação são doados para pessoas em insegurança alimentar do próprio município. No caso do MMNEPA em Santa Maria são doados para as escolas estaduais, municipais e para a pastoral da criança, como suplemento alimentar da merenda escolar do município.

O MMNEPA se propõe a incentivar a força do trabalho feminino e sua importância no sustento familiar. Dentre as ações do movimento, está a capacitação dos produtores, com a finalidade de desenvolver a consciência ambiental através de mecanismos sustentáveis como implantação de casas de beneficiamento do mel, quintais agroecológicos, utilização de plantas medicinais, produção de mudas e beneficiamento da produção *in natura* da agricultura familiar. Acrescente-se ainda que, o MMNEPA tenta estimular o consumo e a valorização dos produtos regionais entre os próprios agricultores.

O MMNEPA possui participação direta em vários projetos como, por exemplo, o PADEQ – Projeto Alternativo ao Desmatamento e às Queimadas, o projeto HEKS - Bildung

und Rechte für Kleinbauern, MMA-Agro Extrativismo e o CPR-Doação da CONAB. (MMNEPA, 2008).

O MMNEPA conta com o apoio de algumas organizações parceiras na implementação das propostas da CPR-Doação. Entre elas, pode-se destacar o apoio da Federação de Assistência Social e Educacional (FASE) no fortalecimento organizacional e capacitação na elaboração e gestão da proposta de participação no projeto; a Rede de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar (RECOPARÁ) na divulgação do programa PAA e outras políticas públicas, apoio organizacional e a capacitação na elaboração e gestão da proposta; EMATER/PA na assistência técnica dos apiários e famílias beneficiadas; Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI) e Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará, dando suporte à coleta do mel dos apiários para a unidade de beneficiamento, disponibilizando um transporte adequado na distribuição aos beneficiários consumidores de todos os produtos da CPR-Doação.

O dia da entrevista foi marcado pela oficina de planejamento estratégico entre os representantes das famílias produtoras de cada município vinculado ao MMNEPA. Nesta ocasião a oficina estava sendo orientada pela coordenadora do movimento, pela colaboradora Sra. Rita Teixeira, pelo animador Luis Sávio Melo, entre alguns representantes da embaixada britânica (financiadores de projetos do MMNEPA) que estavam participando do planejamento a fim de obterem informações para pesquisas. As figuras das oficinas são demonstradas a seguir.



**Figura 02:** Oficina de Planejamento Estratégico realizada pelo MMNEPA.  
Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2011.



**Figura 03:** Colaboradora do MMNEPA discutindo as ações com os representantes dos agricultores de cada município.

Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2011.



**Figura 04:** Representantes dos agricultores familiares discutindo as ações.

Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2011.

Esse momento de capacitação para discutir as ações de planejamento estratégico demonstrou a relevante participação feminina na oficina retratando um dos objetivos do MMNEPA, em relação ao empoderamento da mulher. Além disso, ressaltou a necessidade em informar através da educação no campo, possibilitando que os agricultores familiares possam criar mecanismos independentes e autossustentáveis em sua produção.



**Figura 05:** Lema do MMNEPA.  
Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2011.



**Figura 06:** Símbolo do MMNEPA.  
Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2011.

A figura 05, foi retirada na sede da Associação Comunitária de Santa Maria (ADESC) onde ocorre a maioria das reuniões do movimento, configura o lema principal do MMNEPA em busca da emancipação feminina, luta contra a violência doméstica e pelos direitos da mulher. A figura 06 ilustra o caráter feminista do movimento através do símbolo que representa o gênero.

Na proposta de adesão do MMNEPA ao PAA, disponibilizada pela CONAB, foi verificou-se propostas com mecanismos de desenvolvimento sustentável utilizado pelo movimento nas atividades dos agricultores familiares. Desta forma, segundo a coordenadora houve uma perfeita conexão entre os objetivos do PAA e do MMNEPA. Existia uma

dificuldade de comercialização dos produtos, pois os agricultores produziam, mas não possuíam consumidores fixos. Além disso, havia uma rejeição por parte dos homens em relação à participação das suas respectivas esposas no movimento, principalmente, nas reuniões e no próprio cultivo dos produtos, pois não visualizavam retorno financeiro na adesão ao MMNEPA e comprometiam as atividades domésticas.

Segundo a coordenadora do MMNEPA, após a adesão ao PAA, mais especificamente ao CPR-Doação, as agricultoras do MMNEPA vislumbraram uma oportunidade para mudança da difícil realidade que os cerca, pois passaram a ter um comprador fixo, que neste caso é a CONAB e experimentaram a independência financeira para prover o sustento da casa e dar resultados positivos aos companheiros que não acreditavam no movimento. Além disso, a geração de renda através do CPR-Doação possibilitou o investimento e diversificação da produção das agricultoras familiares vinculadas ao MMNEPA. Do ponto de vista da Sra. Francisca, a CPR-Doação é uma venda certa para o agricultor familiar, oportunizando e beneficiando as famílias em insegurança alimentar.

Ao ser questionada sobre a expectativa dos agricultores familiares, em relação ao PAA, a coordenadora do MMNEPA respondeu:

Havia uma descrença do próprio agricultor familiar em relação ao PAA, pois o PAA facilitou a comercialização. Compra certa para o AF oportuniza e beneficia as famílias em insegurança alimentar. Às vezes o próprio AF não valoriza sua produção, como por exemplo: vende goiaba e compra suco de saquinho no supermercado. Vendem produtos regionais e seguros, mas não consomem. Nós brigamos muito por isso! Há, inclusive um desgaste no trato com os produtores para iniciativa e crescimento. (informação verbal)

É importante ressaltar que há tentativas do MMNEPA em relação à valorização dos produtos regionais, pois alguns produtores não consomem o que efetivamente produzem e utilizam o lucro da produção no consumo de produtos industrializados, ou seja, não refletem sobre a segurança alimentar, assunto bastante discutido pelos colaboradores do movimento.

O MMNEPA possui agricultores familiares cadastrados por região, que possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) que é pré-requisito para participarem do PAA. Desta forma, o MMNEPA precisa elaborar um projeto anual descrevendo as metas do movimento, listando os produtores cadastrados e seus respectivos produtos. Portanto, o limite permitido da produção é R\$ 4.500,00 por produtor e R\$ 100.000,00 por produto cultivado. Este projeto é avaliado pela equipe técnica da CONAB e todas as partes envolvidas devem



estar aptas em relação à regularidade fiscal. Segundo informações da Cartilha do CPR-Doação, a CONAB analisa a documentação e aprova ou não a Proposta de Participação, solicitando os ajustes necessários. Após a entrega do produto aos beneficiários, entrega da Nota Fiscal de venda na CONAB, do termo de recebimento e aceitabilidade e do relatório de entrega, o produtor tem até 10 dias para receber seu pagamento.

Segundo informações da Sra. Francisca, conforme citação abaixo, os agricultores familiares de Santa Maria visualizaram o PAA como uma oportunidade única de melhorar a qualidade de vida através da geração de renda. No início desconfiaram da iniciativa do governo federal por julgarem tão benéfica. Entretanto, uma pequena parcela destes agricultores não conseguiu atingir os objetivos do programa, em relação à regularidade cadastral e volume da produção a ser atingido, já que existe um limite por agricultor e por produto.

Após o PAA observamos que as mulheres produtoras passaram a comprar eletrodomésticos para a casa. Mas o que era feito para melhorar os apiários? Porque antes o MMNEPA dava suporte inicial. É preciso fazer a manutenção! É preciso alimentar as abelhas para elas não irem embora! Houve uma certa acomodação dos AF em relação à manutenção dos apiários. Daí alguns produtores não davam a devida importância às oportunidades, ou seja, não possuíam consciência ambiental. Em alguns casos, observou-se o receio das mulheres em crescer para não perder o bolsa família. Melhorando a qualidade de vida pode-se perder o bolsa família. Daí a importância dos assistentes sociais in loco para identificar as reais necessidades a fim de auxiliar na redução da pobreza. (informação verbal)<sup>17</sup>

Para a Coordenadora do movimento, os reflexos positivos do PAA são constatados na própria melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares envolvidos perpassando pela segurança alimentar e o crescimento financeiro dos mesmos. Entretanto, nem todos os agricultores usufruem dos resultados do programa de forma coerente, ou seja, verificou-se certa acomodação. Segundo a Coordenadora é preciso que o capital ganho através do PAA seja reinvestido para beneficiar a produção no sentido da preservação e continuidade, com consciência ambiental. Neste contexto, os aspectos negativos referem-se a certa acomodação por parte de alguns produtores que não dispõem de iniciativa própria para manutenção e beneficiamento da produção.

Constatou-se na fala da Sra. Francisca certa indignação quando retratou “que uma parte das agricultoras tem receio na melhoria da qualidade de vida em virtude da possibilidade em perder a bolsa família”. Portanto, algumas agricultoras se recusaram a participar do PAA

---

<sup>17</sup> Informação obtida através de entrevista efetuada à Sra. Francisca Lima.

demonstrando um perfil resignado e sem ambição em relação ao futuro, desperdiçando uma oportunidade de mudança no padrão aquisitivo.

No dia 14 de dezembro de 2011 foi realizada uma entrevista semiestruturada com o colaborador, Luis Sávio, que exerce atividades tanto no MMNEPA, quanto como técnico de campo do Projeto Alternativo aos Desmatamentos e Queimadas (PADEC), além de tesoureiro da ADESC.

O roteiro da entrevista encontra-se no apêndice C deste trabalho composto por 10 perguntas direcionadas ao objeto desta pesquisa.

Para ratificar algumas informações obtidas junto à Coordenadora do MMNEPA, foi questionado ao Técnico Luis Sávio<sup>18</sup> sobre os treinamentos promovidos pela associação e qual a relação estabelecida com a ADESC. O colaborador respondeu que o MMNEPA propõe trabalhar as seguintes linhas de atuações: promover a articulação e participação da mulher e de sua família através de ações nas áreas de formação política, capacitação em questões específicas das mulheres e em geração de renda, mobilizações de massa, incentivo às mulheres na busca de espaços políticos lutando efetivamente contra práticas discriminatórias, promover um desenvolvimento ecologicamente equilibrado e socialmente justo.

Com base nessas linhas de atuação são promovidos treinamentos, palestras e oficinas para informar às mulheres e capacitá-las, fortalecendo a luta da classe trabalhadora, auxiliando na redução da pobreza e construção da consciência socioambiental. Abaixo, fotos que ilustram momentos de capacitação promovidos pelo MMNEPA, bem como a distribuição de material inicial para implantação da atividade apícola nas propriedades dos associados.

---

<sup>18</sup> Luis Sávio é tesoureiro da ADESC e técnico do projeto PADEC pelo MMNEPA.



**Figura 07:** Capacitação dos agricultores pelo MMNEPA.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.



**Figura 08:** Técnicas de Captura de Abelhas.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.



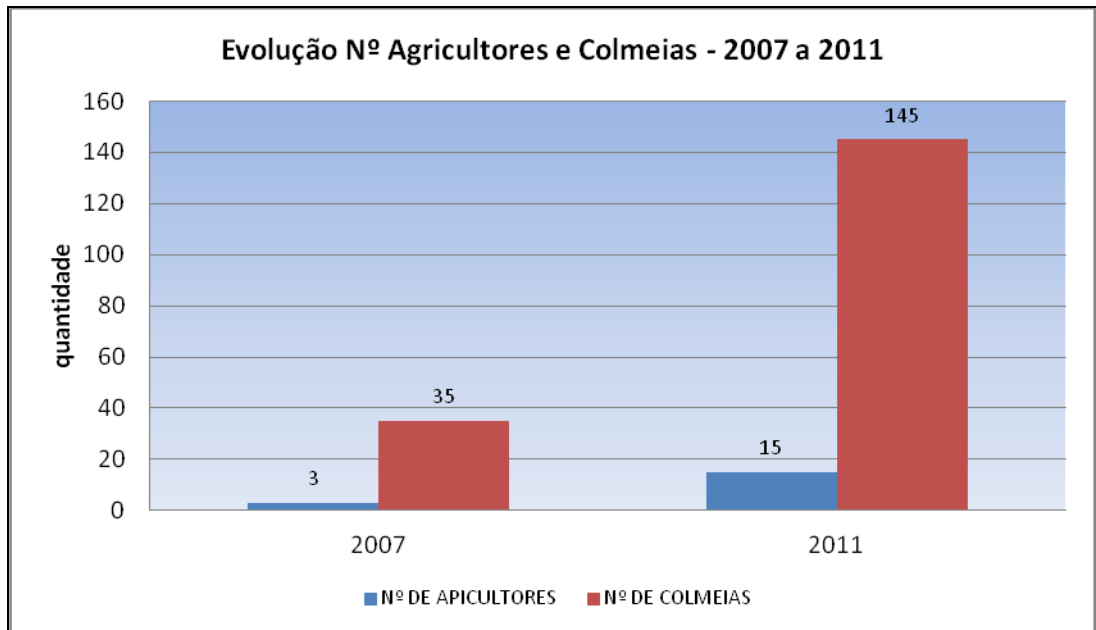
**Figura 09:** Técnicas de Coleta do Mel.  
Fonte: MMNEPA, 2011.



**Figura 10:** Entrega de Material de apoio aos agricultores.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Segundo dados do MMNEPA, em 2004, com os projetos do Grupo de Trabalhos Amazônicos (GTA), Embaixada Britânica, e Pro Ambiente foi implantada a apicultura nos municípios de Santa Maria e Mãe do Rio, com 10 famílias cada. Sendo que cada família recebeu 03 caixas de abelhas, materiais de proteção e equipamentos de manipulação do mel informou, o técnico Sávio. Foram oferecidos cursos de meliponicultura (abelhas sem ferrão ou indígena), cursos de apicultura e gênero, curso de criação de galinha caipira consorciado com hortaliças e curso de capacitação com noções básicas de gerenciamento e administração. Do projeto foram distribuídas 35 caixas de abelhas, e hoje são 121 colmeias. Em Santa Maria tinham apenas 03 apicultores com 35 colmeias e após o projeto do MMNEPA, hoje são 15

famílias apicultoras com aproximadamente 145 colmeias, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



**Gráfico 01:** Evolução n° de apicultores e colmeias de 2007 a 2011.  
Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2011.

Ao ser questionado sobre a importância da CPR-Doação, o técnico assegurou que:

A CPR-Doação é de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida econômica e social dos produtores rurais. Desta forma auxilia juntamente com as estratégias do MMNEPA, no processo de desenvolvimento local em Santa Maria do Pará. O último projeto 2011/2012 foi finalizado em R\$ 260.000,00. Na minha concepção é uma política benéfica, pois as famílias beneficiadas estão crescendo economicamente porque participam de forma ativa do movimento social. (informação verbal)

Além disso, o técnico citou algumas fragilidades desta política: a CPR-Doação necessita de maiores investimentos, pois considera que o valor anual por produto ainda é incipiente (apenas R\$ 100.000,00); mais corpo técnico da EMATER para atender a grande demanda; olhar diferenciado para a agricultura familiar, pois as exigências documentais ainda dificultam o cadastro dos pequenos produtores no projeto e finaliza dizendo que o valor anual por família deveria ser R\$ 6.500,00 e não R\$ 4.500,00.

Para ele, o programa auxiliou o MMNEPA a concretizar muitas metas, entre elas está a questão do empoderamento da mulher que passou a gerar renda e contribuir financeiramente dentro do lar, além da redução da violência feminina e do combate a pobreza no município.

Logo abaixo, o técnico apresenta com orgulho a máquina de sachê e o mel produzido pelo movimento, que na sua concepção são duas conquistas importantes.



**Figura 11:** Técnico do MMNEPA apresentando a máquina de sachê.  
Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2011.



**Figura 12:** Embalagem do mel após implementação do projeto em 2007.  
Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2011.

A figura nº 12 demonstra a embalagem do mel produzido pelo MMNEPA durante o primeiro contrato de comercialização com a CONAB em 2008, na qual se observa uma versão pouco atrativa do produto. Logo abaixo, a figura nº 13 demonstra a evolução da embalagem e o rótulo do mel produzido pelo MMNEPA recentemente, revelando o progresso do movimento em relação não apenas à higiene e qualidade, mas também no que diz respeito à logística do produto.



**Figura 13:** Embalagem e rótulo do mel em 2011.  
Fonte: Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2011.

Segundo informações do técnico, hoje existem em Santa Maria do Pará aproximadamente 58 famílias associadas da ADESC e 26 pelo MMNEPA. Desta forma, após a CPR-Doação, na percepção do Sr. Sávio, houve uma melhora na alimentação das famílias beneficiadas, pois fortaleceu a merenda escolar nas escolas municipais e na Pastoral da Criança em Santa Maria do Pará.

Após a CPR-Doação houve melhora considerável no processo de produção das famílias, tanto na organização quanto na qualidade dos produtos. Em 2004, quando iniciou-se as atividades com a criação das abelhas não havia material, nem instalações adequadas. Entretanto, após a participação na CPR-Doação, em 2007, e demais parcerias melhorou as instalações com a aquisição de maquinário como, por exemplo, da centrífuga elétrica, máquina de sachê e desumidificador. Sendo assim, em 25 de janeiro de 2009 foi inaugurada na sede da ADESC a unidade de beneficiamento do mel. Portanto, houve melhora da qualidade na forma de produzir bem como nas embalagens engarrafadas, rotulagem do produto e plastificação em sachê. Houve também a aquisição de estufas para possibilitar o cultivo de determinadas hortaliças, como o cheiro verde, durante o inverno. A foto, abaixo foi retirada na sede da ADESC em Santa Maria, onde foi inaugurada a Casa de Beneficiamento do Mel que compartilha atividades comuns também pelos associados do MMNEPA.



**Figura 14:** Placa de Inauguração da Casa do Mel.  
Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2011.

Enfim, o PAA trouxe para a realidade do município de Santa Maria do Pará a necessidade de aquisição do selo através do sistema de inspeção municipal, que na opinião do técnico no MMNEPA, irá conferir mais credibilidade e confiabilidade para o movimento de mulheres e para a associação, e sem dúvida abrirá horizontes para novas comercializações não apenas no âmbito governamental, mas também na iniciativa privada. Portanto, o grande desafio e meta para 2012 é a aquisição do selo do SIM.

### **6. 2. 1 O Caso da CPR-Doação em Santa Maria do Pará**

O caso do CPR-Doação em Santa Maria do Pará, através do apoio do MMNEPA é um exemplo das contribuições desta política para o desenvolvimento local da região. O MMNEPA já desenvolvia um trabalho de fortalecimento da mão-de-obra feminina no meio rural através de capacitações e oficinas ensinando o beneficiamento e a ampliação da produção, valorização dos produtos regionais para a segurança nutricional, preservação do meio ambiente e outros. Sendo assim, segundo a Coordenadora do MMNEPA, a CPR-Doação surgiu no momento certo, auxiliando a concretizar as metas planejadas, anteriormente, pelo movimento que não conseguia visualizar o caminho certo para sua efetiva implementação. A educação no campo é uma vertente bastante debatida entre os colaboradores do movimento proporcionando aos agricultores familiares vinculados a importância da sustentabilidade da produção para continuidade do cultivo, como o exemplo citado pela Sra. Francisca, na entrevista, em relação à limpeza do apiário e alimentação das abelhas para que estas, possam sempre retornar e produzir o mel. O MMNEPA enfrenta uma gama de realidades distintas, ou seja, existem produtores que realmente absorvem as informações de forma agregada



investindo e efetuando a manutenção do seu apiário, dos quintais agroecológicos fazendo reflorestamento.

Desta forma na percepção do MMNEPA, os produtores garantem sua subsistência, conseguem dar continuidade à produção sustentavelmente e conseguem atingir os objetivos do CPR-Doação. Entretanto, existem produtores que não utilizam seus conhecimentos de forma adequada e se acomodam em face do auxílio prestado pelo movimento. Neste caso, pensam de forma imediatista, utilizando a renda auferida da produção para suprir as necessidades do presente não se preocupando com o beneficiamento da produção ou manutenção dos apiários e, conseqüentemente, não conseguem atingir as metas estabelecidas pelo MMNEPA para honrar o contrato com a CONAB. Sendo assim, o movimento enfrenta diversas dificuldades no que diz respeito à educação no campo e cumprimento dos termos contratuais pelos agricultores vinculados e em algumas ocasiões exclui o produtor de próximas adesões junto à CONAB.

A síntese de um estudo realizado pelo próprio MMNEPA identificou os avanços do movimento em relação à situação de 2006 e em 2008, demonstrados na tabela a seguir:

→ Situação 2006 X Situação 2008	
<i><b>INÍCIO DAS ATIVIDADES DO MMNEPA</b></i>	<i><b>SITUAÇÃO ATUAL</b></i>
Início do Projeto Alternativo aos Desmatamentos e às Queimadas- PADEQ (MDA) com 30 famílias, o que foi bastante favorável ao projeto MMNEPA/HEKS (Bildung und Rechte für Kleinbauern) com o tema Mulheres na Socioeconomia fortalecem a agricultura sustentável e a segurança alimentar;	Mulheres realizando ações e campanhas ambientais para conscientização da população, maior participação das mulheres nos conselhos municipais, aumento das ações políticas locais e da articulação com redes da sociedade civil;
Falta de alternativas econômicas para as mulheres, além do trabalho doméstico ou na roça em um contexto de desvalorização da agricultura familiar;	Avanços importantes no enfrentamento da violência contra as mulheres a exemplo da criação da Casa Maria da Penha em Capanema;
Participação tímida das mulheres nos grupos e nos espaços públicos (conselhos e redes da sociedade civil);	Atividades agroecológicas e de geração de renda atraindo a participação de mais mulheres e a valorização da agricultura familiar, aumento da demanda de acompanhamento e capacitação técnica com limitada capacidade de resposta do MMNEPA;
Ênfase no trabalho de conscientização das mulheres para questões políticas e ambientais;	Grande demanda para capacitação em gestão/gerenciamento de projetos econômicos, maior preservação ambiental e redução das queimadas, das derrubadas e da poluição nos rios dos municípios beneficiados com as ações do MMNEPA;
Poucos projetos de artesanato, com baixa qualidade e sem retorno financeiro;	Aumento da área reflorestada e da diversidade alimentar com os SAFS, maior aproveitamento dos quintais e difusão do adubo orgânico, venenos naturais e ração caseira, instalação de hortas, plantas medicinais, apiários, galinheiros e viveiros de mudas com capacitação das mulheres para o manejo sustentável da produção nas comunidades onde for implantado o projeto do PADEQ/Agro extrativismo/HEKS;
Início das experiências de Sistemas Agro florestais, dos quintais agro ecológicos, da coleta de sementes para biojóias, dos viveiros de mudas frutíferas e florestais;	Maior aproveitamento dos produtos e melhoria na alimentação e nutrição das famílias, aumento da renda familiar, da auto-estima e maior independência financeira das mulheres;
Muitas experiências produtivas ocorrendo sem acompanhamento técnico e com manejo inadequado (horticultura, apicultura, avicultura);	Comercialização mais organizada (rotulagem, certificações, higiene e qualidade, pontos de venda, convênios, feiras etc.), aumento da procura por produtos nas comunidades (mel, ovos, galinha, alimentos);
Baixa venda de produtos e grupos sem estratégias de comercialização (feiras, exposições etc.).	Maior capacidade de multiplicação das experiências e de atuação em rede, maior preocupação com o fortalecimento institucional dos grupos de mulheres (rotinas organizacionais e administrativas, participação política, elaboração e gestão de projetos, planejamento e avaliação da atividade etc.)

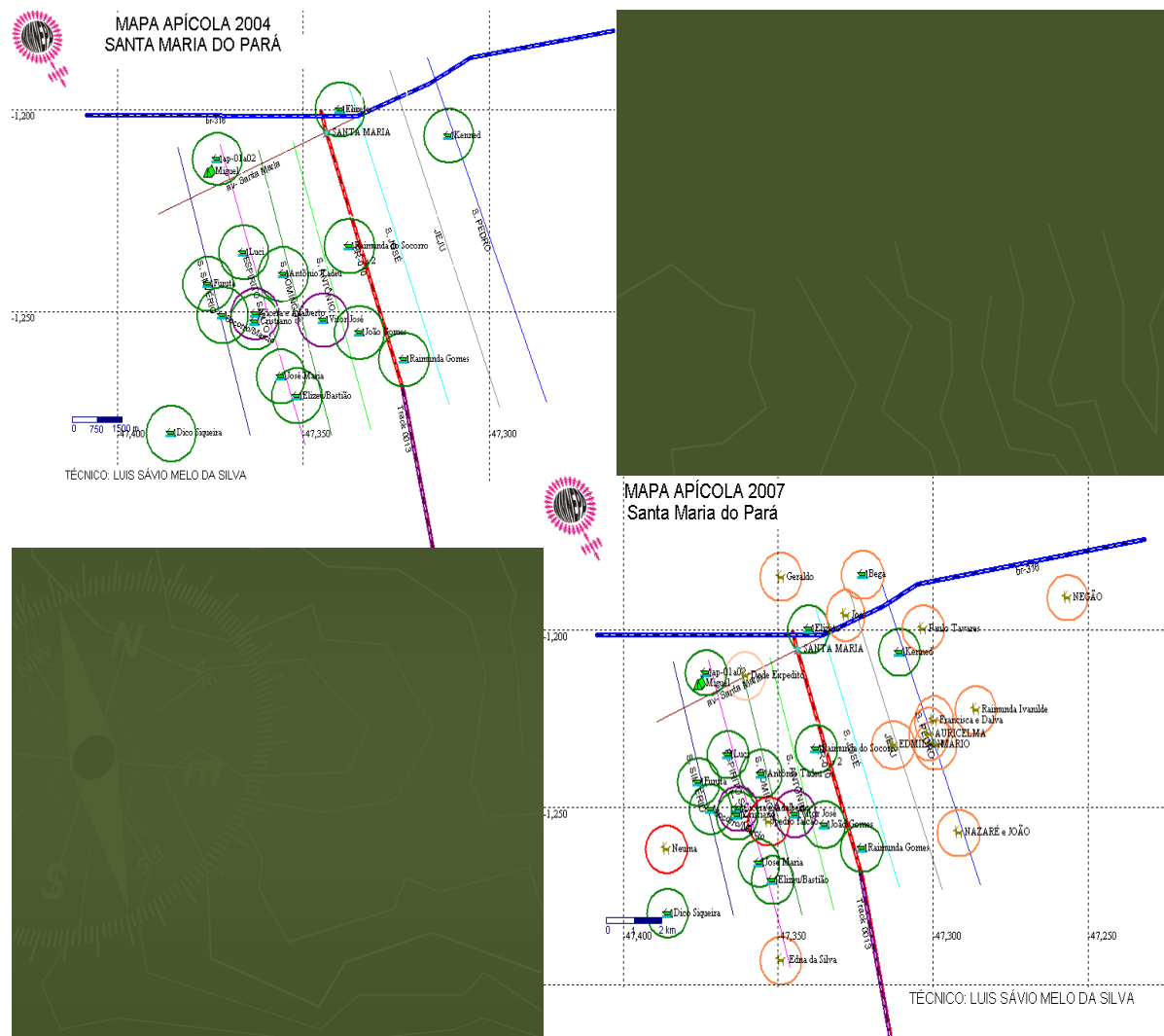
**Quadro 01:** Síntese de Estudo, MMNEPA.

Fonte: Folder disponibilizado pelo MMNEPA, 2008.

Mediante análise da síntese foi possível identificar avanços significativos nas atividades desenvolvidas pelo MMNEPA entre os anos de 2006 e 2008, inclusive algumas premissas de desenvolvimento local. O próximo passo será identificar dentre os avanços citados quais podem ser visualizados entre os agricultores familiares de Santa Maria, a partir das contribuições proporcionadas pela CPR-Doação.

A efetiva implementação da CPR-Doação através do MMNEPA se deu a partir de 2007, e no mesmo ano já foi possível identificar o aumento considerável da apicultura na região de Santa Maria, conforme demonstra os mapas a seguir. Em 2004, existiam os apiários demarcados com o círculo verde, os demais círculos demonstrados no mapa de 2007 surgiram

a partir de recursos de projetos associados também ao CPR-Doação. Os apiários surgiram através do apoio do MMNEPA e ADESC, com a finalidade de atenderem as demandas da CONAB, como por exemplo, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O mapeamento das propriedades apícolas foi efetuado através de GPS e elaborado sem técnica adequada pelos colaboradores do movimento, por isso a ausência de legenda.



**Quadro 02:** Evolução da apicultura em Santa Maria de 2004 a 2007.

Fonte: MMNEPA, 2011.

### 6. 2. 1. 1 Os Agricultores Familiares e a avaliação sobre a CPR-Doação.

Para compreender a dinâmica do desenvolvimento entre os agricultores familiares vinculados ao MMNEPA, em Santa Maria do Pará, foram estabelecidos critérios de análise a fim de observar o espaço local através da identificação dos atores sociais envolvidos, as redes de cooperação e o sistema institucional. Interagindo com o pensamento de Brito (2006, p.6) foram avaliadas dentre alguns dos pontos elencados, as principais características de

desenvolvimento local presente após as atividades do MMNEPA E ADESC com a implementação da CPR-Doação em Santa Maria do Pará: a mobilização de uma população através das iniciativas no campo político, econômico e social, bem como a busca de parcerias; valorização dos produtos regionais e busca pela segurança alimentar; processo de aprendizagem coletiva pela população local; entre outros.

Nesta análise os atores sociais foram os agricultores familiares envolvidos, a população beneficiada com a doação advinda da CPR-Doação, MMNEPA e ADESC; no âmbito público tem-se a prefeitura de Santa Maria e a Companhia Nacional de Abastecimento que configuram o sistema institucional. A CPR-Doação em si já é um projeto coletivo juntamente com as iniciativas do MMNEPA, no sentido de promover a educação no campo e o fortalecimento da mulher nas atividades rurais. Foi possível visualizar através de depoimentos dos próprios colaboradores do movimento, o quanto as iniciativas para promoção do desenvolvimento têm dado frutos em relação à valorização dos produtos regionais, melhoria na qualidade dos produtos e do próprio plantio, atitudes sustentáveis entre os próprios agricultores, geração de renda e melhoria do poder aquisitivo dos agricultores, maior aproveitamento dos produtos, melhoria na alimentação, segurança nutricional dos alimentos produzidos e, conseqüente condição de vida saudável para as comunidades beneficiadas com as doações, autoestima e independência financeira da mulher.

O universo da pesquisa foi delimitado às 26 (vinte e seis) famílias residentes em Santa Maria e que participavam dos projetos desenvolvidos pelo MMNEPA, mais precisamente integrantes da CPR-Doação pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Atualmente, o MMNEPA executa suas atividades em Santa Maria do Pará e regiões circunvizinhas com o apoio incondicional da ADESC. Daí houve certa dificuldade em separar as informações entre associados da ADESC e MMNEPA, pois a parceria resultou em associados e atividades comuns entre estas associações.

O MMNEPA é um *movimento de força*<sup>19</sup> que concede suporte para as pequenas associações “caminharem com as próprias pernas”, afirmou a líder do movimento feminista. Neste sentido, considera-se o MMNEPA uma associação mais abrangente, capacitada e melhor estruturada financeiramente. Já a ADESC tinha bons projetos e iniciativa, mas não dispunha de recursos financeiros e força política para implementá-los junto aos agricultores familiares. Em contrapartida, a proposta do MMNEPA propunha, inicialmente, a inserção da

---

<sup>19</sup> Forma pela qual os líderes e colaboradores do MMNEPA definem o movimento.

mulher como força de trabalho no movimento do campo. A união das propostas da ADESC com o MMNEPA resultou em um movimento social de caráter significativo no âmbito local que tem adquirido força e notoriedade política despertando as comunidades agrícolas para uma nova realidade no campo.

Conforme Documento da CONAB “Proposta de Participação – Doação Simultânea” (2010), a avaliação geral do movimento sobre as melhorias sociais advindas com a participação anterior na CPR-Doação referem-se a grandes impactos:

Os beneficiários fornecedores garantem a comercialização de seu produto com qualidade por um preço razoável e assim melhorando a sua renda e os beneficiários consumidores melhoraram sua dieta alimentar tanto que os professores e funcionários das escolas observaram que diminuíram consideravelmente a incidência de gripes nos alunos, assim como vemos que o pai da medicina tem razão dizendo faça do seu alimento um remédio e de seu remédio um alimento. No entanto, foi alcançado o objetivo geral e específico: fortalecer a agricultura familiar garantindo a comercialização e geração de renda para os pequenos/as agricultores/as e colaborar com o incremento do valor nutricional e a qualidade da dieta alimentar e da vida dos beneficiários consumidores.

Os beneficiários fornecedores a que se refere o movimento são os agricultores familiares associados e participantes no projeto CPR-Doação, e os beneficiários consumidores são as escolas beneficiadas com as doações dos alimentos originados da produção familiar. Sob a percepção da organização, os benefícios englobam os fornecedores na figura dos agricultores familiares, pois estes possuem a oportunidade de melhorarem a renda e também os consumidores que passam a agregar a alimentação com produtos naturais. Entretanto, a melhora constatada na saúde dos beneficiários consumidores ainda está no campo da observação, pois não existem dados médicos para comprovarem efetivamente.

Comercialização - CONAB					
ANO	FAMÍLIAS	VALOR	Valor em mel	QUEM	MUNICÍPIOS
2007/2008	26	90.853,06	90.853,06	MMNEPA	Sta Maria e Mãe do Rio
2008/2009	33	115.000,00	98.000,00	ADESC	SANTA MARIA DO PARÁ
2008/2009				MMNEPA	
2009/2010	35	157.494,52	99.000,00	ADESC	SANTA MARIA DO PARÁ
2009/2010	26	116.844,80	57.978,00	MMNEPA	Salinas, Irituia, Sta Maria, Ourém, São Domingos e Capitão Poço
2009/2010	13	00,00	58.422,00	APRAMAP	SANTA MARIA DO PARÁ
2011/2012	74			MMNEPA e ADESC	Salinas, Irituia, Sta Maria, Ourém e Capitão Poço
		<b>331.938,38</b>	<b>137.245,50</b>		

**Quadro 03:** Comercialização com a CONAB.  
Fonte: MMNEPA, dezembro de 2011.

Conforme o quadro 03, disponibilizado pela MMNEPA, foi possível visualizar a comercialização com a CONAB desde 2007. Das 26 (vinte e seis) famílias associadas pelo MMNEPA, participantes da CPR-Doação pelo projeto 2009/2010 e residentes em Santa Maria, foi aplicado 01 (um) questionário dividido em perguntas de identificação, e mais 19 (dezenove) perguntas, para 18 (dezoito) agricultores familiares, sendo 01 (um) membro de cada família associada, que está disponível no apêndice D, desta pesquisa. Ressalte-se que 05 (cinco) questionários foram aplicados *in loco*, ou seja, na residência das famílias produtoras. Os demais foram aplicados na sede da ADESC, em Santa Maria, durante eventos realizados pelo movimento, em virtude da dificuldade de acesso à veículos na maioria das propriedades dos produtores rurais associados. No questionário aplicado havia perguntas objetivas de forma a permitir a categorização dos dados e a percepção das frequências das respostas dos sujeitos da pesquisa. Entretanto, também foram elaboradas perguntas subjetivas com a finalidade de promover a interlocução dos sujeitos, a partir de expressões características do meio rural.

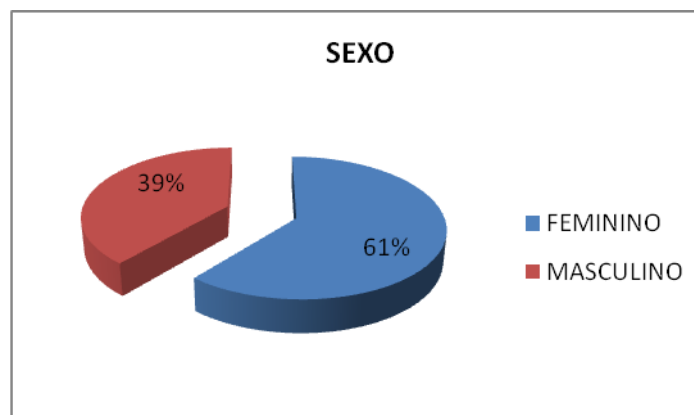
#### 6. 2. 1. 1. 1 Perfil dos Agricultores Familiares participantes da CPR-Doação em Santa Maria do Pará.

<b>IDENTIFICAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES</b>			
<b>PERGUNTAS</b>	<b>RESPOSTAS</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>PORCENTAGEM (%)</b>
SEXO	FEMININO	11	61
	MASCULINO	7	39
IDADE	INFERIOR A 30 ANOS	1	5
	DE 30 A 50 ANOS	12	67
	ACIMA DE 50 ANOS	5	28
NATURALIDADE	SANTA MARIA	8	44
	OUTRAS REGIÕES	10	56
ESTADO CIVIL	SOLTEIRO	3	17
	CASADO	15	83
ESCOLARIDADE	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	9	50
	FUNDAMENTAL COMPLETO	4	22
	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	0	0
	ENSINO MÉDIO COMPLETO	5	28
PROFISSÃO	AGRICULTOR	18	100
	OUTROS	0	0
POSSUI DOCUMENTO DE APTIDÃO AO PRONAF (DAP)?	SIM	18	100
	NÃO	0	0

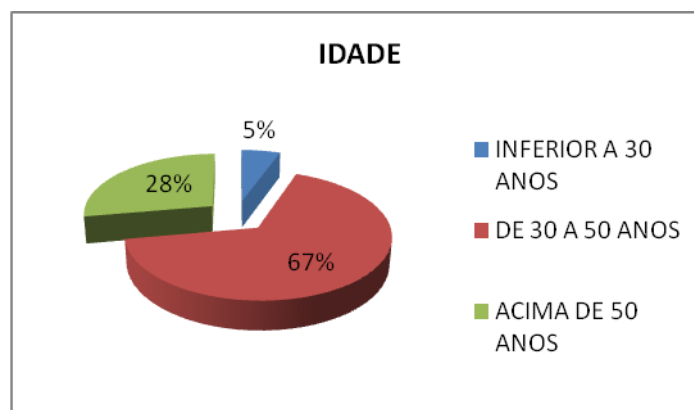
**Quadro 04:** Identificação dos Agricultores Familiares Associados do MMNEPA.  
Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2011.

A aplicação do questionário, demonstrado acima, tinha por meta reconhecer os sujeitos da pesquisa, a fim de ratificar o perfil agrícola mencionado pelo MMNEPA. Neste sentido, os pontos mais relevantes referem-se ao sexo, origem, idade, profissão e se estes possuíam o Documento de Aptidão ao PRONAF (DAP), pré-requisito para participarem do PAA.

Dos 18 (dezoito) agricultores que responderam ao questionário, 61% (sessenta e um por cento) eram do sexo feminino demonstrando a elevada participação das mulheres como líderes do núcleo familiar, conforme o gráfico 02. Tal representatividade está relacionada ao caráter feminista do MMNEPA na busca pelo empoderamento da mulher.



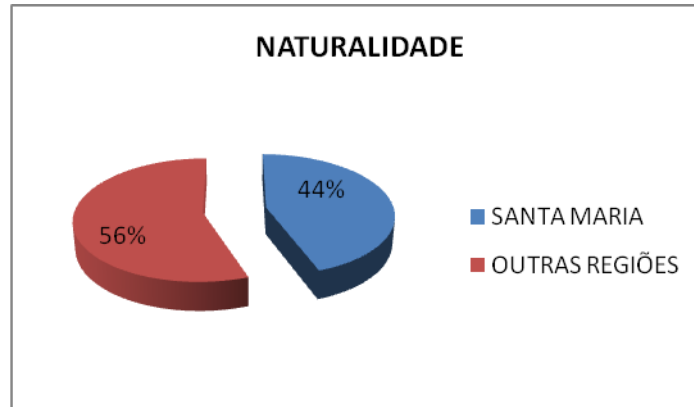
**Gráfico 02:** Representatividade do gênero.  
Fonte: Pesquisa de Campo, Dezembro de 2011.



**Gráfico 03 :** Idade dos agricultores associados do MMNEPA.  
Fonte: Pesquisa de Campo, Dezembro de 2011.

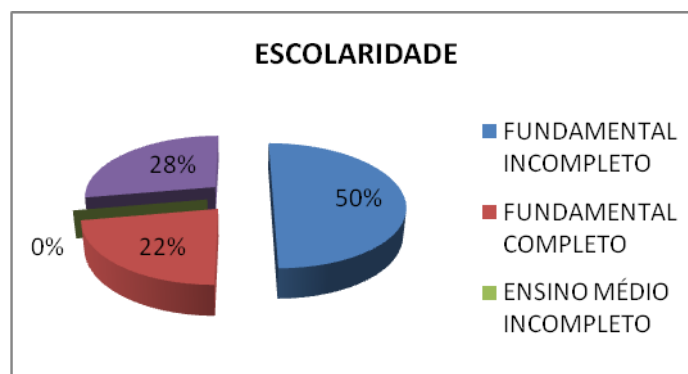
A idade dos entrevistados constituiu um fator de análise importante, pois demonstrou que 67% (sessenta e sete por cento) possuíam um perfil maduro de 30 a 50 anos, 28% (vinte e oito por cento) acima de 50 anos e apenas 5% (cinco por cento) com idade inferior a 30 anos, conforme pode ser visualizado no gráfico 03. A maioria dos entrevistados deu continuidade à profissão dos pais, e a maioria feminina casou-se com agricultores, ou seja, tal fator reflete os

conhecimentos e a tradição repassada de pais para filhos, o que é interessante porque os jovens agricultores têm a possibilidade de agregar os conhecimentos técnicos através das capacitações promovidas pelo movimento.



**Gráfico 04** :Naturalidade dos agricultores associados do MMNEPA.  
Fonte: Pesquisa de Campo, Dezembro de 2011.

Apenas 44% (quarenta e quatro por cento) dos agricultores familiares são naturais de Santa Maria, onde residem desde o nascimento, o restante são de outras regiões, inclusive boa parte são de outros estados, conforme demonstra o gráfico 04. Conforme item 5 do quadro 5, no que diz respeito ao tempo de residência em Santa Maria 84% (oitenta e quatro por cento) afirmaram morar há mais de 05 anos, inclusive grande parte ressaltaram residirem desde o nascimento. Esse aspecto foi importante, pois permitiu investigar as mudanças que auxiliaram no processo de desenvolvimento local após a inserção destes no movimento.



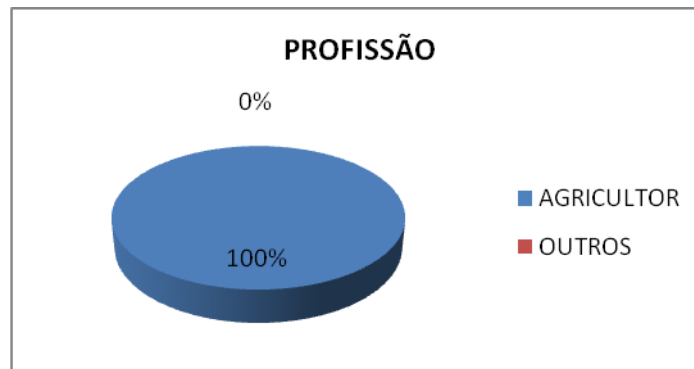
**Gráfico 05** :Nível de escolaridade dos agricultores associados do MMNEPA.  
Fonte: Pesquisa de Campo, Dezembro de 2011.

Constatou-se, em geral, baixo nível de escolaridade sendo que 28% (vinte e oito por cento) possuíam o ensino médio completo, 22% (vinte e dois por cento) completaram o nível fundamental e a maioria representada por 50% não completou o fundamental, conforme mostra o gráfico 05. Essa análise foi relevante, pois o nível de escolaridade interfere



diretamente na forma como as capacitações teóricas são implementadas no cotidiano das famílias pela maneira como as informações são interpretadas. Além disso, o baixo nível de escolaridade também pode dificultar o enquadramento nas exigências requisitadas para participação no PAA.

Portanto, observou-se que 28% (vinte e oito por cento) equivalente aos concluintes do ensino médio faziam parte da nova geração de agricultores familiares que correspondiam aos filhos dando continuidade às atividades rurais dos pais. Este índice foi bastante representativo demonstrando certa mudança de perfil nos agricultores, que ao investirem na educação familiar trazem maior retorno não apenas em termos de conhecimentos, mas também à implementação de novas técnicas que maximizem os resultados financeiros.



**Gráfico 06** :Profissão dos informantes da pesquisa.  
Fonte: Pesquisa de Campo, Dezembro de 2011.

Todos (100%) os entrevistados afirmaram serem agricultores familiares e possuírem o DAP, conforme demonstrado no gráfico 06. Tal informação foi confirmada, não apenas pela visita aleatória e sem aviso prévio à residência de alguns entrevistados, mas também pela confirmação do número do DAP na proposta de participação do projeto verificada após a entrevista. Ao serem questionados sobre o tempo de profissão como agricultor, conforme item 1 do quadro 5, 89% (oitenta e nove por cento) informaram que nasceram na atividade agrícola, ou seja, eram filhos de agricultores e permaneceram na atividade integrando a produção familiar. Apenas 11% (onze por cento), possuía pouco tempo de atividade agrícola. Essa constatação do perfil profissional como efetivos agricultores foi um passo importante na pesquisa, pois esse enquadramento é exigido pelo PAA.

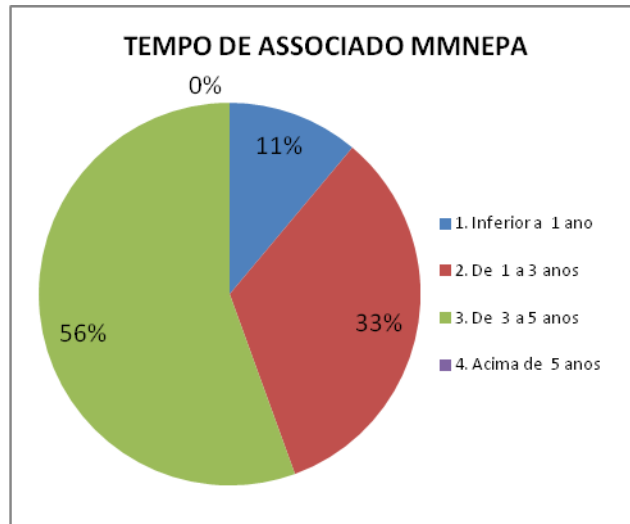
6. 2. 1. 1. 2 Principais mudanças ocorridas na vida dos agricultores familiares após MMNEPA e CPR-Doação.

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES FAMILIARES ASSOCIADOS DO MMNEPA				
NQ <sup>20</sup>	PERGUNTA	RESPOSTA	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM (%)
1	TEMPO NA AGRICULTURA	1. [ ] Inferior a 1 ano	0	0
		2. [ ] De 1 a 3 anos	2	11
		3. [ ] De 3 a 5 anos	0	0
		4. [ ] Acima de 5 anos	16	89
2	PARTICIPA CPR-DOAÇÃO	1. [ ] Sim	17	94
		2. [ ] Não	1	6
3	QUANTO TEMPO NO CPR	1. [ ] Inferior a 1 ano	3	17
		2. [ ] De 1 a 3 anos	6	33
		3. [ ] De 3 a 5 anos	7	39
		4. [ ] Acima de 5 anos	1	6
4	PRODUTOS COMERCIALIZADOS	1. [ ] Hortifrutigranjeiros	3	17
		2. [ ] Hortifrutigranjeiros e Mel	6	33
		3. [ ] Hortifrutigranjeiros e Farinha	1	6
		4. [ ] Hort. Mel e Farinha	1	6
		5. [ ] Mel	3	17
		6. [ ] Mel e Semente	1	6
		7. [ ] Mel e Farinha	2	11
		8. [ ] Mel, Farinha e Sementes	1	6
5	TEMPO EM STA MARIA	1. [ ] Inferior a 1 ano	0	0
		2. [ ] De 1 a 3 anos	0	0
		3. [ ] De 3 a 5 anos	0	0
		4. [ ] Acima de 5 anos	15	83
		5. [ ] Não residem	3	17
6	TEMPO DE ASSOCIADO MMNEPA	1. [ ] Inferior a 1 ano	2	11
		2. [ ] De 1 a 3 anos	6	33
		3. [ ] De 3 a 5 anos	10	56
		4. [ ] Acima de 5 anos	0	0
7	HOVE MUDANÇAS APÓS MMNEPA	1. [ ] Sim	18	100
		2. [ ] Não	0	0
8	PRINCIPAL MUDANÇA APÓS MMNEPA	1. [ ] Melhorou financeiramente	10	56
		2. [ ] Ampliou os conhecimentos técnicos	4	22
		3. [ ] Melhorou a relação familiar	4	22
9	TECNICAMENTE PREPARADO P/ SER AGRICULTOR	1. [ ] Sim	15	83
		2. [ ] Não	3	17
10	MMNEPA AUXILIA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO	1. [ ] Sim	17	94
		2. [ ] Não	1	6

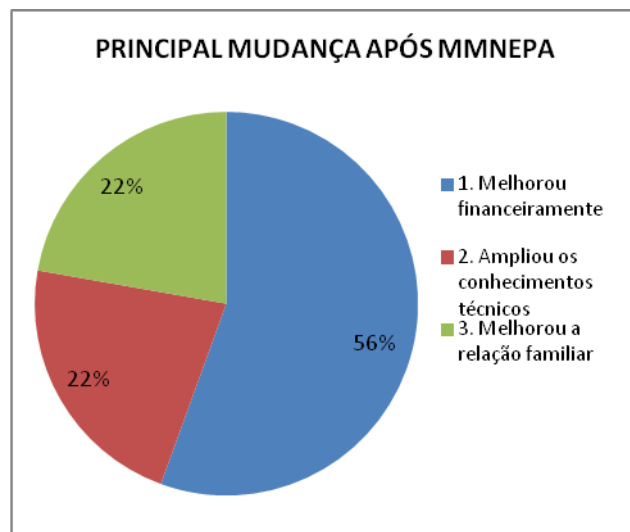
<sup>20</sup> Significa nº da pergunta aplicada no questionário.

10.1	DE QUE FORMA?	1. [ ] Incentivo financeiro	4	22
		2. [ ] Desenvolve capacitações teóricas	6	35
		3. [ ] Desenvolve capacitações ensinando na prática	8	43
11	MMNEPA DISCUTE SOBRE EDUCAÇÃO NO CAMPO?	1. [ ] Sim	18	100
		2. [ ] Não	0	0
11.1	DE QUE FORMA?	<b>Resposta de caráter subjetivo. Análise no corpo da pesquisa.</b>		
12	O QUE VOCÊ ENTENDE SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?	1. [ ] Preservar o meio ambiente para as gerações futuras	6	33
		2. [ ] Harmonizar homem e meio ambiente	1	6
		3. [ ] Atender as necessidades do presente sem comprometer o meio ambiente	0	0
		4. [ ] Desenvolvimento econômico, social e equilíbrio dos recursos naturais	9	50
13	VOCÊ CONSIDERA QUE POSSUI UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL?	1. [ ] Sim	17	94
		2. [ ] Não	0	0
		3. [ ] Parcialmente	1	6
14	O QUE VOCÊ ENTENDE SOBRE TRABALHO COLETIVO?	1. [ ] Ser solidário	5	28
		2. [ ] Compreender as limitações do outro	8	44
		3. [ ] Decidir em conjunto	3	17
15	DEFINA A ATUAÇÃO DO CPR EM SUA FAMÍLIA	1. [ ] Insuficiente	0	0
		2. [ ] Regular	1	7
		3. [ ] Bom	9	60
		4. [ ] Excelente	8	33
16	HOVE MELHORA FINANCEIRA APÓS CPR?	1. [ ] Sim	15	83
		2. [ ] Não	3	17
17	EM QUE VOCÊ UTILIZA OS RECURSOS COM A VENDA?	1. [ ] Investe na produção	5	28
		2. [ ] Roupas, eletrodomésticos e meio de transporte	2	11
		3. [ ] Educação	2	11
		4. [ ] De acordo com as necessidades imediatas	9	50
18	FREQUÊNCIA QUE SUA FAMÍLIA CONSOME SUA PRODUÇÃO	1. [ ] Nunca	0	0
		2. [ ] Raramente	0	0
		3. [ ] Frequentemente	18	100
19	SE NÃO CONSOME, POR QUÊ?	<b>Não houve resposta, porque 100% dos entrevistados afirmam consumir da produção própria</b>		

**Quadro 05:** Síntese do questionário aplicado aos agricultores familiares associados do MMNEPA.  
Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2011.



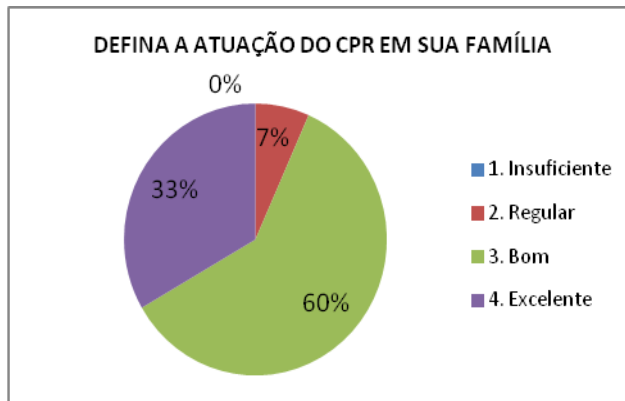
**Gráfico 07** :Tempo como associados do MMNEPA.  
Fonte:Pesquisa de Campo, Dezembro de 2011.



**Gráfico 08** :Principal mudança ocorrida após associação ao MMNEPA.  
Fonte:Pesquisa de Campo, Dezembro de 2011.

Em relação ao tempo enquanto associados do movimento 56% (cinquenta e seis por cento) participam de 3 a 5 anos, 33% (trinta e três por cento) participam de 01 a 03 anos e 11% (onze por cento) inferior a 01 ano. Independente do período como associados, houve unanimidade nas respostas quanto às mudanças na vida financeira familiar após inserção no MMNEPA. Neste aspecto, 56% (cinquenta e seis por cento) responderam que a principal mudança foi financeira, 22% (vinte e dois por cento) afirmaram que ampliaram os conhecimentos técnicos e o restante, afirmou que além das mudanças citadas também melhorou a relação no âmbito familiar em termos de qualidade de vida. No que tange ao tempo de participação da CPR-Doação, ou seja, há quanto tempo vendem seus produtos para

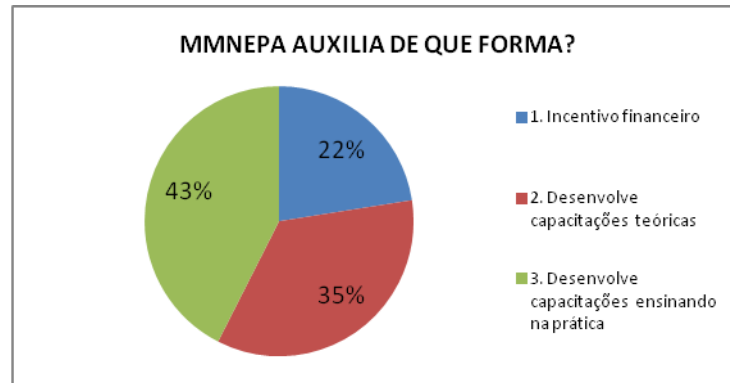
a CONAB, 39% (trinta e nove por cento) responderam que vendem de 03 a 05 anos, 33% (trinta e três por cento) vendem de 01 a 03 anos, 17% (dezessete por cento) inferior a 01 ano e 6% (seis por cento) acima de 05 anos. Como pode ser observado no gráfico 09, ao atribuírem um conceito para o programa 60% (sessenta por cento) consideram a atuação boa, 33% (trinta e três por cento) excelente, 7% (sete por cento) consideraram regular. Para a maioria dos produtores a atuação do programa é satisfatória.



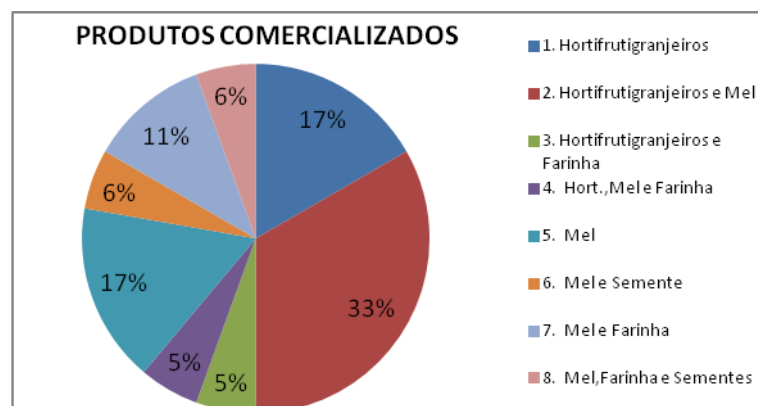
**Gráfico 09** :Atuação da CPR-Doação na percepção dos agricultores.  
Fonte:Pesquisa de Campo, Dezembro de 2011.

É necessário comentar que 83% (oitenta e três por cento) dos entrevistados se consideram tecnicamente preparados para exercerem a profissão agrícola. Apenas 17% (dezessete por cento) informaram que possuem a prática, mas sentem necessidade em aprenderem mais sobre a educação no campo, a fim de melhorarem a atividade exercida.

Para reafirmar as informações obtidas pelos colaboradores do movimento, questionou-se aos agricultores se o MMNEPA auxiliava no processo de produção e de que forma interagira com eles. Dos produtores entrevistados 94% (noventa e quatro por cento) afirmaram que o MMNEPA fornece apoio e 6% (seis por cento) informaram que não. Os resultados confirmaram as informações obtidas nas entrevistas anteriores, conforme gráfico 10, pois 43% (quarenta e três por cento) responderam que o MMNEPA presta assistência *in loco* para visitar e auxiliar no processo de cultivo, desenvolvendo capacitações práticas. Além disso, 22% (vinte e dois por cento) afirmaram que em muitos casos fornecem o material inicial de produção e até mesmo concedem incentivo financeiro, e 35% informaram que são desenvolvidas capacitações teóricas sobre educação no campo.



**Gráfico 10:** Forma pela qual o MMNEPA auxilia na produção dos agricultores.  
Fonte: Pesquisa de Campo, Dezembro de 2011.



**Gráfico 11:** Produtos comercializados pelos agricultores atualmente.  
Fonte: Pesquisa de Campo, Dezembro de 2011.

Constatou-se que 80% (oitenta por cento) das famílias produziam apenas para subsistência antes do MMNEPA e da CPR-Doação. A partir da associação e participação no programa, houve diversificação da produção e ampliou as propriedades que trabalham com a apicultura, a partir de 2007. Antes do projeto 70% (setenta por cento) dos produtores eram monocultores e tinham certa resistência em diversificar a produção. Inclusive a monocultura é considerada pelo CONSEA como uma simplificação da alimentação e empobrecimento da dieta. Atualmente, como podem ser observados nos percentuais do gráfico 11, 33% (trinta e três por cento) dos entrevistados cultivam hortaliças, frutas, criam galinha caipira e mel, que representam a maioria. Ainda 17% (dezessete por cento) cultivam apenas hortifrutigranjeiros e 17% (dezessete por cento) apenas mel, 11% (onze por cento) produz farinha e mel, 6% (seis por cento) cultiva hortifrutigranjeiros e farinha, 6% (seis por cento) além desses últimos também produzem mel e 6% (seis por cento) mel, farinha e sementes. A CPR-Doação fortaleceu a apicultura no município de Santa Maria e regiões circunvizinhas. Desta forma, a diversificação da produção é considerada um fator importante na segurança alimentar, pois

proporciona a ingestão de uma variedade de nutrientes que enriquecem a dieta alimentar dos consumidores.

Sendo assim, como pode ser observado no item 16 do Quadro 5, ao afirmarem (83%) que após a CPR-Doação houve considerável melhora financeira, em boa parte deve-se à apicultura que se tornou um segmento melhor estruturado, a partir do apoio do MMNEPA e da ADESC. A casa de beneficiamento do mel inaugurada na sede da ADESC, em 2009, foi equipada e beneficiada com recursos do projeto, e oportunizou as capacitações práticas aos produtores locais e de outras regiões.

As fotografias abaixo ilustram o apiário do agricultor Natanael em sua propriedade rural. O agricultor Natanael<sup>21</sup> expressou sua compreensão sobre educação no campo:

A educação no campo melhora a forma de entender a atividade direcionada para o campo e poder melhorar a qualidade e resultado da cadeia produtiva. O MMNEPA incentiva a educação no campo ensinando no manejo da terra na prática e inserção da mulher como força de trabalho. (informação verbal)<sup>22</sup>



**Figura 15:** Apiário do. Agricultor Natanael.  
Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2011.

<sup>21</sup> Natanael tem 28 anos, natural de Santa Maria-Pa, é agricultor, filho de agricultores e associado do MMNEPA.

<sup>22</sup> Informação concedida durante aplicação do questionário na propriedade do agricultor Natanael.



**Figura 16:** Caixa de Abelhas da propriedade do agricultor Natanael.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Em seguida, fotografias (17, 18 e 19) da propriedade da agricultora Maria Elisete, ilustrando sua criação de galinhas caipiras, a horta e a plantação de mudas. A agricultora Maria Elisete falou sobre sua concepção de educação no campo:

Pra mim educação no campo é ter noção de reflorestamento para dar continuidade ao plantio e saber a importância dos quintais agroecológicos. Graças ao curso sobre reflorestamento minha família hoje tem a plantação de mudas, que também é uma fonte de renda. Também aprendemos a utilizar o adubo orgânico nos quintais. Sabemos também da importância na limpeza dos apiários, para que as abelhas sempre retornem. Tudo na minha propriedade é cultivado sem agrotóxicos.(informação verbal)<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Informação concedida durante aplicação do questionário na propriedade da agricultora Elisete.





**Figura 17:** Criação de galinha caipira na propriedade da agricultora Elisete.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.



**Figura 18:** Horta da Sra. Elisete.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.



**Figura 19:** Plantação de mudas da Sra. Elisete.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

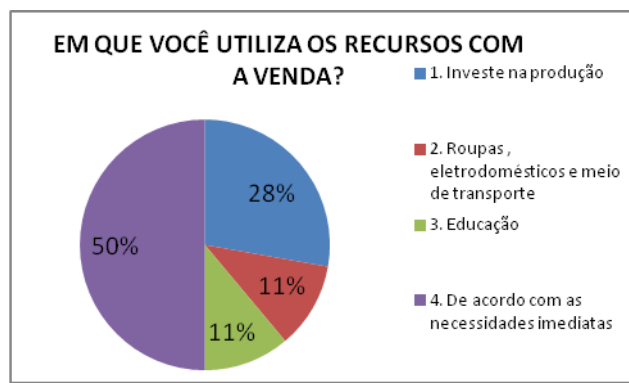
Apesar das oficinas e seminários promovidos pelo MMNEPA observou-se certa dificuldade dos entrevistados ao serem questionados sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, ainda é um aspecto confuso na percepção dos pequenos produtores. Há uma noção de preservação ambiental, a importância do reflorestamento, beneficiamento dos apiários e quintais agroecológicos. Foi notória a preocupação dos produtores no cultivo de hortaliças e frutas sem a utilização de agrotóxicos ou qualquer produto químico. Nas residências das 05 (cinco) famílias visitadas e entrevistadas, notou-se a diversificação de produtos desde hortifrutigranjeiros, farinha, criação de galinha caipira e de abelhas. Um dos aspectos levantados por 80% (oitenta por cento) das famílias deve-se à dificuldade que existia na venda dos produtos antes da CPR-Doação. A participação no projeto conferiu estabilidade financeira durante o período de 12 (doze) meses que corresponde à duração de cada proposta de participação no projeto elaborado pelo MMNEPA e ADESC, pois os produtores são fornecedores da CONAB e possuem a responsabilidade em entregar os produtos para complementar a merenda escolar ou a alimentação das instituições cadastradas para serem beneficiadas.

A agricultora Maria Sanderli<sup>24</sup>, relatou que : “o MMNEPA costuma discutir assuntos relacionados à educação no campo através da reflexão sobre a qualidade de vida na agricultura”.(informação verbal)<sup>25</sup>

<sup>24</sup> Maria Sanderli, de 34 anos, é natural de Ourém-PA, é agricultora associada ao MMNEPA há mais 05 anos e credenciou-se recentemente na CPR-Doação.

<sup>25</sup> Informação concedida durante aplicação do questionário na sede da ADESC.

Uma das metas do programa é a segurança alimentar e nutricional dos produtos da agricultura familiar e por esta razão foi questionado aos produtores se os mesmos consideravam possuir uma alimentação adequada e saudável, conforme item 13 do quadro 5. Ainda relacionado a este aspecto nutricional, ressaltou-se a relevância dos agricultores familiares consumirem da própria produção em virtude da valorização dos produtos regionais perante o meio social. Portanto, os resultados foram os seguintes: 94% (noventa e quatro por cento) consideraram possuir uma alimentação saudável e rica em nutrientes. De acordo com o item 18 do Quadro 5, 100% (cem por cento) afirmaram consumir da própria produção com frequência.



**Gráfico 12** :Investimento dos agricultores com o lucro das vendas.  
Fonte:Pesquisa de Campo, Dezembro de 2011.

Enfim, foram questionados sobre o destino dos lucros ganhos com a venda dos produtos e as respostas foram diversificadas conforme demonstra o gráfico 12, 28% (vinte e oito por cento) responderam que priorizam o beneficiamento da produção, 11% (onze por cento) priorizam a compra de roupas, eletrodomésticos e meio de transporte, 11% (onze por cento) em educação e a maioria de 50% (cinquenta por cento) informou que não se planejam e utilizam de acordo com as necessidades imediatas. Apesar de apenas 28% (vinte e oito por cento) priorizarem o investimento na produção, tal fator já é considerado certo avanço e sem dúvida reflete uma mudança de postura dos pequenos produtores mesmo que de forma gradativa.

### **6. 2. 2 Momento de avaliação dos agricultores familiares e colaboradores sobre a atuação do MMNEPA.**

Em contato com líderes do MMNEPA e associados (agricultores familiares) no dia 23/12/2011, no evento de confraternização natalino e momento de avaliação, foi possível presenciar alguns depoimentos dos fornecedores da CPR-Doação bem como da diretoria de

uma escola municipal beneficiada com as doações do programa. As fotografias a seguir ilustram o dia da confraternização. Na primeira foto (figura 20), uma árvore de natal montada com os nomes dos participantes que após se identificarem também informavam as metas alcançadas em 2011.



**Figura 20:** Árvore de Natal confeccionada na confraternização do MMNEPA.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.



**Figura 21:** Dinâmica de grupo realizada pelo MMNEPA.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A figura 21 retrata uma dinâmica de grupo, na qual um círculo representava o planeta e os agricultores deveriam colocar numa tarja de papel ao seu redor as expectativas para o ano de 2012. A figura 22 mostra os principais colaboradores do MMNEPA no ano de 2011.



**Figura 22:** Colaboradores do MMNEPA.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Nesta oportunidade, houve a identificação das falhas da CPR-Doação, das dificuldades encontradas pelos produtores e pela própria associação, mas também das mudanças ocorridas após implementação do projeto de doação de mel, tanto na vida dos fornecedores quanto dos beneficiados com as doações, que são retratados a seguir nos tópicos 6.2.2.1, 6.2.2.2 e 6.2.2.3.

Durante o evento, foi interessante perceber o espírito coletivo em muitos gestos dos agricultores familiares, desde o momento da refeição e após o almoço ao formarem uma fila na cozinha com a finalidade de lavarem as louças, individualmente. Essa noção de coletividade nas pequenas ações é um fator imprescindível para o sucesso das atividades no modo de produção familiar.

Entre as dificuldades citadas pelo colaborador Luis Sávio está a falta de apoio da Prefeitura Municipal desde o início das atividades da Casa do Mel na sede da ADESC. Entretanto, apenas recentemente houve a contratação de uma funcionária terceirizada para orientá-los sobre o Sistema de Inspeção Municipal (SIM), que ainda constitui um entrave para certificar a qualidade do mel perante os órgãos de controle. Portanto, o SIM configura uma das metas do MMNEPA e ADESC para o corrente ano de 2012.

Apesar das capacitações no sentido de informar e orientar os fornecedores no que se refere às documentações para participarem do projeto (CPR-Doação) ainda existe grande

dificuldade para obtenção do Documento de Aptidão ao PRONAF (DAP) que constitui pré requisito para que os produtores vendam seus produtos para a CONAB.

O evento realizado no dia 23/12/2011 iniciou-se com a avaliação dos membros do MMNEPA de outros municípios do Nordeste Paraense no que tange aos avanços e desafios do movimento no decorrer do ano de 2011. A princípio, uma agricultora associada do MMNEPA em Santa Luzia ressaltou que em 2011, 80% (oitenta por cento) das metas foram alcançadas, entre elas destaca-se o aumento da renda das mulheres no município de Santa Luzia, a parceria com a prefeitura local e a ousadia feminina para superar as limitações domésticas em relação à redução da violência no âmbito familiar. A explanação da associada deixou clara a satisfação em estar engajada no movimento e destacou a luta contra a violência feminina bem como da inserção da mulher como força de trabalho no campo, em busca da geração de renda.

A colaboradora do MMNEPA, Rita Teixeira, informou sobre a presença constante dos colaboradores do movimento em muitas conferências: Conferência do Idoso, Conf. de Meio Ambiente, Conf. da Mulher, Conf. de Segurança Alimentar e Nutricional, Conf. Nacional de Política das Mulheres, entre outras, confirmando a participação em eventos de caráter relevante para as ações do movimento. Sendo assim, acrescentou a necessidade de momentos de planejamento e posterior avaliação para que seja de conhecimento dos associados tanto o acesso às informações qualitativas, como também as conquistas e dificuldades comuns entre eles. Segundo Rita Teixeira, “sempre existirá produtores insatisfeitos, mas este deve ser mais um fator de mobilização do grupo em busca de superar as limitações, encontrar seu papel na sociedade e contribuir para novas estratégias de ação”.(informação verbal)

6. 2. 2. 1 Avaliação sobre o MMNEPA e CPR-Doação na visão da agricultora familiar do município de Salinópolis.<sup>26</sup>

Em seguida houve a apresentação da agricultora do município de Salinas, Sra. Ângela<sup>27</sup>, que ressaltou:

O MMNEPA possui 18 anos de atuação e exerce papel fundamental no Nordeste Paraense a partir do desenvolvimento de projetos. O projeto do mel, como é denominado a CPR-Doação em virtude da valorização da apicultura após a implementação do mesmo, possui papel importante na merenda escolar dos municípios.(informação verbal)

De acordo com o posicionamento da agricultora que também é uma fornecedora, o mel, anteriormente, era visto como remédio e hoje é complemento da merenda escolar. Após implementação do projeto do mel houve o fortalecimento dos pequenos grupos dentro do MMNEPA. Na concepção da secretária e agricultora, o movimento evoluiu durante esses 18 anos de atuação, mas ainda é preciso dar uma atenção à regulamentação dos produtos em determinados municípios, a fim de obterem o selo do Sistema de Inspeção Municipal (SIM). Entretanto, o MMNEPA se destaca pelas atividades agroecológicas, com o projeto de plantas medicinais e reflorestamento através da plantação de mudas, além da forte atuação no controle social.

Ao refletir sobre a atuação do poder público, a produtora disse que já foi *pior*, mas que já existe um reconhecimento do papel do movimento dentro do município de Salinas, no entanto, ainda é preciso fortalecer-se mais. A princípio, as mulheres eram vistas como *baderneiras*<sup>28</sup> pela falta de sensibilidade de alguns gestores, afirmou a agricultora.

Ao ser indagada pelo prefeito da cidade de Salinas sobre o porquê o grupo denominava-se de movimento de mulheres, a agricultora respondeu “Porque nós estamos sempre em movimento, nós não paramos”.

Por isso, na avaliação da agricultora de Salinas fez-se referência à importância da participação de mulheres que realmente tenham disposição para trabalhar e superar obstáculos. Além disso, ressaltou que 2012 será um ano de desafio no processo político partidário, onde o fato das mulheres constituírem maioria dentro do município de Salinas

---

<sup>26</sup> Elaborado com informações verbais fornecidos pela agricultora Ângela em momento de debate na ADESC.

<sup>27</sup> Agricultora, militante do MMNEPA, líder sindical dos anos 1977 a 2008 e hoje ocupa o cargo de Secretária de agricultura do município de Salinópolis.

<sup>28</sup> Expressão utilizada pela militante Ângela ao retratar a imagem que alguns gestores tinham sobre a atuação do movimento no sentido de bagunça.

serão bastante cortejadas e deverão utilizar este recurso para discutir os projetos de 2012 com os gestores, mas não para servirem como massa de manobra política.

Dentro dessa perspectiva, a produtora finalizou sua exposição informando que enquanto colaboradora do MMNEPA participou da Conferência de Segurança Alimentar realizada em 2011 e destacou que os gestores devem reconhecer a importância da agricultura familiar para a redução da pobreza. Neste sentido, o MMNEPA exerce papel relevante ao passo que propõe a geração de renda para mulheres paraenses auxiliando-as a conviver com as diferenças e limitações em prol da coletividade, afirmou a agricultora.

#### *6. 2. 2. 2 Avaliação sobre o MMNEPA e CPR-Doação na visão da agricultora familiar do município de Santa Maria do Pará.<sup>29</sup>*

Posteriormente, seguiu a contribuição de uma produtora do município de Santa Maria, Sra. Maria Elisete<sup>30</sup>, que revelou a grande satisfação em visualizar as frutas da produção própria compondo uma das mesas que decoravam o evento natalino do dia 23/12/2011. Ainda acrescentou o avanço em estar presente no evento e agradeceu ao MMNEPA o apoio na produção, afirmando ainda que o movimento é responsável pela mudança de postura e mentalidade no que diz respeito ao reconhecimento dos seus direitos e deveres enquanto cidadã.

Esclareceu que em 2011 houve muitos avanços em Santa Maria a partir das iniciativas do MMNEPA que promoveu cursos de capacitação, informando os pequenos produtores sobre seus direitos e deveres, tiveram oficinas práticas ensinando a reflorestar e enfatizou o projeto do mel com a CONAB como gerador de renda entre as mulheres. De acordo com a avaliação da agricultora de Santa Maria o MMNEPA tem sido pai e mãe<sup>31</sup>, e por isso é preciso maior comprometimento das famílias associadas, pois ela garante grande satisfação em verificar que as mesmas estão vendendo seus produtos, o que antes configurava uma limitação tanto para o cultivo quanto para a distribuição.

Vale ressaltar que para a produtora, uma das maiores conquistas após inserção no movimento de mulheres foi a emancipação e geração de renda feminina. Segundo ela, muitas amigas *apanhavam* dos companheiros, mas não sabiam se tinham o direito de denunciar e com os esclarecimentos da MMNEPA, inclusive sobre a legislação de amparo vigente,

---

<sup>29</sup> Elaborado com informações verbais fornecidos pela agricultora Maria Elisete em momento de debate na ADESC.

<sup>30</sup> Filha de agricultores, agricultora, associada do MMNEPA há dois anos e desde então participa da CPR-Doação.

<sup>31</sup> A agricultora demonstrou o apoio dado pelo MMNEPA na luta contra a violência feminina e o estímulo para independência financeira.



atualmente, muitas mulheres do município já sabem se defender contra a violência doméstica. Durante a avaliação a associada ainda reproduziu a fala de algumas companheiras dizendo: *Graças ao MMNEPA, eu tenho meu dinheiro*, refletindo o incentivo dado pelo movimento. Daí finalizou prometendo que em 2012 convidará outras companheiras para participarem, a fim de aumentar e fortalecer o grupo de mulheres.

6. 2. 2. 3 *Avaliação da Diretora da escola beneficiária consumidora das Doações da CPR-Doação.*<sup>32</sup>

O momento de avaliação encerrou-se com apresentação da Diretora, Sra. Joana<sup>33</sup>, de uma das escolas beneficiadas<sup>34</sup> pela CPR-Doação em Santa Maria. De acordo com a mesma, desde 2006 questionava-se o fato da merenda escolar ser industrializada nas instituições de ensino do município, enquanto escolas de outros municípios ofereciam merenda com produtos *in natura*. Na ocasião a prefeitura justificava a ausência de uma associação fortalecida dentro do município de Santa Maria, pois desconhecia o amplo trabalho desenvolvido pela ADESC e MMNEPA junto aos agricultores familiares da região. Recentemente a prefeitura e escolas estão reconhecendo as atividades e aprendendo com essas associações.

A ADESC e o MMNEPA possibilitaram que os indivíduos se agregassem e fizessem parcerias, como por exemplo, com a Secretaria de Educação em prol de interesses comuns. A Diretora afirmou que, anteriormente, o mel era visto como remédio pelo fato de ser servido para as crianças na colher, mas após o projeto do mel com a CONAB, o mel ganhou forma apreciativa com a embalagem de sachê, elevando consideravelmente o consumo pelas crianças dentro da escola. Portanto, sob sua ótica o mel é suplemento alimentar e tem contribuído para uma melhora visível na saúde das crianças que estão mais resistentes às variações climáticas. Além do mel, a parceria com a CONAB através da CPR-Doação também disponibiliza a doação de legumes e sementes substituindo a sopa industrial pela sopa caseira mais saudável e nutritiva. Logo abaixo, a figura 23 ilustra o momento de distribuição do mel para as crianças beneficiadas com as doações do programa.

---

<sup>32</sup> Elaborado com informações verbais fornecidos pela Sra. Joana em momento de debate na ADESC.

<sup>33</sup> Diretora da Escola João Gabriel no município de Santa Maria do Pará.

<sup>34</sup> São também definidas pela CONAB como consumidoras, pois recebem os produtos da agricultura familiar como doação através da CPR-Doação.



**Figura 23:** Distribuição do mel pelo MMNEPA para crianças beneficiadas.  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A Diretora enfatizou a importância do movimento ao se aproximar mais do âmbito escolar a fim de esclarecer às famílias sobre a importância de uma alimentação saudável, tanto em casa como na escola. Aproveitou a oportunidade para agradecer os cursos oferecidos na associação para os Grupos de Mães, mas ainda destacou a importância do movimento dentro da escola e não apenas no ambiente da associação. Portanto, opinou que para um fortalecimento ainda maior do movimento era necessário aliar-se aos Conselhos Estaduais e Municipais.

### 6. 3 SEMINÁRIO REALIZADO PELO MMNEPA SOBRE GESTÃO E COMERCIALIZAÇÃO SUSTENTÁVEL

Nos dias 26 e 27 de Janeiro de 2012 foi realizado na Sede da ADESC, o Seminário sobre Gestão e Comercialização Sustentável, a fim de esclarecer aos líderes das associações e aos próprios agricultores associados ao MMNEPA o papel das Organizações Não Governamentais, sua constituição e regulamentação, além fornecer informações sobre gestão financeira. Logo abaixo, na figura 24, demonstra-se o folder do evento ilustrando as atividades desenvolvidas pelo MMNEPA: a apicultura através das técnicas de captura das abelhas, melhoramento das instalações da casa do mel; criação de galinha caipira; quintais agroecológicos; produção de farinha e outros.



**Figura 24:** Folder Seminário Gestão e Comercialização Sustentável.  
Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2012.

Vale elucidar que embora o evento tenha sido programado para iniciar às 08h foi necessário aguardar um pouco mais, em virtude do atraso de produtores que residem em zonas de difícil acesso para o transporte urbano.

É indiscutível a frequência, integração e comprometimento das mulheres do MMNEPA. O dia do evento contou com uma participação em massa, não apenas de agricultores do município de Santa Maria do Pará, mas também de outras regiões como Ourém, Capitão Poço, Capanema e outros.

O primeiro momento foi marcado pelo cadastramento dos participantes, no qual foi distribuída uma sacola contendo pasta com material teórico, calculadora e caneta, e uma camisa com o tema do seminário.

O café da manhã servido na sede da ADESC ofereceu frutas originadas da produção própria (melancia e manga), além do café com leite e biscoito. Interessante observar que no local tinha lixeiras para coleta seletiva do lixo.

Este seminário faz parte do Projeto intitulado “Mulheres do Campo”. É uma Oficina de Metodologia Participativa Camponês (a): Difusão de Conhecimentos Agroecológicos na Amazônia.

O seminário iniciou-se com uma dinâmica, na qual os produtores deveriam escrever em uma tarja de papel o respectivo nome e expectativa do evento, com a finalidade de efetuar um levantamento sobre as necessidades e expectativas dos participantes. A grande maioria demonstrou a busca por conhecimento e troca de informações.

A prática se dá no dia a dia, no momento das dificuldades encontradas. O objetivo desse encontro é o aprendizado coletivo, relatou a colaboradora Rita Teixeira (2012).

A palestrante convidada, Sra. Paula Pantoja<sup>35</sup>, é Coordenadora de uma Organização Não Governamental (ONG) em Belém e já efetuou uma pesquisa junto ao MMNEPA. A palestra iniciou-se com informações sobre o terceiro setor, constituição e regulamentação como organização de apoio.

As ONGS fazem parte do terceiro setor e veio com o objetivo de preencher algumas lacunas deixadas pelo Estado. Daí o setor privado passou a investir nos setores sociais. As ONGS surgiram de um grupo de pessoas para resolver determinada problemática e lutar com o Estado para melhoria desta. (informação verbal)<sup>36</sup>

O MMNEPA apoia várias associações e esclarece a autodefinição como movimento de força. Na oportunidade verificou-se a participação de 13 associações legalmente constituídas que contam com o apoio do MMNEPA.

A palestra trouxe informações relevantes sobre a finalidade e constituição das organizações esclarecendo sobre o estatuto, cartão de CNPJ, alvará de funcionamento, certidões, direitos e deveres tributários. Importante frisar que durante a palestra, os produtores interagiram com a palestrante a fim de esclarecerem as dúvidas existentes. Em alguns momentos observou-se que a palestrante não conseguia ser suficientemente clara e atender a linguagem dos produtores rurais, portanto a colaboradora Rita prestava sua contribuição com uma linguagem mais acessível ao final das colocações da palestrante ilustrando com exemplos práticos vivenciados pela própria associação.

Capacitar, regulamentar e buscar participar dos projetos. Queremos mais, queremos que as associações possam ter seu trabalho e projeto. Cada uma deve caminhar sozinha a partir do apoio do MMNEPA. A meta é que em 2013, cada associação possa participar do PAA e elaborar sua própria proposta de participação. Neste caso, a CONAB somente aceita propostas de associações devidamente regularizadas. (informação verbal)<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> Mestre em Administração, professora de ensino superior e Coordenadora de uma ONG.

<sup>36</sup> Definição fornecida em palestra realizada pela Sra. Paula Pantoja na sede da ADESC.

<sup>37</sup> Palavras proferidas pela colaboradora Rita Teixeira durante o seminário na sede da ADESC.

Neste sentido, o esclarecimento aos produtores sobre a importância da legalização está diretamente relacionado à inserção das associações em projetos e convênios que disponibilizem recursos financeiros que concretizem metas de desenvolvimento.

Após o almoço realizou-se uma dinâmica que retratou com perfeição a rede de cooperação e confiança que devem existir nas associações. Os participantes abraçaram-se em um grande círculo e movimentavam-se para direita e às vezes para a esquerda tentando determinar um ritmo. Em alguns momentos, havia o descompasso de alguns produtores, portanto era necessário parar e tomar algumas medidas para possíveis ajustes.

Nesta oportunidade, uma das colaboradoras retratou:

Essa diversidade de pessoas existe no dia a dia das organizações. Associar-se é compreender as limitações do outro. A dinâmica retrata que é necessário aprender com as diferenças e que se todos decidem seguirem juntos é porque existe uma relação de confiança. Portanto, devemos identificar as potencialidades e fragilidades do grupo, a fim de ajustar para organizar.(informação verbal)

Segundo Putnam (1996, p.103):

As relações de confiança permitem à comunidade cívica superar mais facilmente o que os economistas chamam de oportunismo, no qual os interesses comuns não prevalecem porque o indivíduo, por desconfiança, prefere agir solidamente e não coletivamente.

A partir da análise da realidade dentro da associação e o pensamento de Putnam, concluiu-se que a própria cooperação gerou a relação de confiança mútua dentro do movimento. A existência de capital social<sup>38</sup> requer que essa relação sempre ocorra e seja estruturada em normas e valores compartilhados pelos associados desde a constituição da organização.

#### 6. 4 ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SANTA MARIA DO PARÁ (ADESC)

O papel da ADESC é de extrema relevância para as atividades de campo e capacitações do MMNEPA, não apenas por sua localização na cidade de Santa Maria, mas também porque o município abriga considerável massa agrícola constituída pela classe de trabalhadores rurais. Então, em verdade funciona da seguinte maneira: a CPR-Doação é

---

<sup>38</sup> “O capital social pode ser considerado como um recurso que gera benefícios para os indivíduos, tendo como fonte o relacionamento com os outros.” (COSTA; COSTA, p.8, 200?).

renovada através do MMNEPA e assina convênio com a ADESC. Entretanto, hoje a ADESC também participa, individualmente, da CPR-Doação, ou seja, possui seu próprio projeto em vigência no prazo de 12 meses até novembro de 2012.

No que diz respeito à relação estabelecida entre a ADESC e o MMNEPA, respondeu o técnico Luis Sávio, que possui relações intrínsecas com as duas organizações:

Todas as ações da ADESC são ligadas diretamente ao movimento. Complementou as informações dizendo que a ADESC tem 20 (vinte) anos de atuação, mas a maioria das suas ações foram implementadas através de projetos formalizados pelos grupos do MMNEPA. (informação verbal)

De acordo com as informações obtidas através da Proposta de Participação-Doação Simultânea (2011) disponibilizada pelos colaboradores da ADESC, seguem as seguintes características da organização:

A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Santa Maria do Pará (ADESC) foi fundada em 11/10/1988, é uma associação mista que surgiu da necessidade articulada pelos próprios homens e mulheres trabalhadores/agricultores rurais em prol de seu fortalecimento e maior participação na vida social, econômica e política no território no município. É uma associação que desenvolve todas as atividades que visa a integração da comunidade com o social, cultural e ambiental, desportivas e econômicas, além de incentivar a organização de outros grupos da zona rural e zona urbana, onde são desenvolvidos trabalhos de conscientização e geração de renda, enfocando temas que visem o crescimento de todo/as principalmente em exercer a sua cidadania. A ADESC se preocupa principalmente com a questão ambiental e não mede esforços em buscar novas parcerias com a sociedade civil e o poder público.

Segundo informações obtidas com o técnico Luis Sávio, no que tange a articulação da CPR-Doação com outros programas sociais desenvolvidos, a ADESC em parceria com o MMNEPA tem participação ativa na organização e constituição de fóruns e redes de debate: Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP), Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Fórum da Amazônia Oriental (FOR), Rede Nacional Feminista de Saúde e de Direitos Reprodutivos, Grupo de Trabalho e Gênero da Rede Brasileira para Integração dos Povos. Um bom exemplo é o projeto em execução, o PADEC, aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), e Secretária de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável/Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável/Coordenadoria de Agroextrativismo, o qual busca o desenvolvimento de ações voltadas a capacitação técnica e profissionalizante organizacional, tecnológica,

empreendedora, sob a ótica da transversalidade do empoderamento das mulheres, gênero e etnia, promovendo a segurança alimentar, o desenvolvimento da cidadania e o remodelamento da produção com enfoque ambiental e social.

Dentro dessa perspectiva, os membros da ADESC, afirmaram através da proposta apresentada à CONAB, que a CPR-Doação apresenta-se em consonância com outros programas sociais e tendências do atual governo, que se expressam não somente em mudanças sociais, mas em mudanças de paradigma como a sustentabilidade, parceria, segurança alimentar, democracia, cidadania, redefinição do papel do Estado e erradicação da fome e miséria. Sendo assim, a proposta tende a articular e potencializar diversos programas sociais, desenvolvido junto aos beneficiários fornecedores, entre eles, o Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PIT). As políticas territoriais, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), potencializando ações e recursos a partir da formação de novo contexto de desenvolvimento humano, em termos de geração de renda, de forma desconcentrada, garantia de autossuficiência produtiva, qualidade, voltadas à segurança alimentar e a contribuição para a competitividade justa e solidária na economia regional.

Sendo assim, as experiências e atividades da ADESC e MMNEPA se complementam e possuem os mesmos objetivos junto aos agricultores familiares.

## 6. 5 DISCUSSÃO

Após a *leitura flutuante* dos resultados coletados a partir das entrevistas semiestruturadas e dos questionários aplicados aos líderes e colaboradores da CONAB, MMNEPA, ADESC e agricultores familiares foi utilizado o método de Análise de Conteúdo e observação dos fatos a fim de analisar os dados de forma subjetiva. Não se pode deixar de considerar a análise de imagens e do discurso de alguns sujeitos.

Para atender aos objetivos desta pesquisa foram elencadas categorias de análise a fim de identificar o posicionamento dos agricultores familiares sobre o projeto levando em consideração as mudanças ocorridas na renda familiar, a questão da segurança alimentar e nutricional, bem como a valorização dos produtos regionais, e o nível de envolvimento das redes de cooperação com as famílias associadas.

Embora o MMNEPA seja uma organização aglutinadora dos grupos de mulheres, contou desde sempre com a parceria da ADESC no município de Santa Maria que possuía também homens associados. Portanto, apesar do foco ser o empoderamento das mulheres, suas estratégias de ação englobou o núcleo familiar de forma benéfica. Observou-se que,

atualmente as capacitações abrangem famílias de agricultores, embora a presença feminina configure maioria.

A princípio, o fortalecimento do MMNEPA foi a busca da redução da violência doméstica feminina, que gradativamente tem sido superada através da inserção da mulher no mercado de trabalho, sendo que antes era apenas dona do lar<sup>39</sup> e desinformada, que se submetia aos maus tratos dos respectivos companheiros. O MMNEPA ajudou a modificar esta realidade através do acesso a informação e geração de renda transformando a vida de muitas famílias no município de Santa Maria.

O fato citado, anteriormente, foi constatado através dos depoimentos de 03 (três) agricultoras e dos 18 (dezoito) questionários aplicados às famílias produtoras e associadas do movimento. Todos os sujeitos da pesquisa (100%) responderam que houve mudanças na vida familiar após a inserção do MMNEPA, e destes 56% (cinquenta e seis por cento) informaram que a principal foi o aumento da renda familiar. Entretanto, dos 18 (dezoito) agricultores, 03 (três) estavam inseridos na CPR-Doação há pouco tempo (menos de 1 ano) impossibilitando uma avaliação mais criteriosa sobre o programa. Por isso, 83% (oitenta e três por cento) afirmaram que ocorreu considerável melhora financeira após a CPR-Doação, principalmente, em virtude do fortalecimento da apicultura no município.

A avaliação dos agricultores familiares entrevistados sobre a CPR-Doação, resultou que 33% (trinta e três por cento) consideraram a atuação do programa excelente e 60% (sessenta por cento) disseram ser boa, e 7% (sete por cento) considerou regular. A participação no MMNEPA e, conseqüente, inserção no programa despertou os pequenos produtores para uma nova realidade que é a visão de mercado e a necessidade da preservação ambiental, sendo que antes a maioria produzia apenas para se alimentar e prover o sustento familiar. A visita na residência dos agricultores familiares permitiu visualizar que o acesso à informação e a geração de renda também estimulou o interesse em beneficiar a produção e investir na educação dos filhos. Essas iniciativas refletem indícios de desenvolvimento local, em famílias que, há 10 anos atrás, viviam basicamente da agricultura de subsistência sem técnicas de cultivo eficientes e adequadas, e não tinham perspectiva de crescimento.

Entretanto, verificou-se a necessidade de maior amparo técnico *in loco* para orientar as famílias na continuidade das atividades de reflorestamento, dos quintais agroecológicos, da criação de galinha caipira e de abelhas. Embora o MMNEPA e ADESC orientem e acompanhem os pequenos produtores, ainda dispõe de incipiente apoio técnico da EMATER

---

<sup>39</sup> Maneira como as líderes do movimento definem as mulheres que cuidam do lar.



se comparada com a demanda existente no município. Além disso, a participação da CONAB é superficial, pois seus técnicos de campo cuidam apenas dos aspectos documentais. Neste caso, não há uma verificação local sobre a forma que os produtos são cultivados, pois este papel restringe-se ao MMNEPA e ADESC.

Vale ressaltar que, apesar da participação significativa das famílias nas reuniões e nos cursos promovidos pelas associações, ainda faz-se necessário maior comprometimento dos produtores no sentido de absorver novos conceitos e implementá-los efetivamente, pois se constata certa resistência de alguns produtores mais antigos em aplicá-los para determinadas atividades. Esta limitação não foi encontrada nas famílias em que os filhos auxiliavam, pois os mesmos conciliam os conhecimentos tradicionais repassados pelos pais e agregam às novas técnicas de cultivo assimiladas nas oficinas de capacitações organizadas pelo MMNEPA e ADESC, concedendo assim maior impulso ao empreendimento agrícola da família.

Um dos objetivos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é o combate à fome e a promoção da segurança alimentar. Com esta perspectiva, foi questionado aos 18 (dezoito) agricultores se consideravam possuir uma alimentação segura e saudável já que 100% (cem por cento) informou consumir da produção própria com frequência, e 94% (noventa e quatro por cento) responderam que consideram possuir uma alimentação saudável. Desta forma esta pesquisadora faz o seguinte questionamento: Como uma política que tem como foco a segurança alimentar e nutricional não efetua uma inspeção *in loco* para avaliar a qualidade dos produtos consumidos pelas comunidades?

Embora, teoricamente, considere-se através dos resultados desta pesquisa junto às famílias, uma alimentação saudável e segura e que as crianças beneficiadas pelas doações do projeto apresentem condições aparentemente saudáveis, em virtude dos produtos serem *in natura* oriunda da produção familiar, livre de agrotóxicos, ainda assim, não se pode afirmar comprovadamente que se trata de uma alimentação segura, pois ainda não há no município um Sistema de Inspeção Municipal. Os dados informados estão no campo da observação, pois não há um laudo médico que comprove uma melhora efetiva na saúde dos beneficiários, apenas observou-se uma aparência saudável e menor incidência de gripes nos alunos na percepção do movimento e direção das escolas beneficiadas. Somente agora, a prefeitura tomou medidas cabíveis contratando uma médica veterinária terceirizada para orientar a associação os passos a serem seguidos para regularizar os documentos necessários para aquisição do selo do SIM.

A exigência do SIM para produtos de origem animal deve constituir um ponto forte desta política a fim de garantir a inspeção e a segurança nutricional dos produtos. Em

contrapartida, não se pode negar que tal exigência burocratiza, dificulta ainda mais a inserção dos pequenos produtores no projeto.

A CONAB informou que os produtos de origem animal devem estar de acordo com as normas do SIM, no caso de sementes deve apresentar declaração de entidade governamental ou não governamental, de reconhecida atuação no setor agrícola, atestando tratar-se de cultivo local, tradicional ou crioula, conforme a Lei 10.711 de 05/08/2003, para os produtos orgânicos serão observados as disposições do Decreto nº 6.323, de 27/12/2007. Os demais produtos devem seguir as normas da vigilância sanitária.

Apesar da CONAB informar que a situação do produto vendido deve estar de acordo com as exigências citadas anteriormente, na prática essas instruções não são observadas criteriosamente para aprovação do projeto. Exceto, no caso da venda de sementes que exige a apresentação da declaração de atuação no setor agrícola, as demais são apenas observadas e não necessariamente exige-se apresentação documental para certificação da qualidade.

É necessário esclarecer que a ausência do SIM pode comprometer sobremaneira as atividades desenvolvidas pelos agricultores, embora o MMNEPA e ADESC orientem e fiscalizem, não dispõem de profissionais adequados para realizarem as inspeções. A iniciativa na aquisição do selo do SIM é de responsabilidade dos órgãos municipais, entretanto somente com o fortalecimento e mobilização dos grupos do MMNEPA e ADESC junto aos conselhos estaduais e municipais será possível concretizar esta meta.

Após diversos contatos com os colaboradores do MMNEPA e ADESC, bem como com as famílias produtoras permitiu verificar o envolvimento destas com as comunidades agrícolas, estabelecendo fortes redes de cooperação e confiança. Na verdade, o MMNEPA e ADESC não apenas promove o acesso à informação, mas também socializa através de projetos coletivos e capacita na prática os pequenos produtores. Além dos cursos também oferecem material de apoio aos produtores para iniciarem as atividades, principalmente, no caso da criação de abelhas como já foi citado e ilustrado anteriormente.

Enfim, após avaliação dos fatores citados observou-se que o MMNEPA e ADESC são polos indutores no processo de desenvolvimento local do município de Santa Maria promovendo a mudança da mentalidade e a transformação da realidade de muitos agricultores familiares associados.

## 7 CONCLUSÃO

O objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa foram delineados em busca de avaliarem a atuação de um dos instrumentos do PAA, a CPR-Doação, identificando os pontos relevantes e alguns problemas como política pública instituída, bem como os resquícios de desenvolvimento local observados entre os produtores do MMNEPA.

A partir da avaliação do MMNEPA, dos agricultores familiares associados e beneficiários das doações, desde 2007, constatou-se que a CPR-Doação tem auxiliado o movimento na concretização de inúmeras metas através da geração de renda para o município. Entretanto, vale ressaltar que, essa política jamais alavancaria bons resultados se não contasse com o apoio dos atores sociais, do estabelecimento das redes de cooperação e do próprio sistema institucional envolvido. As propostas da CPR-Doação são molas propulsoras de desenvolvimento no que diz respeito à geração de renda para a agricultura familiar e a segurança alimentar. A CPR-Doação considera os agricultores familiares como beneficiários fornecedores potenciais e as comunidades como beneficiários consumidores. Nesta instância, a intenção do projeto é beneficiar não apenas os agricultores familiares, mas também comunidades justificadamente em situação de insegurança alimentar. É importante acrescentar o fortalecimento e o crescimento significativo da apicultura no município de Santa Maria e regiões circunvizinhas (Nova Timboteua, Tracateua, Vila Nova, etc), pois o MMNEPA auxiliou na articulação de outras organizações que atualmente também participam da CPR-Doação. Daí a característica do MMNEPA, considerado movimento de força pelas suas lideranças.

As propostas são instigantes e reforçam as políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, afinal o PAA é uma política instituída nacionalmente. As vantagens a partir da percepção da CONAB, como órgão executor do PAA, do MMNEPA e dos próprios agricultores familiares perpassam pela melhora da vida financeira dos pequenos produtores, emancipação da mulher e redução da violência doméstica, diversificação dos produtos, beneficiamento e melhora na qualidade da produção, e conseqüentemente alimentos mais saudáveis para a comunidade.

Entretanto, existem falhas que devem ser sanadas para melhor execução da CPR-Doação. Toda política pública deve respeitar o regionalismo e suas especificidades a fim de adotarem medidas que contemplem a realidade do local. Para tanto, é necessário que a atuação da CONAB seja calçada pela extensão rural, ou seja, que técnicos de campo acompanhem ativamente as técnicas de cultivo utilizadas pelo pequeno-médios produtores a

fim de perceberem as dificuldades regionais encontradas e se estão sendo realizadas de forma segura. Neste sentido, critica-se a ausência efetiva dos técnicos da CONAB no âmbito rural, pois o apoio dos mesmos na maioria das vezes restringe-se aos aspectos documentais exigidos pelo programa. Ainda, reitera-se o fato da CPR-Doação ser uma modalidade de compra, pois também deveria levar em consideração a questão ambiental em suas contratações conforme exige os dispositivos legais. O governo deveria agregar os critérios sustentáveis na execução desta política, concedendo amparo técnico especializado. Observou-se que este papel, especificamente, tem sido exercido pelo MMNEPA que reforça a importância da preservação ambiental e capacita os agricultores auxiliando-os a compreender os requisitos sustentáveis. Além disso, tentam estabelecer o elo de ligação existente entre sustentabilidade e segurança alimentar já que ambos devem seguir o princípio fundamental da continuidade. Acrescente-se ainda que, um programa que tem por finalidade combater à fome e promover a segurança alimentar, precisa utilizar estratégias mais eficientes que reconheçam verdadeiramente a qualidade dos produtos ofertados pela agricultura familiar, ou seja, não apenas no campo da observação.

No que tange à atuação do MMNEPA, apesar das relações estabelecidas com diversas organizações parceiras (FASE, RECOPARÁ, EMATER/PA e SEMAGRI) e da presença constante em Conferências de cunho específico, precisam de maior apoio técnico a fim de estabelecerem uma ligação mais próxima nas propriedades dos produtores rurais. Além disso, é imprescindível a aquisição da licença ambiental e do Selo de Inspeção Municipal (SIM) para conferir maior credibilidade e qualidade à produção do mel na região.

Em relação aos pequeno-médios agricultores familiares, é necessário maior comprometimento com a finalidade de aprender novas técnicas de cultivo e beneficiamento da produção, aproveitando a oportunidade oferecida pelo MMNEPA. Não se pode negar a presença em massa desses trabalhadores nos cursos, seminários e oficinas promovidos pelo movimento, mas ainda assim é necessário um esforço maior no sentido de utilizarem melhor os conhecimentos adquiridos e disponibilizados.

Enfim, a pesquisa realizada permitiu a esta pesquisadora vivenciar o dia a dia do MMNEPA e sua interação com os agricultores familiares associados em Santa Maria do Pará de forma marcante e generosa. Além disso, possibilitaram adentrar a realidade desses atores sociais, sendo possível perceber suas limitações, fragilidades e conquistas a partir do envolvimento efetivo e comprometimento com o movimento. Proporcionou ainda a consolidação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo das disciplinas ministradas através do PPGEDAM/NUMA, sensibilizando esta pesquisadora para o compromisso,

enquanto cidadã, em compartilhar as informações, conhecimentos e experiências adquiridas profissionalmente e no decorrer do curso, com os segmentos menos favorecidos da sociedade. Desta forma, as relações e compromissos desta pesquisadora com o MMNEPA se estenderão para além do universo acadêmico a fim de contribuir de maneira qualitativa com ações informativas desenvolvidas pelo movimento a partir de então.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ANUÁRIO DO PARÁ 2008-2009. **Mapa de Santa Maria do Pará**. Jornal O Liberal. Belém: O Jornal, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. [s.n.] Paris: PUF, 1997.

BRASIL. Lei 10696, de 02 de julho de 2003. **Dispõe sobre repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências**. Brasília, DF, 3 jul. 2003. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/ab3b7b53cfe2bb6c688ad672400a6a7a..pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

BRASIL. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. **Dispõe sobre licitações e contratos da administração pública**. Brasília, DF, 21 jun. 1993. Disponível em: <<http://www.ibamapr.hpg.ig.com.br/866693lf.htm>>. Acesso em: 28 set. 2010.

BRITO, Francisco A; CÂMARA, João B. D. **Democratização e Gestão Ambiental: Em busca do desenvolvimento sustentável**.3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRITO, Lydia Maria Pinto. **Desenvolvimento Local-alternativa de desenvolvimento sustentável no capitalismo?** In: XXVI Enegep – Fortaleza/CE, Brasil, 9 a 11 out. 2006.

BUAINAIN, Antônio M.; GUANZIROLI, Carlos; SABBATO, Alberto Di. **Que agricultura familiar?**[S.I.]: Jornal Valor, 25 agos. 2010.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v.17, n.1, p.11-40. Jan./abr. 2000.

**CARTILHAS DA AGRICULTURA FAMILIAR**. [Brasília,2007]. Disponível em:<<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/7a3003d43a72b74682a9df39084e4cef..pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

COLEMAN, James S. **Social Capital in the creation of human capital.** [S.I.]: American Journal of Sociology, 1998, p.95-120.

CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar). **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília, DF, 2004.

COSTA, Achyles Barcelos; COSTA, Beatriz Morem. **Cooperação e Capital Social em Arranjos Produtivos Locais.** [S.I.:s.n.,200?].

DOCUMENTO. Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Sistema de Gestão de Estoques - SIGEST. **Proposta de Participação – Doação Simultânea.** [Belém, 2010].

\_\_\_\_\_. Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Sistema de Gestão de Estoques - SIGEST. **Proposta de Participação – Doação Simultânea.** [Belém, 2011].

FEARNSIDE, Philip M. **Desmatamento na Amazônia Brasileira: história, índices e consequências.**[S.I.]:Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA). MEGADIVERSIDADE. vol.1, n.1.julho 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa.** 2. ed. Rio de Janeiro-RJ:Nova Fronteira, 1989.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Pará e seus municípios.** Belém: J.C.V. Ferreira, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, Carlos M. Guedes de; FERREIRA, René Luiz Coimbra. **O novo desafio da ATER na Amazônia: estar junto com os novos protagonistas do desenvolvimento economicamente dinâmico e ambientalmente sustentável.** In: \_\_\_\_\_. Desafios na Amazônia: uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural/Dion Márcio Carvaló Monteiro; Maurílio de Abreu Monteiro (Org.). Belém: UFPA/NAEA, 2006.

HAGUETE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** 3ª ed. rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 1992.

Histórico do PAA. **Oficina de Documentação Participativa do PAA – Região Norte/Amazônia Ocidental - RELATÓRIO**. Rio Branco, 24-26 mai. 2006. Promoção CONAB/MAPA. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/3e3998aa0ccb95b4e4431644f735f549..pdf> >. Acesso em: 23 maio 2011.

HURTIENE, Thomas. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável na Amazônia**. In: Novos Cadernos NAEA: v.8, n.1 – p.019-071, jun. 2005, Belém: UFPA/NAEA.

IBGE. **Histórico**. [Belém,2005]. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos\\_cidades/historico\\_conteudo.php?codmun...](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun...)>. Acesso em: 20 jul. 2011.

**INSTRUMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**. [Brasília: CONAB, 2003]. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1131&t=2>>. Acesso em: 23 maio 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores**. Organização, notas e revisão por Renato Geraldo Mendes De Biasi. 24. ed. rev., Curitiba: Zênite, 2011.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), 2005.

MENDES, Patrícia Miranda. **Segurança Alimentar: Soberania e Sustentabilidade**. In: \_\_\_\_\_. **Desafios na Amazônia: uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural**/Dion Márcio Carvaló Monteiro, Maurílio de Abreu Monteiro, org.21. ed. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

MITSCHEIN, Thomas A.; CHAVES, Jadson F. **Desenvolvimento Local e Associativismo Empreendedor no Pará: um desafio político**. 22.ed. Belém: Numa/UFPA, 2008.

MMNEPA. [Capanema, 2008]. folder.



MPOG DÁ INÍCIO A MOVIMENTO PARA ESTIMULAR O CONSUMO CONSCIENTE NAS LICITAÇÕES DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS. **O melhor fornecedor.**

[Brasília:MPOG,2010]. Disponível em:

<<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/?p=1811>>. Acesso em: 28 set. 2010.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa** - características, usos e possibilidades. Cadernos de Pesquisa em Administração. São Paulo, v.1, n.3, 2. sem., 1996. Disponível em:

<<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 08 agos. 2011.

NOSSO PARÁ. **O Homem e a Natureza: localização.** 2. ed. Belém: Ver, [1992].

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA.** Legislação Básica.

Brasília:CONAB;MAPA;DIPAI,marc.2011. Disponível

em:<[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/11\\_03\\_18\\_17\\_54\\_44\\_livreto\\_paa\\_-\\_dipai\\_-\\_versao\\_publico\\_externo\\_-\\_atualizacao\\_-\\_15\\_marco\\_2011doc..doc](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/11_03_18_17_54_44_livreto_paa_-_dipai_-_versao_publico_externo_-_atualizacao_-_15_marco_2011doc..doc)>. Acesso em: 20 abril 2011.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália moderna. [s.n.] Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

**QUEM SOMOS.**[Brasília,2008].Disponível em :< <http://www.conab.gov.br/conab-quemSomos.php?a=11&t=1>>.Acesso em: 02 abr. 2012.

REIS, Maurício J. L. **ISO 1400 – Gerenciamento Ambiental:** um novo desafio para a sua competitividade. [s.n.]. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

RIBEIRO, Gustavo L. **Uma introdução para pensar o setor ambiental.** In: ROS FILHO, Luis C. Financiamentos para o meio ambiente: recursos externos para o setor ambiental no Brasil. [s.n.]. Brasília: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, 1994.

ROS FILHO, Luis C. **Financiamentos para o meio ambiente:** recursos externos para o setor ambiental no Brasil.[s.n.]. Brasília: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, 1994.

SANTOS, Raimundo. **Agronegócio, agricultura familiar e política.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira-Nead, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil**: o contexto e as questões em debate. In: \_\_\_\_\_. [S.I.] Rev. de Economia Política, v.30, n.3 (119), p.511-531, jul/set. 2010.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; CAMPOS, Lucia Maria de Souza; SHIGUNOV, Tatiana. **Fundamentos da Gestão Ambiental**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

**TÉCNICAS DE ANÁLISE QUALITATIVA**. [S.I. s.n.]. Disponível em: <<http://www.cin.ufpe.br/~pcart/metodologia/pos/Mayring043.pdf>>. Acesso em: 08 agos. 2011.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. AATR-BA, 2005.

TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Eric. **Agricultura Familiar**: Interação entre Políticas Públicas e Dinâmicas Locais. Ensinaamentos a partir de casos. [s.n.]. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520: informações e documentação - citações em documentos-apresentação**. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6023: informações e documentação - referências-elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520: informações e documentação - citações em documentos-apresentação**. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **NBR 6023: informações e documentação - referências-elaboração**. Rio de Janeiro, 2011.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 16. ed. São Paulo: Método, 2008.

ANUÁRIO DO PARÁ 2010-2011. **Santa Maria do Pará**. Jornal Diário do Pará. v.1, n.1, Belém: O Jornal, 2010.

BIDERMAN, Rachel. **Licitação Sustentável**. Programa de Consumo Sustentável. Pesquisa desenvolvida para UNDESA-ICLEI/LACS, [S.I], 2010.

CASTRO, M. C. **Desenvolvimento Sustentável: A Genealogia de um Novo Paradigma**. São Paulo: Economia e Empresa, v.3, p.22-32, jul/set.1996.

**CATÁLOGO SUSTENTÁVEL**. [Brasília:MPOG,2010]. Disponível em: <<http://www.comprasnet.gov.br/>>. Acesso em: 28 set. 2010.

COELHO, Vera Schattan et al. **Fóruns Participativos e Desenvolvimento Territorial no Vale do Ribeira (Brasil)**. In: \_\_\_\_\_. Seminário Internacional: Territorios Rurales em Movimiento - movimientos sociales, actores e instituciones del desarrollo territorial rural. Santiago de Chile, 23 a 26 abr. 2006.

**COMPRAS SUSTENTÁVEIS NA ADM. PÚBLICA GANHAM EM EFICIÊNCIA ECONÔMICA**. [Brasília: MPOG, 2010]. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/?p=1897>>. Acesso em: 28 set. 2010.

**CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS** – O uso racional dos recursos públicos. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/?p=1407>>. Acesso em: 28 set. 2010.

D'AMICO, Valéria; AGUNE, Roberto. **Programa Estadual de Contratações Sustentáveis: a experiência do governo de São Paulo**. In: \_\_\_\_\_. II Congresso Consad de Gestão Pública- Painel 33: Boas práticas em compras e contratações públicas. [São Paulo, 2010].

DIEGUES, Antonio Carlos S. **Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. São Paulo em Perspectivas, 6(1-2): 22-29, jan./jun., 1992.

FERREIRA, Maria Augusta Soares de Oliveira. **A nova lei da política nacional sobre mudanças do clima e a gestão pública socioambiental**. [S.I.: s.n.]. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/?p=1068>>. Acesso em: 27 de set. 2010.

GRANDI, R; RENTE, A; COSTA, F. **Fundamentos para o desenvolvimento da Amazônia**. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2002.

OLIVEIRA, Gilson Batista. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. In: \_\_\_\_\_. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-38, mai/ago. 2002.

RIBEIRO, Geraldo Luiz Vieira. **A evolução da licitação**. [S.I.: s.n.]. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/21103/20667>>. Acesso em: 28 set. 2010.

SILVA, C. S. S. **Gestão Ambiental Proativa** - São Paulo: RAE - Revista de Administração de Empresas. Jan/Mar, v.40, n.1, 2000.

SILVERMAN, David. **Interpretação de Dados Qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SUMÁRIO PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Quarto Relatório de Avaliação do GT1 do IPCC. Painel Intergovernamental sobre mudanças do clima. Mudança do clima 2007: a Base das Ciências Físicas**. [S.I., 2007]. Disponível em: <[http://www.cqgp.sp.gov.br/gt\\_licitacoes/publicacoes/IPCC%20mudan%C3%A7as%20climaticas.pdf](http://www.cqgp.sp.gov.br/gt_licitacoes/publicacoes/IPCC%20mudan%C3%A7as%20climaticas.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2010.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO BRASIL - biodiversidade, economia e bem-estar humano. **O uso do poder de compra para melhoria do meio ambiente.** In: COMUNICADOS DO IPEA Nº 82: Série Eixos do Desenvolvimento Brasileiro. [Brasília: IPEA, 2011]. Disponível em: <[http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wpcontent/uploads/2011/02/rotulagem\\_ambiental\\_ipea.pdf](http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wpcontent/uploads/2011/02/rotulagem_ambiental_ipea.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2011.

# APÊNDICES

**APÊNDICE A** – Roteiro para entrevista com a gerente de operações do Programa de Aquisições (PAA) da Conab, Sra. Karina Melo, em 18/05/2011.

1. Qual o papel da CONAB, como órgão executor do PAA, no que diz respeito ao incentivo da agricultura familiar?
2. Que critérios são usados para definir a atuação da CONAB no atendimento as demandas dos municípios no Estado do Pará em relação às Compras Diretas da Agricultura Familiar? Quais os principais produtos que fazem parte das aquisições no estado?
3. Que impactos positivos podem ser atribuídos ao Programa de compras diretas da agricultura familiar e o desenvolvimento local para as comunidades?
4. Como poderia definir a importância estratégica do PAA dentre as ações desenvolvidas para CONAB no âmbito da agricultura familiar?
5. O que se entende por Classificação Vegetal?
6. Que critérios ambientais são considerados e exigidos atualmente para participação dos agricultores no PAA no processo de aquisições diretas?
7. A CONAB ou outros órgãos governamentais oferecem formação técnica ou jurídica às comunidades para que possam participar das compras diretas da agricultura familiar?
8. O Decreto nº 7.390 de 9 de Dezembro de 2010, em seu artigo 1º informa que os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos das políticas públicas governamentais deverão, sempre que aplicável compatibilizar-se com os instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima. A PNMC, instituída pela Lei 12.187 de 29 de Dez. de 2009 no parágrafo único do art. 4º, cita que seus objetivos deverão estar em consonância com o desenvolvimento sustentável a fim de buscar o crescimento econômico, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais. Neste contexto e levando em consideração os objetivos do PAA, quais os avanços alcançados pelo Programa no atendimento das exigências legais?
9. Em 19 de janeiro de 2010 a Secretaria de Logística e Tecnologia do Ministério do Planejamento divulgou a Instrução Normativa nº 01 que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratações de serviços ou obras pela administração pública solicitando a adoção de especificações que contenham critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos ou matérias-primas. Apesar de ser uma obrigatoriedade recente, sabemos que a Compra Direta da Agricultura Familiar trata-

se de uma dispensa de licitação segundo o artigo 24 da Lei 8.666. Neste sentido, como a CONAB/PAA avalia as possibilidades e dificuldades na aplicação do critério de sustentabilidade ambiental nas aquisições diretas para agricultura familiar?

- 10.** Quando se fala em desenvolvimento sustentável a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente citou que significa atender a necessidade do presente, em comprometer a capacidade das novas gerações atenderem às suas próprias necessidades. Enfim, uma das finalidades do PAA é o incentivo da agricultura familiar compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para peças em insegurança alimentar. Como a CONAB/PAA avalia o atendimento ao objetivo de incentivar a agricultura familiar como estratégia para combater a insegurança alimentar?
  
- 11.** Como se dá o acompanhamento e a avaliação dos resultados socioambientais nas comunidades atendidas pelo PAA?



**APÊNDICE B** – Roteiro para entrevista com a coordenadora do Movimento das Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), Sra. Francisca Lima, em 07/06/2011.

1. O PAA possui três instrumentos da agricultura familiar que são: a compra direta da agricultura familiar, a compra com doação simultânea e compra para formação de estoques. Quais desses instrumentos são utilizados pelo MMNEPA?
2. Ao efetuar a leitura da proposta de adesão do MMNEPA ao PAA foi possível verificar mecanismos de desenvolvimento sustentável utilizados pelo movimento nas atividades dos agricultores. Com a adesão ao PAA houve conexão entre os objetivos deste e do MMNEPA?
3. Como funciona o mecanismo de compra do PAA no âmbito interno e externo do MMNEPA?
4. Como os agricultores familiares receberam essa estratégia de venda utilizada pela CONAB através do PAA?
5. Quais os reflexos positivos e negativos do PAA para os agricultores familiares vinculados ao MMNEPA?
6. Sabemos que a sociedade tem discutido bastante sobre sustentabilidade e que o desenvolvimento sustentável é baseado no tripé: resultados econômicos voltados para a preservação do meio ambiente e qualidade de vida das gerações futuras. De que forma o MMNEPA tem implementado efetivamente os mecanismos de desenvolvimento sustentável?
7. Quais os municípios de abrangência do PAA?
8. Quais os produtos cultivados em Santa Maria e Nova Timboteua? Há algum critério para o cultivo destes produtos?
9. Quais são as comunidades beneficiadas pelo CPR- Doação em relação aos produtos de Santa Maria e Nova Timboteua?

**APÊNDICE C** – Roteiro para entrevista com o técnico do MMNEPA e tesoureiro da ADESC, Sr. Luis Sávio de Melo, em 14/12/2011.

1. Quais os tipos de treinamentos promovidos pelo MMNEPA?
2. Qual a relação do MMNEPA com a ADESC?
3. Qual sua concepção sobre desenvolvimento local?
4. A CPR-Doação juntamente com as estratégias utilizadas pelo MMNEPA contribui no processo de desenvolvimento local em Santa Maria?
5. Em sua opinião, a CPR-Doação pode ser considerada uma política benéfica para o MMNEPA e ADESC?
6. De acordo com sua experiência no movimento quais seriam as fragilidades desta política, no âmbito do MMNEPA?
7. A CPR-Doação ajudou o MMNEPA a concretizar metas? De que forma?
8. Quantos agricultores familiares participam hoje da CPR-Doação em Santa Maria?
9. Houve uma melhora na alimentação das famílias beneficiadas pela CPR-Doação em Santa Maria?
10. Houve uma melhora no processo de produção das famílias fornecedoras?

**APÊNDICE D** – Roteiro para questionário aplicado aos agricultores familiares associados do  
MMNEPA

**IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE:**

NOME:

IDADE:

NÍVEL DE ESCOLARIDADE:

NATURALIDADE:

ESTADO CIVIL:

POSSUI DOCUMENTO DE APTIDÃO AO PRONAF (DAP):

PROFISSÃO:

**FORMULÁRIO- QUESTIONÁRIO**

**1) Há quanto tempo trabalha com agricultura?**

1. [  ] Inferior a 1 ano
2. [  ] De 1 a 3 anos
3. [  ] De 3 a 5 anos
4. [  ] Acima de 5 anos

**2) Participa da CPR-Doação?**

1. [  ] Sim
2. [  ] Não

**3) Há quanto tempo participa da CPR-Doação?**

1. [  ] Inferior a 1 ano
2. [  ] De 1 a 3 anos
3. [  ] De 3 a 5 anos
4. [  ] Acima de 5 anos

**4) Quais produtos são comercializados por sua família?**

1. [ ] Hortaliças
2. [ ] Mel
3. [ ] Frutas
4. [ ] Sementes

**5) Há quanto tempo reside em Santa Maria?**

1. [ ] Inferior a 1 ano
2. [ ] De 1 a 3 anos
3. [ ] De 3 a 5 anos
4. [ ] Acima de 5 anos

**6) Há quanto tempo é associado do MMNEPA?**

1. [ ] Inferior a 1 ano
2. [ ] De 1 a 3 anos
3. [ ] De 3 a 5 anos
4. [ ] Acima de 5 anos

**7) Após inserção no MMNEPA houve mudanças na vida financeira familiar?**

1. [ ] Sim
2. [ ] Não

**8) Qual a principal mudança na vida familiar após o MMNEPA?**

1. [ ] Melhorou financeiramente
2. [ ] Ampliou os conhecimentos técnicos
3. [ ] Melhorou a relação familiar

**9) Você se considera tecnicamente preparado para exercer a profissão de agricultor?**

1. [ ] Sim
2. [ ] Não

**10) O MMNEPA auxilia no processo de produção/cultivo dos produtos?**1.  Sim2.  Não**De que forma?**1.  Incentivo financeiro2.  Desenvolve capacitações teóricas3.  Desenvolve capacitações ensinando na prática**11) O MMNEPA costuma discutir assuntos relacionados à educação do campo?**1.  Sim2.  Não

De que forma?

**12) O que você entende sobre Desenvolvimento Sustentável?**1.  Preservar o meio ambiente para as gerações futuras2.  Harmonizar homem e meio ambiente3.  Atender as necessidades do presente sem comprometer o meio ambiente4.  Desenvolvimento econômico, social e equilíbrio dos recursos naturais**13) Um dos objetivos da CPR-Doação é promover a segurança alimentar. Dentro desta perspectiva você considera que possui uma alimentação saudável?**1.  Sim2.  Não3.  Parcialmente**14) Qual sua definição de trabalho coletivo?**1.  Ser solidário2.  Compreender as limitações do outro3.  Decidir em conjunto

**15) Defina a atuação da CPR-Doação em sua família:**

1.  Insuficiente
2.  Regular
3.  Bom
4.  Excelente

**16) Houve uma melhora financeira para sua família após o CPR-Doação?**

1.  Sim
2.  Não

**17) Em que você utiliza os recursos financeiros com a venda dos produtos?**

1.  Investe na produção
2.  Roupas , eletrodomésticos e meio de transporte
3.  Educação
4.  De acordo com as necessidades imediatas

**18) Tanto o MMNEPA quanto a CPR-Doação ressalta a importância da valorização dos produtos regionais bem como o consumo dos mesmos pelo próprio produtor. Neste sentido qual a frequência que sua família consome itens da produção própria?**

1.  Nunca
2.  Raramente
3.  Frequentemente

**19) Se não, por quê?**

Eu, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, declaro ter sido informado e concordo na utilização das imagens e dados coletados através de entrevistas ou questionários aplicados pela pesquisadora Carla Almeida Neves Valeriano, para o projeto “O Programa de Aquisição de Alimentos como Instrumento Mediador para o Desenvolvimento Local: O Caso da CPR-Doação em Santa Maria do Pará através do MMNEPA”.

Santa Maria do Pará, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_